

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 246.3.52.O

DATA: 14/09/05

TURNNO: Vespertino

TIPO DA SESSÃO: Ordinária - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 14h

TÉRMINO: 21h36min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador
14:50	PE	DANIEL ALMEIDA
15:34	GE	WAGNER LAGO
19:18	OD	LUIZ BASSUMA

Obs.:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ata da 246ª Sessão, em 14 de setembro de 2005

Presidência dos Srs.
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

ÀS 14 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Severino Cavalcanti

José Thomaz Nonô

Ciro Nogueira

Inocêncio Oliveira

Nilton Capixaba

Eduardo Gomes

João Caldas

Givaldo Carimbão

Jorge Alberto

Geraldo Resende

Mário Heringer



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 400 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. LINCOLN PORTELA, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Passa-se à leitura do expediente.

O SR., servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III - EXPEDIENTE



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Finda a leitura do expediente,
passa-se ao

IV - PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mauro Benevides.



O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nosso reencontro com o Estado Democrático de Direito, ocorrido com a promulgação da Carta Cidadã, em 5 de outubro de 1988, deflagrou uma série de proposições infra-constitucionais, com base em dispositivos inseridos no texto de nossa Lei Maior, cuja vigência significou apoio decisivo para importantes segmentos sociais.

Assim é que, entre outros, tivemos o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso, cuja repercussão há representado muito para os beneficiários, com o reconhecimento de direitos que até então lhes eram negados.

No dia 11 de setembro, transcorreu o 15º aniversário do Código do Consumidor, cuja fiel observância passou a ser extremamente relevante para impedir que abusos habituais continuassem a ser postos em prática contra a comunidade, agora amparada pelos dispositivos nele inseridos pelo Congresso Nacional, com a indispensável chancela de Senadores e Deputados.

Por isso, o Código foi festejado nessa data tão expressiva, renovando-se a intenção de fazê-lo acatado, sem escamoteações, em que são useiros e vezeiros os fraudadores da lei.

Mencione-se, por oportuno, até como forma didática de manter a legião de beneficiários permanentemente informada de seus direitos e prerrogativas, as suas diretrizes básicas, a seguir discriminadas, num total de 9 indicações. São elas:

- 1) A proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;
- 2) A educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e



serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações;

3) A informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

4) A proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

5) A modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;

6) A efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

7) O acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados;

8) A facilitação de defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

9) A adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

Sr. Presidente, ao enaltecer a expressividade histórica dos 15 anos do Código do Consumidor, de cuja votação participei quando integrava a outra Casa do



Congresso, desejo fazer votos para que as suas normas sejam sempre integralmente resguardadas, não se permitindo infringências aos seus princípios inarredáveis.



O SR. CARLOS NADER (PL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por diversas vezes já manifestei desta tribuna a importância para Barra Mansa, no sul do Estado do Rio, da transferência do pátio ferroviário de manobras do centro da cidade. Trata-se de obra fundamental para a população. É relevante tanto para o desenvolvimento da mais importante área urbana do Município como para o cotidiano da população.

A promessa de remoção do pátio de manobras é antiga, Sr. Presidente. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso esteve em Barra Mansa, antes de conquistar o primeiro mandato, e prometeu que faria a remoção. Foram 8 anos de Governo e de cobranças da sociedade barra-mansense, mas a obra não foi realizada. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na campanha de 1998, também esteve na cidade e, do alto de um caminhão onde realizou o comício, no Centro, bem de frente para o principal ponto do ramal ferroviário, fez a mesma promessa. Por isso, temos cobrado com tanta ênfase tal iniciativa.

No início deste mês, em artigo publicado no jornal *O Globo*, a Ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, listando investimentos previstos para o Rio de Janeiro, citou a readequação do ramal ferroviário como uma das iniciativas programadas pelo Governo Federal. Esperamos que, de fato, isso venha a ocorrer.

Nós todos sabemos, Sr. Presidente, o quanto as ferrovias foram importantes e podem ser fundamentais para o desenvolvimento do Brasil. Entretanto, desde que as ferrovias foram postas em segundo plano como meio de transporte, com o País concentrando a maior parte da sua movimentação no transporte rodoviário, diversos Municípios que cresceram se viram cortados ao meio pelas linhas férreas.



A convivência nem sempre é harmoniosa, inclusive no caso de Barra Mansa, onde hospitais, delegacia, bombeiros e diversos outros órgãos estão de um lado e uma parcela considerável da população, do outro. Portanto, é de se esperar que as promessas do Governo Federal sejam cumpridas. No caso de Barra Mansa, estará sendo paga uma dívida.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



O SR. LINCOLN PORTELA (PL-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais senhoras e senhores aqui presentes e os que sintonizam a *Rádio Câmara* ou a *TV Câmara*, a tragédia provocada pelo furacão Katrina na Costa Sul dos Estados revelou aspectos insuspeitos da grande nação americana.

O primeiro choque, evidentemente, foi a extensão dos estragos provocados pelo rompimento das barragens que cercam a charmosa cidade de Nova Orleans. O mundo comoveu-se com a bizarra visão de ruas alagadas e casas quase submersas, e, pior, com a morte já comprovada de cerca de mil pessoas. A cidade da alegria, que respirava música 24 horas por dia, principalmente o *jazz* e o *blues*, transformou-se, por obra e arte da fúria da natureza, em imenso e melancólico reservatório de água.

Sr. Presidente, a lentidão e a ineficiência do socorro prestado às vítimas escancarou as vísceras da defesa civil e do serviço público norte-americano. Boa parte do contingente da Guarda Civil, especializada no atendimento de catástrofes, foi deslocada para prestar serviço às tropas americanas estacionadas no Iraque. Não fora a iniciativa da sociedade civil, estimulada por astros do cinema, da televisão e do esporte, o infortúnio das vítimas teria tido proporções muito maiores.

Finalmente, outra faceta que veio à tona com os lamentáveis acontecimentos foi a da extrema penúria, beirando a indigência, de parcela considerável da população vitimada. Em sua maioria, composta de pessoas de cor negra. Suspeita-se que a ajuda federal tenha sido retardada em função disso. Quer seja verdade, quer não seja, não há como negar que o paraíso terrestre americano é uma miragem. O desvio de esforços e recursos para aventuras altamente



condenáveis no exterior tem impedido que a população americana, sobretudo a mais necessitada, receba a devida atenção do Governo Bush.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais senhoras e senhores, infelizmente, foi necessária a fúria dos elementos para que o mundo percebesse melhor a abominável inversão de prioridades hoje adotada pelos governantes da nação mais poderosa do mundo, que interfere na vida de outras enquanto se desintegra a de seu próprio território. Que esse recado da mãe natureza os faça volver os olhos para seus problemas internos, deixando que as demais nações tenham o direito de exercer a autodeterminação.

Muito obrigado.



O SR. ADÃO PRETTO (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes e os que sintonizam a *Rádio Câmara* ou a *TV Câmara*, sabemos que, historicamente, a roubalheira sempre existiu no País e não foi criada pela chegada do Partido dos Trabalhadores ao Governo Federal. Diversos governos passados foram acusados de desvio de recursos. Para lembrar e exemplificar, cito a privatização do setor elétrico e telefônico, que, conseqüentemente, hoje nos faz pagar as maiores tarifas de serviços, muitas vezes, sem qualidade.

As diversas denúncias que assolam o País envolvem alguns dirigentes do nosso partido. O PT, com Lula, chega ao poder com a panca da transparência, da honestidade, da seriedade. Para quem sempre praticou a corrupção, ficou fácil descobrir a sua existência. Mas isso não justifica que meia dúzia de companheiros tenham metido a mão em recursos públicos.

Portanto, reforço que não podemos tolerar essas falcatruas que atingiram a imagem do partido e a confiança dos filiados e eleitores. Defendemos, com rigor, a punição para todos os envolvidos e, para os membros do nosso partido, a punição dupla, pois traíram a nossa confiança e a nossa história.

Sabemos que existe uma articulação para acabar com o PT e com o nosso Governo. A fala dos dirigentes da Oposição reforça isso quando utilizam a frase “*tem que acabar com esta raça*”, para que não voltemos a administrar este País. Já vimos e vivemos semelhante história raivosa de oposição quando éramos governo no Estado do Rio Grande do Sul, com o cerco dos setores de direita contra o Governo Olívio. Porém, dos diversos problemas elencados pela Oposição, nenhum ficou provado. Nada foi comprovado contra o Governo, mas essa difamação, esse esforço



concentrado da direita no Rio Grande do Sul resultaram na não-reeleição do nosso Governo.

Somos vítimas até da mídia. Hoje existem na Câmara 17 processos de cassação de Deputados — 7 do PT e 10 de outros partidos —, mas a população que acompanha o assunto pela imprensa só ouve falar nos do PT. Nas entrelinhas do noticiário, sugere-se que os outros partidos não têm ninguém envolvido, e eles não recebem a mesma ênfase.

Temos ainda a eleição do Presidente Severino Cavalcanti pela Oposição — derrotando o nosso candidato, o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh — com o intuito de dar uma lição ao Governo. Após as denúncias contra S.Exa., estão dizendo que ele é nosso. Querem passar à opinião pública a idéia de que ele é apoiado pelo Governo e é nossa responsabilidade. Quem o elegeu foi a Oposição, que agora quer a sua cassação. Que faça o que bem entender. A corrupção estava muito mais perto do que imaginávamos: na própria Câmara dos Deputados.

A sociedade espera que o Congresso retome sua história e faça a limpeza necessária para que volte a respeitá-lo. No domingo, 18 de setembro, todos os filiados do Partido dos Trabalhadores têm compromisso ético carregado de esperança: a eleição interna. Temos de mudar a direção que há 10 anos comanda o partido e assumir o compromisso de resgatar os ideais com que ele foi criado.

Devemos disputar as eleições e retomar a história de nossa fundação sem esquecer que os movimentos sociais é que construíram e sustentaram o PT, em vez de afastá-los, como vem fazendo a atual direção. A luta em defesa do povo brasileiro, o compromisso com os movimentos organizados nas suas diversas formas tem de voltar a ser a diretriz do nosso partido.



Por acreditarmos que esse é o caminho, estamos apoiando, para a direção nacional, o companheiro Valter Pomar, e para a direção estadual, no Rio Grande do Sul, o companheiro Olívio Dutra.

Para concluir, quero mais uma vez parabenizar os militantes que continuam firmes e confiantes na retomada dos princípios da ética e na reconstrução de um partido autêntico e transformador.

Sr. Presidente, solicito a divulgação deste pronunciamento nos órgãos de imprensa da Casa e no Programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - V.Exa. será atendido.



O SR. ROBERTO GOUVEIA (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, público que acompanha esta sessão, apesar da conjuntura de crise e de muita notícia ruim, faço questão manifestar-me, no início do Pequeno Expediente, sobre a comemoração dos 15 anos do Código de Defesa do Consumidor, grande avanço anunciado na Constituição Federal, data homenageada hoje de manhã pela Câmara dos Deputados com a presença de Marilena Lazzarini, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor — IDEC, dedicada a essa legislação, que nos representa internacionalmente.

Ressalto que a alegria de comemorar o aniversário do Código de Defesa do Consumidor tem a ver com o esforço que a sociedade brasileira faz há alguns anos no sentido de organizar sistemas nacionais de políticas públicas que possam envolver a União, os Estados e os Municípios em políticas nacionais que garantam o desenvolvimento sustentável do País.

Estamos fazendo isso em várias esferas da vida nacional. Começamos bem antes com o Sistema Único de Saúde. Agora as grandes conferências nacionais vêm aprovando a necessidade de constituir essas políticas nacionais para que haja eficácia na conquista da cidadania e da democracia brasileira.

Aprovamos, no Parlamento, a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, proposição sancionada pelo Presidente da República e que também vem nessa direção.

A edição de hoje, quarta-feira, do jornal *O Globo* traz matéria, de autoria de Eliane Oliveira com a seguinte manchete: *“Site reúne queixas a Procons de todo o país”*. Trata-se do lançamento do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor — SINDEC, instituído para estabelecer articulação e relação dos



PROCONs em âmbito municipal, estadual e federal. O sistema foi criado para que possamos cada vez mais fazer valer o Código de Defesa do Consumidor, que nos continua inspirando no sentido de conquistar desenvolvimento sustentável, melhorar nosso padrão de vida, a cidadania no Brasil.

Queremos crescimento econômico, geração de emprego, renda e, sobretudo, inclusão. Para isso, é preciso haver distribuição de renda, qualidade de vida. Temos de lutar cada vez mais pela consolidação de valores no País, como solidariedade, companheirismo, união, vida em comunidade, paz, cidadania, democracia e ética.

O Código de Defesa do Consumidor vem exatamente na direção de que cada vez mais a sociedade brasileira, consumidores, fornecedores, empresários, órgãos públicos, possa desenvolver e consolidar no País mentalidade voltada para a ética, que distinga o que é certo e o que é errado. É exatamente com essa preocupação e com respostas a esse desafio que vamos construir um futuro promissor para as próximas gerações e levar felicidade ao nosso povo.

Neste momento difícil, de crise e de muita notícia ruim, fiz questão de me inscrever para falar logo na abertura deste Pequeno Expediente, porque precisamos começar, na Câmara dos Deputados, a ressaltar a pauta positiva, a definir propostas concretas, no sentido de construir políticas públicas para desenvolver o País de forma sustentável, estabelecendo novos valores em nossa sociedade.

Parabéns a todos os que lutaram e tornaram realidade esse importante instrumento de defesa do consumidor.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. seja transcrita nos Anais da Casa a referida matéria.

Muito obrigado.

MATÉRIA A QUE SE REFERE O ORADOR



BRASÍLIA. Procons de todo o país se uniram para montar um cadastro inédito que poderá ser acessado, na internet, pelo consumidor brasileiro. O Ministério da Justiça lançou ontem o site (www.mj.gov.br/dpdc/sindec) do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), por meio do qual será possível saber se há registro de determinada empresa em algum Procon. O objetivo é permitir que o cidadão escolha, de forma mais consciente, a compra de seus produtos ou a contratação de um serviço. Além do histórico das empresas, o site informará quais são as firmas com o maior número de consultas.

— A partir de agora, os procedimentos de um registro no Acre serão os mesmos de um na Bahia. O objetivo do sistema é conseguirmos o controle mais adequado e correto de todo o mercado de consumo — explicou o diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), Ricardo Morishita.

Serviços públicos lideram ranking de queixas, com 30,62%.

Até o momento, dez Procons já fazem parte do sistema, que ontem ganhou a adesão de mais quatro estados: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Amazonas. As dez instituições que já estão conveniadas — Paraíba, Tocantins, Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará e São Paulo — realizaram semana passada uma pesquisa que mostra que os serviços essenciais, como água, luz e telefone, são os que têm o maior percentual (30,62%) de demanda nos Procons. O índice é ainda maior nos estados do Acre e do Mato Grosso, onde chega a 40% do total de denúncias recebidas.

Em segundo lugar, aparecem queixas sobre produtos (25,30%), com destaque para DVDs e celulares. As denúncias são mais freqüentes em estados com menor renda domiciliar *per capita*, como Bahia, Paraíba e Pará. A área financeira vem em terceiro lugar (23,41%), com mais reclamações em Minas Gerais e Espírito Santo. Em seguida, vêm serviços privados (15,64%), saúde (3,07%), habitação (1,17%) e alimentos (0,78%).

De acordo com a pesquisa, em nove dos dez estados que já utilizam o Sindec, o ranking das empresas com maior número de queixas é liderado pelas telefônicas. Mas também se destacam, entre as reclamações, empresas do setor



financeiro — bancos e administradoras de cartões de crédito — e de serviços essenciais.

O site também colocará à disposição gráficos e estatísticas de atendimento dos Procons. Será possível saber, por exemplo, quais as áreas — saúde, habitação, produtos, setor financeiro, entre outros — que geram o maior número de reclamações em cada estado.

— Todos os dias, milhares de consumidores assistem à subtração de seus direitos. As histórias se repetem no fornecimento de alimentos, serviços financeiros, planos de saúde, telefonia, energia, saneamento básico, promoções e publicidade enganosa — afirmou o secretário de Direito Econômico, Daniel Goldberg.

Ele lembrou que, muitas vezes, as dimensões continentais do país permitem que determinadas empresas consigam perpetuar essas violações, apenas mudando de razão social nos estados onde operam. E enfatizou que, agora, a repetição desses casos não passará despercebida.

O site foi lançado em comemoração aos 15 anos da promulgação do Código de Defesa do Consumidor, aos 20 anos da Lei da Ação Civil Pública e aos dez anos de criação do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.



O SR. CARLOS SANTANA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CARLOS SANTANA (PT-RJ. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna manifestar meu apoio aos funcionários dos Correios, que entraram em greve à meia-noite desta quarta-feira, após assembléia realizada ontem à noite. Cerca de dois terços dos sindicatos de todo o Brasil decidiram pela paralisação.

A empresa apresentou proposta de reajuste à categoria, que teve data-base em agosto. Seriam concedidos 6,57% correspondentes à reposição salarial, mais 5% divididos em 2 parcelas, uma a ser paga este mês e a outra, em janeiro de 2006. Sabemos que a média salarial na empresa, hoje de R\$600,00, é uma das mais baixas entre todas as categorias de estatais no Brasil. A proposta está muito aquém dos percentuais obtidos pela categoria nos anos de 2003 (22,71%) e 2004 (17,75%).

Os trabalhadores reivindicam aumento salarial de 47,17%, resultado da soma da reposição da inflação dos últimos 12 meses, de reajuste real e da primeira de 3 parcelas relativas a perdas de anos anteriores.

Além da questão salarial, a categoria exige a implantação de Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), melhores condições de trabalho, mais segurança nas agências onde funciona o Banco Postal e reintegração de trabalhadores demitidos.

Sabemos, Srs. Deputados, que alguns grupos querem privatizar a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, empresa reconhecida em todo o mundo pela eficiência, credibilidade e competência dos milhares de funcionários. Temos de lutar



com todas as forças para que os Correios não sejam privatizados, pois estaremos abrindo mão de patrimônio essencial para o povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PT-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a preocupação com os princípios éticos nas ações políticas, nas relações econômicas e no convívio com a sociedade são essenciais para a construção de um Estado republicano, democrático, que respeite nossa identidade política nacional e o desenvolvimento soberano da Pátria.

Neste sentido, um grupo de 19 Parlamentares da bancada federal do PT manifestou-se, pela manhã, sobre os fatos que são do conhecimento de toda a sociedade.

Manifestamo-nos, mais uma vez, a favor da defesa desses princípios éticos. E frente à divulgação de cheques que teriam sido pagos pelo empresário Sebastião Buani, a fim de que obtivesse a prorrogação das concessões dos serviços de restaurante e alimentação nesta Casa, sendo que um desses cheques teria sido endossado por uma integrante da assessoria do Presidente Severino Cavalcanti, exigimos a renúncia de S.Exa. ao cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.

Renovamos a defesa, que ontem tivemos oportunidade de fazer, de que o Conselho de Ética desta Casa, acatando a proposição de várias bancadas parlamentares, inicie o processo, que será acompanhado pelo legítimo direito de defesa a ser concedido ao Deputado Severino Cavalcanti, mas precedido da nossa reivindicação de renúncia do Presidente ao cargo que ocupa na Mesa Diretora da Câmara Federal.

Não podemos aceitar que a Câmara dos Deputados esteja neste momento exposta à sociedade brasileira por aquele que ocupa o mais relevante cargo, eleito



pela maioria deste Plenário. Não podemos aceitar que, nas próximas horas, se multipliquem às dezenas, às centenas e aos milhares as mensagens recebidas em nossas caixas postais, em nossos computadores, de que a Câmara dos Deputados está mergulhada efetivamente num mar de lama e de que prevalece o corporativismo de bancada e os interesses de grupos, tendo como patrono o Deputado eleito para presidir a Câmara Federal nesta Legislatura.

Por isso, em nome dos Deputados que integram o bloco de esquerda da bancada do PT, que se manifestaram hoje, no final desta manhã, exigimos, em defesa da ética e dos princípios republicanos, a renúncia do Deputado Severino Cavalcanti ao cargo que ocupa à frente do Poder Legislativo, para que a Casa mantenha sua soberania e demonstre ao País sua capacidade de fazer valer os princípios republicanos, a defesa da ética e da probidade administrativa.

Vamos nos manter vigilantes. São muitos os processos que ocupam hoje o Conselho de Ética desta Casa e as investigações em curso nas Comissões Parlamentares de Inquérito, mas é fundamental que não tenhamos qualquer atitude corporativa, vacilante, protecionista ou protelatória.

Nosso dever, e daí também nosso apelo às demais bancadas, é exigir, todos juntos, a renúncia do Sr. Deputado Severino Cavalcanti ao cargo de Presidente da Câmara Federal. Estaremos dando mais um passo, traumático é verdade, em defesa da República, da democracia, da ética e da plenitude do funcionamento das instituições democráticas em nosso País.

Estaremos atentos, porque novos casos poderão vir à tona, tanto pelas CPIs quanto por denúncias envolvendo Parlamentares, e não abriremos mão da defesa da ética, dos princípios republicanos, dos interesses maiores do povo brasileiro.



A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros e companheiras, faço um registro sobre importante reunião que a bancada federal do Estado do Amazonas realizou na segunda-feira que se passou.

Ao evento compareceram não somente os 8 Deputados Federais que compõem a bancada do Amazonas na Câmara Federal, mas também Senadores e quase a totalidade dos 62 Prefeitos dos Municípios do interior. Foi uma reunião extremamente importante e, mais do que isso, produtiva. Nós da bancada parlamentar e membros do Executivo Municipal do Amazonas unimo-nos no sentido de, conjuntamente, travar importantes lutas para o Estado. Refiro-me, por exemplo, à nossa posição concernente ao FUNDEB, conforme projeto de lei encaminhado recentemente pelo Governo ao Congresso Nacional. Se for aprovado da forma como está, certamente trará prejuízos a enorme gama de Municípios do Brasil inteiro.

Particularmente, sou uma defensora do FUNDEB, que deixa de ser apenas do ensino fundamental e passa a atender todo o ensino básico. No entanto, é preciso corrigir algumas distorções, entre elas a não-inclusão da educação infantil, principalmente de zero a 3 anos.

Sr. Presidente, também discutimos a necessidade urgente do descontingenciamento dos recursos da SUFRAMA.

Para dar encaminhamento àquela reunião, a bancada federal terá ainda no dia de hoje importante encontro com o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Espero com sinceridade que S.Exa. se sensibilize com nosso problema e descontingencie,



senão tudo, pelo menos parte dos recursos da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Sr. Presidente, neste pouco tempo que me resta, quero falar desses últimos acontecimentos. Sinto-me, como Parlamentar, na obrigação de abordar basicamente 2 questões. A primeira é o envolvimento do Presidente Severino Cavalcanti nessa série de denúncias, a qual teve fatos novos e importantes revelados ainda no dia de hoje. A partir do momento em que se revela importante prova, como ocorreu hoje, não há mais condições de o Presidente Severino Cavalcanti continuar presidindo as sessões da Câmara.

Acredito no bom senso de S.Exa. para se afastar da Presidência da Casa e usar todo o direito de defesa no processo que certamente será aberto contra ele.

Sr. Presidente, quero ler a primeira parte de artigo, publicado no jornal *Folha de S.Paulo* de hoje, de autoria do jornalista Clóvis Rossi:

“O empresário Sebastião Buani (...) já recebeu convites de cinco legendas para candidatar-se a deputado federal no ano que vem: PSDB, PMDB, PFL, PDT e PSB’.

Parece que Buani é o último homem puro na face da Terra para merecer tamanho assédio. Mas não passa de um corruptor confesso, assumido. Diz, até com orgulho, que pagou ‘mensalinho’ para manter a concessão do restaurante na Câmara.

Que diabos leva tantos partidos políticos, que fingem indignação diante da corrupção, a procurarem um corruptor confesso?”



Sr. Presidente, creio que, no que diz respeito ao envolvimento de Parlamentares, esta Casa está tendo a maturidade de enfrentar o problema: processos estão sendo abertos, investigações estão em curso. Seremos maduros o suficiente para penalizar quem deve ser penalizado. No entanto, é preciso entender que este cidadão chamado Sebastião Buani precisa pagar pelo que fez. Segundo ele, ficou todos esses anos explorando uma concessão pública na Câmara dos Deputados de forma ilegal e, pior, imoral, pagando um mensalinho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, penso que está na hora de a sociedade perceber o que está acontecendo. É preciso punir Parlamentares que se envolvem com esse tipo de corrupção, com falcatriuas, que tanto envergonham esta Casa. Mas é preciso punir também os corruptores, aqueles que se prestam, por falta de competência e dignidade, a esse tipo de coisa para receber benefícios dos cofres públicos.

Esse Sr. Buani, na minha opinião, tem de devolver centavo por centavo o que deve à Câmara dos Deputados.

Muito obrigada.



O SR. JOVAIR ARANTES (PTB-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, em primeiro lugar, quero saudar o Náutico Capibaribe, o clube de V.Exa., o qual poderá chegar à primeira divisão do futebol brasileiro.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venho ao Plenário desta Casa para relatar a difícil situação enfrentada pelo Município de Itarumã, Estado de Goiás, na busca, junto às empresas concessionárias do serviço de telefonia móvel, de torre de transmissão de telefonia celular. Também na cidade de Itajá, sudoeste goiano, nossa luta nesse sentido já dura quase 5 anos, sem sucesso.

Desde 2001, empreendemos verdadeiro esforço junto aos setores competentes para a instalação da torre de telefonia móvel para Itarumã. Estivemos, com o Prefeito Washington Medeiro do Prado, em audiência com a direção estadual em Goiás das operadoras Tim, Brasil Telecom, Claro e Vivo. Nessa última, expusemos também à direção em Brasília a necessidade do equipamento, em virtude de várias localidades goianas, inclusive vizinhas a Itarumã, já possuem torre, enquanto o Município ainda se encontra praticamente ilhado, sem comunicação celular, fato que tem prejudicado as relações comerciais, políticas e econômicas com outras regiões.

Gostaria de esclarecer que o Município de Itarumã tem 61 anos de emancipação política, população de aproximadamente 8 mil habitantes e área territorial de 3.434 Km². A movimentação econômica da cidade é, tradicionalmente, a agropecuária, e seu rebanho é classificado como o 8º maior do Estado de Goiás. No contexto agrícola, também se destaca como grande produtor de soja, o que tem elevado o potencial econômico do Estado.



Em nome da população do Município de Itarumã, solicito às autoridades competentes, como o Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações e o Presidente da ANATEL, solução para o problema, pois no contexto globalizado em que vivemos a comunicação é essencial, principalmente para o setor econômico. Nesse ponto, a cidade tem sido prejudicada, uma vez que dentro do perímetro urbano não existe sinal de telefonia móvel.

Acredito que a ANATEL, como agência de regulamentação, deveria atuar com mais empenho nessa área, visando melhor atendimento aos Municípios do interior e, com isso, cumprindo a missão de promover o desenvolvimento das telecomunicações no País.

Itarumã é uma cidade goiana que caminha rumo ao desenvolvimento. A atividade agropecuária tem ganhado forças no contexto nacional, e para consolidarmos esse desenvolvimento torna-se necessário a instalação da argüida torre, objeto de reiteradas solicitações.

Por esse motivo, como representante do Município nesta Casa, rogo resposta à ANATEL, que tem como uma de suas atribuições implementar a Política Nacional de Telecomunicações. Em observância a esse princípio, acreditamos que o Estado deve realizar o papel de levar os serviços essenciais a todas as regiões do Brasil, por mais longínquas que sejam.

Por isso, apresento requerimento endereçado ao Ministro das Comunicações solicitando que interceda junto à ANATEL para que o sistema de telefonia móvel possa ser instalado na cidade de Itarumã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. SEBASTIÃO MADEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SEBASTIÃO MADEIRA (PSDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dizer à Deputada Vanessa Grazziotin que o artigo do jornalista Clóvis Rossi contém uma inverdade. O PSDB jamais convidou e jamais convidará o Sr. Buani para se filiar ao partido, principalmente para ser candidato.

O Secretário-Geral do partido, Deputado Bismarck Maia, está elaborando nota para ser encaminhada à redação dos jornais, a fim de desmentir essa notícia absolutamente falsa.



O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero manifestar-me sobre o que disse a Deputada Vanessa Grazziotin ao se reportar ao artigo de um jornalista. O PFL em nenhum momento convidou nem vai convidar e muito menos aceitar a filiação do Sr. Buani. Deixo isso bem claro para o Brasil neste momento.

Sr. Presidente, ocupo a tribuna para falar de outro assunto. Está ocorrendo neste momento, na CPMI dos Correios, um dos mais importantes depoimentos dos últimos meses: do Ministro Luiz Gushiken.

Tive oportunidade de pedir explicações ao Ministro Luiz Gushiken sobre o superpoder que a SECOM recebeu por intermédio de uma lei datada de 28 de março de 2003 e de um decreto.

Os presidentes das estatais que lá estiveram, como o dos Correios, o ex-Deputado Aírton Dipp e o Sr. João Henrique Almeida, disseram que não se fazia nada nos Correios sem ordem da SECOM.

Por outro lado, o Sr. Henrique Pizzolatto, ex-Diretor de Marketing do Banco do Brasil, pessoa que compartilhou apartamento funcional quando Gushiken era Deputado Federal, disse que nada era feito na publicidade do Banco do Brasil que não fosse coordenado e recebesse o amém da SECOM.

Sr. Presidente, fiz esse questionamento porque tenho uma leitura. É triste e lamentável, mas o Governo Lula montou, na minha opinião, uma quadrilha que assaltou e assalta os cofres públicos brasileiros. Essa quadrilha tinha 2 grandes eixos. O primeiro era formado com o Deputado José Dirceu e seus iniciais 17 mil



cargos em comissão, depois, somados mais 3 mil, resultando em 20 mil, em que ninguém nomeava nada sem passar pelo todo-poderoso ex-Primeiro-Ministro José Dirceu. O outro eixo de sustentação desse esquema de uma verdadeira gangue partidária era o Sr. Gushiken, administrando as contas de publicidade do Governo e as relações com os fundos de pensão.

Trouxe para análise algo que S.Exa. não conseguiu explicar: se não houvesse o superpoderoso Gushiken na SECOM, não existiria Marcos Valério, o operador do mensalão que arrumou dinheiro para emprestar ao Partido dos Trabalhadores, e só conseguiu recursos porque ganhou duas grandes contas do Governo Federal.

É curioso que o direcionamento na licitação dos Correios fez com que a SECOM tivesse a maioria dos membros, alterasse regras utilizadas para licitação e criasse uma norma. Mesmo a SMP&B entrando em terceiro lugar na proposta financeira, a licitação foi vencida por quem? Pela Duda Mendonça. Ela conseguiu, por meio de um artifício, ganhar a licitação. Quando vai para a DNA e ela vence a licitação do Banco do Brasil, na minha opinião, também houve direcionamento.

O que chama a atenção, Sr. Presidente, é que em 2004 tanto nos Correios quanto no Banco do Brasil os 2 contratos sofreram brutal aditamento. O dos Correios, 18 milhões, para uma execução de 23 dias. Vou repetir: 18 milhões para 23 dias de contrato. O do Banco do Brasil, um aditamento completamente ilegal, irregular, porque a Lei de Licitação diz que se poderia aditar 25%, mas foram aditados 52 milhões, transformando-se um contrato de 148 milhões em um contrato de 200 milhões, sem respeitar a lei, pois, no caso do Banco do Brasil, deveria ter havido audiência pública com o Ministério Público Federal para autorizar um contrato de mais de 150 milhões, como determina a lei. E o mais grave ainda é que o grosso



da execução do contrato de publicidade do BB e do contrato de publicidade dos Correios ocorreu, coincidentemente, no segundo semestre de 2004, período eleitoral. Se somarmos a execução do contrato dos Correios à execução do contrato do Banco do Brasil, em que Marcos Valério teve a fatia do Leão, dará mais de 200 milhões de reais executados no segundo semestre de 2004.

Sr. Presidente, curioso é observarmos que em 2002 e 2003 o Banco do Brasil gastou 150 milhões em média, tanto que seu orçamento para publicidade é 140 milhões, mas no ano passado, ano eleitoral, a execução do banco ficou em 262 milhões.

Portanto, fica evidente que se não houvesse Gushiken, não haveria Marcos Valério; se não houvesse Marcos Valério, não haveria mensalão; se há mensalão, caixa dois e esquema de corrupção do Partido dos Trabalhadores no Governo Lula, está claro que José Dirceu, por um lado, e Luiz Gushiken, por outro, eram os grandes eixos que davam sustentação a essa verdadeira quadrilha que triste e lamentavelmente cobriu de lama o Governo Lula, frustrando as expectativas da população brasileira. Além disso, trouxe ao Brasil a pecha de ser o país mais corrupto da América Latina.

Repudiamos essa situação, queremos apurar os fatos, punir os culpados e fazer do Brasil um país ético.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Onyx Lorenzoni, o Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ciro Nogueira, 2º Vice-Presidente.



O SR. ALCEU COLLARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ciro Nogueira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALCEU COLLARES (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o jornalista Clóvis Rossi, da *Folha de S.Paulo* — como já foi aqui mencionado —, provavelmente com fontes verdadeiras e autênticas, afirmou que o Sr. Sebastião Buani já recebeu 5 convites para ingressar em partidos.

Vou pedir à direção do meu partido que solicite ao jornalista provas de quais as legendas convidaram o corruptor — se há corrupto, há corruptor, pois há corrupção ativa e passiva. S.Sa. vai judicialmente informar à legenda do PDT quais as direções dos partidos dizem ter convidado esse corruptor, que também tem de sofrer a mesma pena do corrompido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. CARLOS SOUZA (PP-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para manifestar minha satisfação com novidade que virá, creio eu, melhorar em muito a prestação da justiça em nosso País. Falo da criação das Câmaras Regionais pela Emenda Constitucional nº 45, promulgada em dezembro de 2004.

Tais Câmaras podem ser criadas pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais de Justiça estaduais. Os dispositivos constitucionais inovadores citam o funcionamento descentralizado das Câmaras. Sem dúvida, é a melhor maneira de se buscar o pleno acompanhamento das fases do processo pelos interessados.

Acredito que a criação das Câmaras Regionais facilitará a vida de todos os brasileiros. No entanto, os resultados benéficos mais eloqüentes surgirão na região amazônica. Ali, o meio natural impõe severas dificuldades àqueles que habitam o território de 7 Estados da Federação e parte de outros 3.

As dificuldades são imensas como imenso é o território amazônico. Florestas extensas e fechadas, rios longos e caudalosos, pouca oferta de transporte público de qualidade, insegurança e altos custos.

Para a maioria dos amazônidas a dificuldade existe e é grave.

Mais sensível é a questão da administração da Justiça. Há prazos a acompanhar, diligências a efetuar, e em nada o gigantismo da região ajuda a parte, o advogado e todo o Judiciário.

A criação das Câmaras aproximará as partes daqueles que solucionam os conflitos, certamente trazendo como um de seus benefícios maior rapidez na tramitação dos processos. Para isto contribuirá, também, a maior facilidade para a presença dos advogados.



Num país em que os problemas do Judiciário são muitos, embora nem todos nele mesmo gerados, uma medida que acelere a tomada de decisões e que aproxime a Justiça do cidadão é inegavelmente bem-vinda.

Deixo aqui, portanto, não só o elogio à alteração constitucional aprovada pelo Congresso, mas também um apelo aos Presidentes do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, a quem estou encaminhando indicação, para que as Câmaras Regionais sejam logo instaladas.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para comunicar a V.Exa. e à Mesa Diretora a falta de respeito de alguns Ministérios quanto a requerimentos de informações enviados por este Parlamentar. O Regimento Interno da Casa diz, no art. 116, que configura crime de responsabilidade o não-atendimento a esses requerimentos no prazo de 30 dias.

Sr. Presidente, tenho em mãos 5 requerimentos, cujo prazo para resposta do último venceu há 90 dias. Nem a Ministra do Meio Ambiente nem o Ministro do Desenvolvimento Agrário enviaram resposta e tampouco demonstraram o devido respeito em relação ao assunto.

Por isso, passo os documentos à Mesa para que tome as providências legais.

O SR. PRESIDENTE (Ciro Nogueira) - Deputado Carlos Souza, V.Exa. tem toda a razão. A Mesa recebe os requerimentos.



O SR. PAULO FEIJÓ (PSDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na missão oficial a Guatemala, o nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva se afasta da crise gerada por seu partido, o PT, e dos problemas do escândalo que envolve o seu Governo. Parece se afastar também do que pensa o povo e da forma como ele se manifestou em recente pesquisa divulgada pelo Instituto Sensus, para a Confederação Nacional de Transportes — CNT. *“Tenho por hábito não reagir a pesquisas, porque as pesquisas retratam a situação política que vive o País”*, disse o Presidente, tranqüilo, sem demonstrar ansiedade.

É louvável o equilíbrio do Presidente, até porque, por obrigação, registre-se, deve mesmo se manter sereno diante das adversidades que enfrenta. Essa conduta, esperada e desejada para Chefes da Nação, é bem mais aconselhável do que o destempero, seja verbal, seja pragmático, no encaminhamento de questões. Lamentável, apenas, que tenha atribuído a crise, novamente, à oposição política, organizada de forma legítima — no caso do PSDB, este manteve suas críticas sempre no campo político, nunca no pessoal, como antes feito pelo PT.

Disse o Presidente Lula, na Guatemala, que *“muitos adversários pensaram que todas as críticas poderiam levar o Governo a estar como outros já estiveram: com pontos negativos”*. Afirmou ainda estar tranqüilo, *“porque as pesquisas não refletem o que você pode fazer no Governo”*. Essas declarações nascem, evidentemente, dos números apresentados na pesquisa CNT/Sensus, que não são favoráveis ao Presidente, nem ao seu Governo, e que expõem, mais uma vez, a compreensão que a sociedade brasileira tem da dimensão e da gravidade do atual momento político por qual passa o nosso País.



Na 78ª pesquisa CNT/Sensus está demonstrado, para qualquer operador político do PT apreciar, que a avaliação do Governo e o desempenho pessoal do Presidente Lula continuam em queda. A avaliação positiva do Governo, que era de 40,3% em julho, caiu para 35,8% em setembro, com redução de 4,5 pontos percentuais. Em contrapartida, Sras. e Srs. Deputados,, a avaliação negativa, que era de 20%, subiu para 24%, e a regular subiu de 31,1% para 38,2%.

Esse mesmo comportamento se reproduziu na avaliação do desempenho pessoal do Presidente Lula, nobres colegas de Parlamento, com o levantamento CNT/Sensus indicando queda de 9,9 pontos percentuais. A aprovação, que era de 59,9% em julho, caiu para 50% em setembro, enquanto a desaprovação, que era de 30,2%, subiu para 39,4% em setembro.

Quando esses números são analisados de forma ampla, entende-se, Sr. Presidente, que o momento por que passa o Governo do PT é ruim, como se refere o Presidente Lula, em face, talvez, da morosidade das autoridades do partido e da administração para apresentar respostas à sociedade brasileira. Tanto que se afeta a percepção da sociedade a respeito de itens considerados pacíficos, pelo próprio Governo, elementos de blindagem política, como a seqüência de bons resultados da economia nacional.

Segundo a pesquisa feita pelo Instituto Sensus, com o levantamento realizado em julho, 40,2% achavam que a política econômica estava no rumo certo. Agora, só 34,9% mostraram confiança na condução econômica. Para 50,1% dos entrevistados, a política econômica está no rumo inadequado, contra um percentual, em julho, de 46,1%. Outro elemento, que pode ser aplicado para o melhor entendimento do pensamento do cidadão comum brasileiro é a questão da corrupção.



Os números indicam deterioração na percepção dos entrevistados sobre a corrupção no Governo Lula, na medida em que, para 35,9% dos entrevistados, a corrupção aumentou muito na gestão do PT, aumentou um pouco para 18,6% e ficou como sempre esteve para 32,5%. Na pesquisa realizada em julho, 20,2% dos entrevistados disseram que a corrupção tinha aumentado muito no atual Governo, 20,1% disseram que aumentara um pouco e 41,8% disseram que ficara como sempre esteve.

Queremos encerrar este pronunciamento reiterando nossa conduta de acompanhamento crítico do que ocorre no panorama nacional da política, acreditando que o único caminho a ser adotado pelo Presidente Lula, capaz de mudar o sentimento do brasileiro, é o da rigorosa cobrança de identificação dos responsáveis pelas irregularidades administrativas, se comprovadas, ao mesmo tempo em que espera a sociedade que se assista à aplicação da lei, que se puna e que se estabeleçam mecanismos e métodos de controle que evitem a repetição desses tristes e abomináveis fatos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por dificuldades também passa o Presidente da Câmara, Deputado Severino Cavalcanti. Não votei em S.Exa. nem no 1º nem no 2º turno, mas tenho de reconhecer que, se não fosse o Deputado Severino Cavalcanti na Presidência da Casa, essa podridão não apareceria. Reconheço que S.Exa., mesmo despreparado, tem contribuído para que essas evidências sejam apuradas e para que corruptos e corruptores sejam punidos.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. MANOEL SALVIANO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ciro Nogueira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MANOEL SALVIANO (PSDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amanhã a cidade de Juazeiro, no Município de Juazeiro do Norte, celebrará o dia da padroeira, e grandes romarias estarão presentes.

Aproveito a oportunidade para pedir a V.Exa., que preside esta sessão, que solicite ao Ministro da Educação a implantação da Universidade Federal do Cariri. A bancada do Ceará já havia conversado sobre o assunto com o ex-Ministro da Educação. Esperamos que isso aconteça.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Ciro Nogueira) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabenizo os 15 Desembargadores do Tribunal de Justiça do Pará, que nesta semana negaram, por unanimidade, o pedido de *habeas corpus* ao fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura. Vitalmiro é acusado de ser um dos mandantes do assassinato da missionária Dorothy Stang, em fevereiro deste ano, no Município de Anapu, no Pará.

Essa ação nos faz acreditar que realmente o Estado do Pará está perdendo aquela denominação muitas vezes utilizada pela mídia, pela população e até mesmo por alguns Parlamentares, de que o Pará seria uma “terra sem lei”.

Srs. Parlamentares, ainda acabaremos de vez com a impunidade que por muitos anos e muitos governos esteve presente em nosso Estado.

Vitalmiro Bastos de Moura, segundo provas apresentadas, foi um dos mandantes desse crime inaceitável para nós que convivíamos com a Irmã Dorothy e temos conhecimento do importante trabalho feito por ela em nosso Estado, onde muitos dos resultados positivos que temos hoje na luta contra os conflitos agrários tiveram como base a coragem dessa missionária.

Não podemos permitir que um acusado, que está sob a investigação da Justiça, recorra a esse direito concedido a pessoas que acreditam ser vítimas de ilegalidade ou abuso de poder. Vitalmiro certamente não é vítima de nenhum desses 2 argumentos, pois, se assim fosse, não teria ficado foragido e se entregueado à polícia meses após ter sido decretada sua prisão preventiva.



Esse foi o entendimento dos 15 Desembargadores, que, em sessão ordinária, negaram o pedido ao advogado de Vitalmiro, entendendo também que o processo não extrapolou os prazos legais. Além de Vitalmiro Bastos de Moura, mais 4 pessoas são acusadas de envolvimento na morte da missionária, sendo que duas delas, Raifran das Neves Sales e Clodoaldo Carlos Batista, não recorreram da decisão da Justiça, por terem inclusive assumido a autoria dos disparos que vitimaram Dorothy Stang. Os 2 devem ir a júri até o mês de outubro. Espero que a conclusão desse caso não acabe na impunidade como o de tantas outras vítimas dos conflitos de terra no Pará. Acreditamos na Justiça e temos a certeza de que os culpados desse crime serão punidos de acordo com a lei.



O SR. RICARDO BARROS (PP-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, desejo apenas solicitar a V.Exa. que autorize a transcrição nos Anais da Casa de matéria sobre liminar, conseguida pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná, relativa a exportação de soja transgênica pelo Porto de Paranaguá, cuja proibição foi estabelecida pelo Governador Roberto Requião.

S.Exa. tenta derrubar a liminar, alegando que não há possibilidade de segregação dos produtos. Isso não é verdade, já que o porto exporta trigo, milho, soja, farelo. Lamentavelmente, o Governador Requião insiste em impedir a soja transgênica.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

MATÉRIA A QUE SE REFERE O ORADOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 246.3.52.O
Data: 14/9/2005

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINA 42)



O SR. BABÁ (Sem Partido-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, companheiros trabalhadores, hoje fomos tomados de surpresa quando soubemos que o Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, concedeu liminar favorável aos 6 Parlamentares do PT — João Paulo Cunha, Josias Gomes, Professor Luizinho, Paulo Rocha, José Mentor e João Magno — acusados de participar do esquema do mensalão.

É lamentável que o Sr. Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, se utilize desse cargo para guindar apoio a sua candidatura à Presidência do País — é o que nos informa a imprensa — e atue não como juiz, mas como um político a serviço do Governo. Essa sempre foi a sua postura desde que foi para o Supremo Tribunal Federal. Constatamos isso quando revogou decisão anterior do Tribunal, posicionando-se a favor da cobrança dos aposentados.

Mas não adianta fugirem da risca. Se os Parlamentares do PT pensam que, com essa liminar, estarão livres da cassação, estão redondamente enganados. Tenho certeza de que essa decisão vai se voltar fortemente contra eles. A sociedade brasileira não aceitará esse desfecho. Não são apenas 18 Deputados. A CPI, avançando nas investigações, vai perceber que há mais. Não pensem os Parlamentares do PT que cometeram essa vergonha para a militância do partido, comandados por Lula, José Dirceu e o então Presidente do PT, José Genoíno, e também pelos do PL, do PP e do PMDB — ao menos um deles já foi envolvido nesse escândalo —, que estarão livres da cassação.

O ex-Presidente da Câmara dos Deputados João Paulo Cunha levou a votação a reforma da Previdência. E agora se sabe que conseguiu esta e outras aprovações por meio da compra de Parlamentares. Esses Deputados não vão



escapar da cassação — é o que esperamos —, nem o Deputado Roberto Jefferson, sobre cuja cassação teremos oportunidade de nos manifestar mais tarde.

A população brasileira não aceita que o Presidente do Supremo Tribunal Federal interfira em decisões desta Casa. Trata-se de uma atuação não jurídica, mas política, como aliás está fazendo o Ministro em todo o seu mandato. S.Exa. não age como jurista, não age como um Ministro que deveria julgar conforme a lei, pelo contrário, suas decisões são tomadas ao sabor das pressões que emanam do Palácio do Planalto. É essa a verdade dos fatos. Basta ver muitos posicionamentos que, infelizmente, acabam sendo encampados pelo Supremo Tribunal Federal.

Lamentamos que esses fatos ainda estejam acontecendo no País. A população está indignada com esta Casa e com o Presidente da República, que comandou o esquema do mensalão, e quer ver cassados os Deputados que estão envolvidos nesse esquema.

O Presidente da Casa já está envolvido num amplo escândalo. Evidentemente, não tem condições de presidir a sessão de hoje.

Vim à tribuna neste Pequeno Expediente para demonstrar, em nome do Partido Socialismo e Liberdade, nossa revolta, que é a revolta do povo brasileiro, ao ver que as instituições, o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário se juntam para tentar impedir a cassação de Parlamentares. A postura do Ministro Nelson Jobim é vergonhosa. Infelizmente é assim que se portam os 3 Poderes.

Na Praça dos Três Poderes, onde a população esperava que fossem resolvidas as propostas em sua defesa, são defendidos os corruptos. Nós, no entanto, achamos que eles devem ser cassados.



Durante o discurso do Sr. Babá, o Sr. Ciro Nogueira, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Fernando de Fabinho, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. JOÃO FONTES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando de Fabinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO FONTES (PDT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma breve comunicação.

Corroborando a preocupação do Deputado Babá, repudio a decisão do Ministro Nelson Jobim e comunico ao País que a assessoria do PDT está reunida, preparando representações, a serem encaminhadas ao Conselho de Ética, assinadas pelo Presidente do PDT, Carlos Lupi, em que será solicitada a cassação dos Deputados que obtiverem liminar no Supremo Tribunal Federal.

Esta Casa tem de se impor, não pode permitir, em hipótese alguma, que o Supremo Tribunal Federal aja na contramão da história, desafinado com o sentimento da população.

O Brasil é o único país que tem um Presidente do Supremo Tribunal Federal pré-candidato à Presidência da República!



O SR. PRESIDENTE (Fernando de Fabinho) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Reinaldo Betão.

O SR. REINALDO BETÃO (PL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias — CDHM discutirá amanhã, dia 15, nesta Casa, em audiência pública, um assunto bastante relevante e que afeta milhares de pessoas contaminadas por substâncias tóxicas. A iniciativa de realizar o debate sobre um tema tão significativo como esse decorre do grande número de denúncias recebidas pela Comissão, em face da contaminação de trabalhadores com amianto, benzeno, céσιο e inseticidas organofosforados.

O principal objetivo da audiência é buscar uma regulamentação na utilização dessas substâncias e a adoção de medidas para proteger as pessoas que trabalham manipulando tais produtos.

Paralelo a isso, há ainda o problema verificado no Município de Duque de Caxias, mais especificamente no bairro chamado Cidade dos Meninos. Naquela comunidade vivem cerca de 1.346 pessoas, e a maioria foi contaminada por um composto químico conhecido por pó de broca, substância altamente tóxica que acabou atingindo também o lençol freático. Espero que o Projeto de Lei nº 3.034, de 2004, que tramita nesta Casa e propõe indenização às famílias atingidas, seja resolvido o mais rápido possível, haja vista que o problema já se arrasta há 50 anos e até o momento não teve uma solução concreta.

Parabenizo, portanto, os Presidentes das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Direitos Humanos e Minorias, respectivamente, nossos colegas, Luciano Castro e Iriny Lopes, por realizarem evento tão significativo



sobre problema que afeta diretamente a vida de milhares de brasileiros, com ênfase à brilhante articulação da Deputada Iriny Lopes, por ter proposto a referida audiência pública.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para comunicar ao povo cabo-friense e aos milhares de turistas que visitam o Município de Cabo Frio, que o Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro, Henrique Ribeiro, anunciou hoje de manhã, dia 14, a liberação de R\$750 mil, feita pela Governadora Rosinha Matheus, com o objetivo de indenizar os proprietários de imóveis que serão derrubados para construção da nova via de acesso a Cabo Frio, em pista dupla, pela Estrada do Vinhateiro, em São Pedro da Aldeia.

A obra, num trecho de 1 quilômetro e meio, será feita em parceria com a Prefeitura de Cabo Frio, que fará a terraplanagem, a pavimentação e os serviços complementares. A Avenida Wilson Mendes, trecho que vai do Vinhateiro até a ponte do Canal Itajuru, já está pronta há mais de um ano.

A nova via abre um novo acesso para o Centro de Cabo Frio, Ogiva e Però, onde fica a Área de Proteção Ambiental do Pau-Brasil, e para a estrada que liga Cabo Frio a Búzios. A nova opção diminui o volume de tráfego na RJ-140, entre o Trevo do Vinhateiro e o Centro de Cabo Frio, beneficiando também os motoristas com destino a Arraial do Cabo.

Dessa forma, Sr. Presidente, torna-se mais atrativo conhecer o belo Município de Cabo Frio, pois a nova via de acesso trará mais segurança, rapidez e conforto àqueles que trafegam por lá.

Parabéns Prefeito Marcos da Rocha Mendes!



Finalmente, Sr. Presidente, após alguns meses fazendo seleção de alunos, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens — ProJovem começa a ser implementado a partir de hoje, dia 15, beneficiando jovens de 18 a 24 anos que não concluíram o ensino fundamental e não têm emprego com carteira assinada. Além de estudar e obter formação profissional, os alunos selecionados receberão R\$100,00 por mês.

O ProJovem é executado pela Secretaria Nacional da Juventude, da Presidência da República, em parceria com as Prefeituras municipais e a participação dos Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome.

A expectativa é de que esse programa consiga dar novas oportunidades de emprego aos nossos jovens, pois, uma vez mais capacitados, as chances de inserção no mercado de trabalho e no contexto social são maiores. Estudos apontam que a maioria das pessoas dessa faixa etária, simplesmente por falta de condições financeiras, acabam interrompendo seus estudos, o que, a médio prazo, causa sérios transtornos na vida profissional desses jovens.

Com o ProJovem, Sr. Presidente, surge uma nova perspectiva de continuação dos estudos, de trabalho e evolução profissional e pleno exercício da cidadania. Essa é a linha de ação do programa lançado pelo Presidente Lula e que se destina a atender neste ano a 200 mil jovens nas 26 Capitais do País e no Distrito Federal.

Estou convencido de que o ProJovem é um programa inovador do Governo Federal, pois integra ações educativas, de formação profissional e de ação comunitária, isto é, contextualizadas à realidade socioeconômica da atualidade. No final do curso, que dura 12 meses, os alunos prestarão um exame nacional específico do programa para receberem o certificado que lhes permitirá a matrícula



no ensino médio, facilitará a entrada no mercado de trabalho ou a atuação por meio de empreendimento próprio em sistemas de cooperativa ou de economia solidária.

Nesta primeira etapa, serão desenvolvidas as negociações com as Prefeituras das Capitais para formalização dos convênios e definição do número de vagas em cada Município. As inscrições de candidatos serão feitas na cidade, por telefone ou em postos a serem divulgados em cada localidade, depois que forem firmados convênios entre as Prefeituras e o Governo Federal.

Outra boa notícia, Sras. e Srs. Parlamentares, é que os alunos que tiverem frequência mínima de 75% das aulas, terão direito ao incentivo mensal de R\$100,00, previsto no programa.

O projeto pedagógico do ProJovem contempla a formação geral em nível de ensino fundamental, incluindo fundamentos de língua estrangeira e de informática.

Portanto, desejo total sucesso aos gestores do ProJovem, programa de vital importância para os nossos jovens. Acredito na força e no entusiasmo desses, que são o futuro desta Nação.

Muito obrigado.



O SR. COSTA FERREIRA (PSC-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta época do ano, em que se dá forma definitiva à execução orçamentária e fiscal do ano subsequente, um dos pontos mais polêmicos, sem dúvida, diz respeito à redução das alíquotas de importação proposta pelo Ministério da Fazenda.

O ponto nevrálgico não decorre do avanço na abertura do mercado, mas da proposta radical de redução das alíquotas de importação. Caso se confirmem, além de discrepar de uma postura equilibrada adotada por todos os países desenvolvidos ou em desenvolvimento, as reduções poderão ter efeitos catastróficos em nossa economia.

A reação dos órgãos representativos da indústria indica a dimensão da preocupação. Em se confirmando a proposta inicial, a tarifa máxima cairá absurdamente de 35% para 10,50%. O setor automobilístico, um dos carros-fortes da nossa economia, sofrerá a drástica redução de 14 pontos percentuais, ficando em 10,31%. O setor eletrônico passa de 32,65% para 10,14%. Outros setores também serão afetados com semelhante impacto.

Acredito que essas medidas, caso sejam encampadas pelo Governo, trarão graves conseqüências à nossa economia, gerando desemprego e falências.

Sempre defendi a abertura econômica e a livre concorrência. A história recente demonstrou que as economias fechadas se tornaram obsoletas. E a abertura promovida no Governo Collor redimensionou a economia brasileira.

Entretanto, deve-se pesar todos os elementos que envolvem uma abertura dessa dimensão. A exemplo de outros países, o mercado livre não é tão livre



assim. As barreiras alfandegárias são usadas para proteger as colunas de suas economias.

O Brasil tem conquistado igualdade de concorrência com países desenvolvidos a conta-gotas e somente por meio do legítimo pleito na Organização Mundial do Comércio. Nunca de forma espontânea e imprevisível.

Instigar o desenvolvimento da indústria por meio da forte concorrência só cabe para áreas específicas. Mesmo assim decorrente de ampla discussão com os diversos setores da economia. O setor de informática é um dos poucos em que uma ampla abertura pode gerar benefícios a nossa economia, se considerarmos que a informática está disseminada em todos os setores econômicos.

O prazo previsto para a apresentação na OMC será em dezembro, em Hong Kong. Portanto, não há tempo a perder. Que o Governo Federal não tome, neste caso, decisão unilateral. Todos os setores da economia precisam participar da confecção da proposta final. O Brasil não pode abdicar das conquistas alcançadas com esforço e maximização da capacidade de técnicos e empresários brasileiros.

Muito obrigado.



A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro nos Anais da Casa que no dia 12 de setembro, segunda-feira, a Associação Mato-Grossense dos Municípios esteve reunida com a bancada federal, quando firmaram termo de compromisso para unir esforços, a fim de viabilizar a aprovação de projetos com reivindicações para o desenvolvimento dos Municípios não só de Mato Grosso, mas também de todo o Brasil.

Sr. Presidente, reiteramos nosso apoio e nossa solidariedade às reivindicações, pois entendemos serem justas e cremos ser necessário um novo pacto federativo para que os Municípios não sejam tão penalizados como estão sendo até agora.

Embora estejamos vivendo momentos difíceis nesta Casa, queremos reafirmar nosso compromisso de luta para que os Municípios tenham êxito na sua luta.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A ORADORA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 246.3.52.O
Data: 14/9/2005

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINAS 54 A 54-D)



O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando de Fabinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 12, anteontem, a Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás — ADIAL comemorou seu aniversário de 10 anos em evento de suma importância coordenado pelo seu Presidente, o empresário Ciro Miranda, que contou com a presença dos Governadores de Goiás, Marconi Perillo, e de São Paulo, Geraldo Alckmin.

Nessa década de existência, em parceria com Prefeituras Municipais e com o Governo Estadual, a ADIAL tem sido uma alavanca para o desenvolvimento industrial de Goiás.

Registro, portanto, o transcurso do 10º aniversário da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás e envio meus cumprimentos ao Sr. Ciro Miranda e à Diretoria da ADIAL.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Fernando de Fabinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Daniel Almeida. S.Exa. dispõe de até 5 minutos na tribuna.



**DISCURSO DO SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA QUE, ENTREGUE
À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.**



O SR. RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando de Fabinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RICARDO BARROS (PP-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tomo conhecimento de que o Ministro Nelson Jobim determinou “... a *imediata suspensão da tramitação e do processamento de medida disciplinar contra os Impetrantes, encaminhado pela autoridade coatora ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, até o julgamento final do presente mandamus*”.

Ou seja, os Deputados João Paulo Cunha, Josias Gomes da Silva, Luiz Carlos da Silva, Paulo Roberto Galvão da Rocha, José Mentor Guilherme de Mello Netto e João Magno de Moura impetram mandado de segurança com pedido de liminar contra ato praticado pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, para que fosse suspensa a tramitação dos seus processos de cassação.

Sr. Presidente, essa liminar vai de encontro à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, que aprovou o parecer do Corregedor e determinou o encaminhamento ao Conselho de Ética dos processos contra esses Parlamentares.

Essa liminar cria precedente muito grave, pois os julgamentos feitos por este Plenário são políticos. Quando o Supremo Tribunal Federal inocentou o ex-Presidente Collor, isso não lhe devolveu os direitos políticos cassados por 8 anos. O julgamento da Casa é político. Nossas decisões não têm a ver com a tramitação que se determina.

Pergunto à Presidência que providência tomou para a imediata cassação dessa liminar e o retorno à ordem dos trabalhos desta Casa.



O SR. PRESIDENTE (Fernando de Fabinho) - Nobre Deputado Ricardo Barros, posteriormente, responderei a indagação de V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Fernando de Fabinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado João Alfredo.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se vivo fosse, Tito de Alencar, o Frei Tito, faria hoje 60 anos de idade.

Por ser personagem de uma história que deve sempre ser lembrada — até para que não se repita e porque produziu lições que jamais deixarão de ser referência para aqueles que lutam por uma sociedade mais justa —, pela pessoa e pela liderança que foi, Frei Tito merece homenagem especial nesta data.

Nascido em Fortaleza, Capital do Ceará, Frei Tito entrou na Juventude Estudantil Católica — JEC em 1966. Dominicano, foi transferido para o Convento de Perdizes, em São Paulo, onde iniciou sua militância política. Foi preso pela Operação Bandeirantes e torturado barbaramente pelo então Delegado Fleury. Hoje, em Fortaleza, no Museu do Ceará, inaugura-se a Exposição Sala Escura da Tortura.

Em 1968 ocorreu sua primeira prisão, em Ibiúna, São Paulo, durante congresso da UNE. No ano seguinte voltou à prisão. Do Presídio Tiradentes foi transferido para a sede da Operação Bandeirantes, onde foi torturado por 3 dias. Em 1970 Frei Tito foi expulso do País. Foi encontrado enforcado em uma árvore no dia 10 de agosto de 1974, na França.

Há pouco mais de um ano sua morte foi considerada responsabilidade do Estado e seus familiares receberam 100 mil reais de indenização. Foi o primeiro caso aprovado pela Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos, com base em medida provisória aprovada no ano passado, convertida em lei, que



estende a indenização por crimes da ditadura a parentes de pessoas que se suicidaram por causa de traumas psicológicos decorrentes de torturas.

Se não houvesse outras justificativas, a lei se explicaria pela declaração do capitão Albernaz feita a Frei Tito durante uma sessão de tortura. Disse o torturador: *“Se não falar, será quebrado por dentro, pois sabemos fazer as coisas sem deixar marcas visíveis. Se sobreviver, jamais esquecerá o preço de sua valentia”*.

Para ressaltar a importância de Frei Tito na história brasileira, cito trecho do belo artigo do Prof. Francisco Régis Lopes Ramos, publicado no jornal *O Povo*, de Fortaleza, no último domingo, intitulado *O Futuro do Pretérito*, sobre os 60 anos de Frei Tito.

Diz ele:

“Lembremos, então, a ausência (presença) de frei Tito. Antes de tudo, porque ele faz falta. Muita falta. Mais do que nunca, necessitamos daqueles ideais que, nos anos sessenta, faziam a vontade de mudar, o desejo de procurar saídas para superar as velhas e sempre renovadas ‘desigualdades sociais’. Não se trata de ‘resgatar o passado’, nem de cultivar aquele romantismo historiográfico que prega a volta ao pretérito. Nada disso. O que importa é fazer uma íntima relação entre passado, presente e futuro, sentindo que uma história do que poderia ter sido dá a todos nós a responsabilidade de recriá-la”.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito a oportunidade para solicitar que sejam registradas nos Anais da Casa as reivindicações dos trabalhadores das universidades brasileiras que estão em greve, por meio da FASUBRA.

Solidarizamo-nos com esses trabalhadores e ao mesmo tempo solicitamos do Governo abertura de um canal de negociações para resolver essa problemática, via MEC.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR



(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINAS 63 A 63-C)



A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho mais uma vez à tribuna para trazer não só a minha preocupação com a situação dos Municípios do meu Estado do Rio de Janeiro, mas também a da Associação dos Prefeitos Municipais do Rio de Janeiro — APREMERJ.

Em reunião daquela entidade com a bancada federal do Estado e as autoridades estaduais, os Prefeitos expressaram suas preocupações com a crise por que passam os Municípios e a pouca perspectiva de atuação deste Parlamento diante das matérias que lhes dizem respeito.

Da reunião resultou documento com reivindicações consideradas urgentíssimas e urgentes.

A primeira representa ações de curtíssimo prazo, que visam viabilizar a administração municipal ante a aproximação do encerramento do exercício, em que as despesas se elevam e as receitas atuais não são suficientes para suportá-las.

As reivindicações são:

a) aprovação por esta Casa da reforma tributária que eleva em 1% o Fundo de Participação dos Municípios;

b) aprovação da PEC nº 74, de 2003, com a inclusão feita pelo Senado Federal, que regulamenta os limites percentuais dos precatórios judiciais;

c) parcelamento dos débitos dos Municípios no INSS em até 240 meses, descontado no Fundo de Participação dos Municípios, exclusivamente, sem retenção de outras contribuições correntes;

d) isenção de IPI para máquinas e equipamentos — tal medida possibilitaria a aquisição de maquinário e equipamentos para equiparem as Prefeituras com frota



mais nova e com menos gasto com a recuperação da frota de caminhões, máquinas e ambulâncias que se encontra totalmente sucateada;

e) aprovação de resolução do Senado Federal, que permite aos Municípios a transferência de sua dívida ativa às instituições financeiras para cobrança, mediante adiantamento de parte do crédito;

f) a tramitação em regime de urgência nesta Casa do Projeto de Lei nº 4.896, de 2005, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 42, de 2003, que possibilita o repasse de 100% da arrecadação do ITR para os Municípios que assumirem a cobrança do imposto.

A segunda, com margem de tempo de adoção para o próximo ano, são:

a) aprovação da PEC nº 415, de 2004, que cria o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEB);

b) regulamentação dos gastos com a saúde, objeto do Projeto de Lei Complementar nº 01, de 2003, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, que fixa a participação da União no financiamento da saúde; e

c) saneamento básico — aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 5.296, de 2005, do Governo Federal, que define a política de saneamento para o País.

É bem verdade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados que a crise por que passa esta Casa, que hoje completa nada mais que 100 dias, é lamentável, porém de conhecimento público e reconhecida por todos. Ocorre que esta Casa não devia, mas encontra-se parada há quase 100 dias. Nos Municípios, as coisas não param e as demandas se avolumam. E com a proximidade do final do exercício, o aumento



das despesas com o 13º salário e os encargos incidentes coloca seus administradores, que requerem providências de toda ordem, em estado de alerta e de desespero.

Assim, faço este registro não só pelo apoio que dedico à Associação e a seus membros, mas também para apelar aos nobres pares e às Lideranças de todos os partidos para que acolham, recebam, reflitam e deliberem sobre o tema, pois não acredito que a preocupação e a crise estejam atingindo apenas os Municípios do meu Estado do Rio de Janeiro.



O SR. LINCOLN PORTELA (PL-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há algumas semanas, foi possível constatar em reportagem exibida no programa *Fantástico* a extensão do flagelo de nossas crianças e adolescentes, vítimas de prostituição enredadas em esquemas agenciados por donos de postos de gasolina, de motéis, caminhoneiros e autoridades locais.

Chamo a atenção dos ilustres pares para mais um dado impressionante da pauta da violência contra nossas crianças e adolescentes: é dentro de casa que as crianças e adolescentes têm seus direitos violados com mais frequência.

Pesquisa publicada em junho deste ano pela Agência de Notícia dos Direitos da Infância revela que as mães e os pais são os principais denunciados nos Conselhos Tutelares, a partir da análise das ocorrências no período de 1º de janeiro de 1999 a 11 de abril de 2005, registrada no Sistema de Informação para a Infância e Adolescência.

Mães e pais somam mais de 50%, das 361 mil denúncias registradas nos 12 Estados que freqüentemente enviam informações ao órgão acima citado. O maior volume de dados provém de Santa Catarina, Paraná, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Ceará, Unidades da Federação que mais fazem uso da ferramenta.

Essa pesquisa nos apresenta uma realidade assombrosa: a família é a maior violadora dos direitos das crianças e adolescentes. Vejam o quão distante está de nós a realidade de plena atenção aos direitos de crianças e adolescentes no Brasil, direitos esses consagrados na Constituição Federal, principalmente no Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA, que agora completa 15 anos de vigência.



O que acontece no Brasil hoje é a condenação de milhares de crianças e jovens brasileiros à vida subumana, aos maus-tratos, aos abusos, à violência, ao trabalho em lugar da escola, à completa negação dos direitos.

Um país não pode ter cidadãos de primeira e de segunda categorias. É uma ilusão acreditar que crianças e jovens bem-nascidos e educados construirão um futuro promissor para o Brasil.

Se o número crescente de brasileiros sofre com a negação do acesso às mínimas condições de vida — habitação, saúde, lazer, amor, cuidados, proteção, educação —, os principais violadores das crianças mais uma vez estão muito próximos: são familiares ou freqüentam ambientes comuns.

Precisamos, portanto, unir esforços para transformar essa realidade radicalmente.

Por esta razão, tomo esta oportunidade para congratular o Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF pela realização, entre 23 e 25 de agosto de 2005, da consulta nacional sobre violência contra criança e adolescente, em parceria com várias organizações internacionais e com o Governo brasileiro. O encontro aconteceu na sede do PARLATINO — Parlamento Latinoamericano, em São Paulo.

Esse encontro fez parte do processo de construção de um estudo global, coordenado pelo ilustre brasileiro, Paulo Sérgio Pinheiro. Pretende-se, com o estudo global, ir além da discussão sobre causas e conseqüências da violência contra crianças. Procura-se encontrar caminhos para enfrentar a negação e a violação dos direitos de crianças e adolescentes em todo o mundo, a partir da reunião de informações geradas nacional e regionalmente.



Um instrumento que está à disposição do Brasil é a Convenção Internacional sobre Direitos da Criança de 1989, que de fato abrange todas as pessoas de zero a 18 anos de idade.

Como visto tanto no âmbito nacional como no internacional, instituições governamentais e não governamentais estão em funcionamento. A legislação vigente é plenamente aplicável e existem políticas, ações e indicadores que permitem a atuação eficaz para prevenir, combater e punir esses crimes.

Portanto, apelo aos que estão me assistindo ou ouvindo para que façam denúncias.

Durante o discurso do Sr. Lincoln Portela, o Sr. Fernando de Fabinho, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ciro Nogueira, 2º Vice-Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Ciro Nogueira) - Concedo a palavra ao Sr. Lino Rossi.

O SR. LINO ROSSI (PP-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, na sessão deliberativa ordinária de ontem, o Senado Federal aprovou o Projeto de Resolução nº 74, de 2005, que autoriza a União a renegociar dívidas contraídas pelo Banco de Moçambique, a garantir operações de créditos internacionais pelo BNDES e a contratar operações de créditos externos.

Ao todo, deverão ser parcelados aproximadamente 331 milhões de dólares, o que não é pouca coisa, diga-se de passagem. Isso é fruto de Contrato de Reestruturação da Dívida, firmado em 31 de agosto de 2004. Não tenho absolutamente nada contra Moçambique, nem contra os moçambicanos, que também são nossos irmãos de língua portuguesa. O que me chama muito a atenção é essa benevolência concedida, acho que até justamente (não quero julgar a decisão dos nobres Senadores), a um outro país. No entanto, caros colegas, tenho aqui em mãos um documento a mim enviado pela Câmara de Vereadores de Matupá, Município lá do meu Estado Mato Grosso, que tem sua economia voltada para a agricultura. Neste documento há a reivindicação que vai de encontro ao que acabei de falar sobre a aprovação do projeto de resolução.

Os produtores rurais de Matupá receberam a notícia do Governo Federal, através do Banco do Brasil, de que não irá abrir linhas de financiamento para a safra 2005/2006 de arroz, por causa do alto índice de inadimplência, segundo o Governo, por parte desses mesmos produtores.

Por isso, quero abraçar aqui essa bandeira, em nome daqueles que precisam da renegociação da dívida por parte do Banco do Brasil, porque eles não estão pagando não simplesmente porque não querem. Se fosse isso, mais que justo que



não se abrissem as linhas de crédito. Mas não é o caso. O motivo da inadimplência ocorre pela frustração parcial da safra 2005, ocasionada pelas intempéries naturais, mais precisamente pelo excesso de chuva, que impossibilitou a colheita, e pelos baixíssimos preços praticados pelo Governo Federal através da CONAB.

Portanto, é imprescindível que o Banco do Brasil restabeleça as linhas de crédito para os produtores de arroz do extremo norte mato-grossense, para que os mesmos continuem nessa atividade e, dentro dos prazos negociados, saldem seus débitos juntos às instituições credoras.

Sr. Presidente, o quadro é desolador. Com a impossibilidade do setor produtivo de trabalhar, os reflexos imediatos são sentidos com nitidez no comércio local e regional, e os comerciantes garantem que houve uma queda nas vendas em torno de 70%.

Por isso, faço o meu apelo, Sr. Presidente. O que custa renegociar as dívidas desses produtores de arroz do extremo norte mato-grossense, se este Congresso concedeu ontem um privilégio idêntico ao Banco de Moçambique? Volto a frisar, nada contra Moçambique, mas, se o Banco do Brasil abrir novas linhas de crédito, estará beneficiando a nossa gente, o nosso povo, acima de tudo. É tão óbvio isso.

Gastamos metade do nosso orçamento para pagar a dívida externa, bem como seus juros. Por que não darmos a mão a quem precisa, socorrermos quem produz? Fica o meu apelo e meu protesto!

Sr. Presidente, solicito que este meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e que o ofício da Câmara dos Vereadores de Matupá seja registrado nos Anais da Casa.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

OFÍCIO A QUE SE REFERE O ORADOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 246.3.52.O
Data: 14/9/2005

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINAS 72 A 72-A)



O SR. PRESIDENTE (Fernando de Fabinho) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Carlos Alberto Leréia.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, desejo apenas apresentar indicação, a ser encaminhada ao Sr. Presidente da República e à Sra. Ministra-Chefe da Casa Civil, para que o Governo envie a esta Casa projeto de lei ou medida provisória sobre o endividamento das Prefeituras com o INSS, para resolvermos esse caso. Essa situação está insustentável na maioria dos nossos Municípios.



O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, registro nos Anais da Câmara dos Deputados importantíssimo artigo do advogado Elisio Arimatea Ribeiro sobre a anistia em nosso País, que faz referência a um modelo que tem sido utilizado em vários países do mundo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito para me congratular com a população do Município cearense de Limoeiro do Norte, que completa seus 108 anos, e com a Câmara Legislativa, que concedeu o Título de Cidadão Limoeirense ao Presidente da Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Nordeste (AABNB), José Edson Braga, mediante um projeto de autoria do Vereador José Gilban de Moura. O projeto obteve parecer favorável da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e foi aprovado, por unanimidade, nas duas sessões ordinárias realizadas pela Câmara Municipal.

Braga é um lutador que desenvolveu laços estreitos com Limoeiro do Norte desde os anos 1948/1952, quando, em sua primeira infância, seu pai, Aristides Braga, Coletor Estadual, foi transferido para o Município. Depois de uma breve ausência de 3 anos, retornou em 1955, num novo ciclo que se estendeu até 1961. Lá, viveu sua adolescência, marcando sua educação familiar e formação cultural, que incluíram os jogos de futebol, as andanças de bicicleta, as caçadas nos carnaubais e os banhos nos morros.

Numa terceira etapa de convivência na Princesa do Vale, nome carinhoso atribuído no Ceará ao Município de Limoeiro, após mais 3 anos fora da cidade, vive sua fase adulta a partir de 1964, no início da sua carreira profissional no BNB, onde ingressou mediante concurso público. A vida profissional de José Edson Braga o levou a fixar residência em várias cidades da Região Nordeste, sem entretanto se



desvincular de Limoeiro do Norte, de suas amizades construídas ao longo dos anos ou do trabalho missionário do Encontro de Casais com Cristo.

Finalmente, restabeleceu um contato mais intenso com a cidade a partir de 1997, já na condição de diretor da Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Nordeste, lá instituindo uma representação da AABNB para garantir a defesa e os direitos dos servidores de Limoeiro e da região, também como integrante da Associação dos Ex-Alunos do Seminário (ASSEL).

Numa solenidade que aconteceu no dia 30 de agosto, na Câmara Municipal, por ocasião dos 108 anos de fundação do Município de Limoeiro do Norte, José Edson Braga recebeu sua justa homenagem.

Essa feliz coincidência nos oferece a oportunidade de articular a digna trajetória de Braga a uma boa parte da história de Limoeiro do Norte — que se encontra na região Jaguaribana, onde se iniciou a colonização do Estado do Ceará, pelas cidades de Aracati, Russas e Icó, fundamentais para o desenvolvimento da cultura e do comércio cearense. Ao lado desses pólos importantes para o desenvolvimento do Estado, Limoeiro do Norte, a Princesinha do Vale, também ofereceu sua relevante contribuição, tornando-se inclusive o berço de cearenses ilustres como Padre Valdevino e outros, e figurando, em termos de renda *per capita*, como o décimo Município mais rico do Ceará.

Com uma extensão de 564 quilômetros quadrados e uma população de mais de 44 mil habitantes, Limoeiro do Norte conta com ensino superior e com uma unidade do Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC), assumindo uma posição de destaque também na formação intelectual de seus habitantes e dos estudantes da região, contribuindo decisivamente para a sua prosperidade.



Alguns dos antecedentes mais curiosos de Limoeiro remontam ao período em que o padre Acelino, pároco de Limoeiro (1908-1922), contratou seu amigo e artista mestre Sombra para construir sua residência, que se tornou o prédio mais vistoso da cidade. Quando o sacerdote se retirou, o prédio serviu de sede para algumas instituições: Escolas Reunidas, Prefeitura Municipal, Educandário Padre Anchieta, Cine Brasil, Associação Cultural e o Centro Cultural e Artesanal de Limoeiro.

Em 1997, no centenário da cidade, o prédio abriga o Núcleo de Informação Tecnológica, o qual serve aos jovens, culturalmente, com salão de jogos e lazer, sala de projeções cinematográficas, uma galeria de fotos históricas, entre outros atrativos. José Ferreira Sombra (ou mestre Sombra) foi um grande artista limoeirense. Foi projetista, pedreiro, pintor, marceneiro, poeta e agricultor. Os mais belos prédios da cidade têm seu nome, a exemplo da Igreja de Santo Antônio, o prédio de Oliveira Irmão, a Casa de Câmara.

A Sétima Arte, em Limoeiro, teve início com a inauguração do Cine Teatro Moderno, em 1925. Um pequeno projetor movido a manivela projetava as imagens na tela e um conjunto musical dava o toque final de acordo com o filme, pois o cinema era mudo. As sessões cinematográficas eram festivas e as fitas que mais faziam sucesso eram de Charles Chaplin. Em 1940, o Cine Moderno fechou, e o cinema falado chegou com a inauguração do Cine Brasil, em 1942. Aqui, antes de cada sessão, os limoeirenses recebiam informações políticas e educativas com a exibição de jornais que precediam a exibição.

Conhecida como Capital Nordestina da Bicicleta, Limoeiro é a segunda cidade brasileira com o maior número de bicicletas proporcionalmente à sua população, superada apenas por Joinville (Santa Catarina). Seu contingente de bicicletas é



calculado em 10 mil unidades, favorecidas em sua circulação pela topografia plana da cidade.

Assim é nossa querida Limoeiro. O povo de Limoeiro do Norte e este homenageado de 108 anos, José Edson Braga, recebam nossos efusivos cumprimentos nesta festiva data.

Finalmente, Sr. Presidente, há 26 anos, no dia 28 de agosto de 1979, foi promulgada a Lei nº 6.683, da Anistia, resultado das lutas acumuladas pelo povo brasileiro no enfrentamento ao regime militar e pela reconquista das liberdades democráticas perdidas em 1964. Resgatava-se assim, mesmo que parcialmente (a Anistia não nos chegou ampla, geral e irrestrita como desejávamos), nobres sonhos libertários de uma Pátria amordaçada pelo autoritarismo.

Essa proclamação precedeu em cerca de 9 anos a Carta qualificada por Ulysses Guimarães como Constituição cidadã — que também não nos chegou plenamente em seus postulados de liberdade e soberania, visto que significaria uma transição de ruptura com o estofo conservador da nossa formação.

Mas expressou, cumulativamente à Anistia, com seus dispositivos duramente conquistados mediante a ativa participação da sociedade, a vitória possível naquele momento para o imenso contingente de democratas e patriotas que há muito lutam por uma efetiva e profunda democracia no Brasil, que empreendem batalhas incansáveis por mais democracia, cada vez mais democracia, em nosso País.

Tais conquistas, sobretudo sociais com uma fisionomia legislativa, servem à reflexão sobre a crise política em curso e sobre a consistência da democracia vigente hoje no Brasil. Como resultado de uma transição negociada — e não de ruptura, fazendo valer os anseios da sociedade brasileira após 21 anos de sufoco —



, a democracia conquistada apresenta ainda os limites que permitem às forças conservadoras, de direita, covardemente, golpeá-la.

A situação atual, quando se procura sangrar aos poucos, perversa e lentamente, o primeiro Presidente da nossa história saído de uma extração efetivamente popular e operária, é exemplar dessa prerrogativa da direita conservadora.

A nossa Anistia, abraçada pela Constituinte de 1988, precisa hoje ser completada com a consolidação democrática, na contramão dos propósitos dos que — herdeiros da ditadura — renunciaram para não perder seus direitos políticos e voltaram ao Congresso Nacional; dos que privatizaram fraudulentamente parte importante do patrimônio público, sucateando a capacidade de intervenção do Estado e submetendo a economia brasileira às exigências neoliberais de confisco da capacidade de investir no desenvolvimento; dos que cometeram toda sorte de crimes contra o povo brasileiro e agora assumem, sem a menor autoridade ética e moral, a posição de paladinos da honestidade.

São esses os mesmos que buscam obstinadamente restringir a democracia, inconformados com a liberdade dos 53 milhões de brasileiros que votaram em Lula para Presidente. Os mesmos que, com sua ação histórica voltada para o tripé indigência, eleições e cesta básica, colocaram um equivalente exército de brasileiros na miséria absoluta, criaram a lógica de uma das maiores concentrações de renda do planeta e mantêm centenas de bilhões de reais nos paraísos fiscais, privando o País da prosperidade.

Os mesmos que, com sua prática escorada numa tradição de baixo nível moral, retiram a escória da cadeia e negociam com a delação premiada a honra das



peessoas, alimentando uma autêntica rede de infâmias, intrigas, de pura hipocrisia e cinismo.

Os mesmos que, enfim, pretendem a consumação de uma reforma política restritiva à democracia, com uma cláusula de barreira draconiana e outras medidas casuísticas voltadas para a perpetuação do crime — que dizem, com o apoio da mídia, combater — e de sua própria permanência absoluta num quadro político de 4 ou 5 legendas conservadoras, ao gosto dos séculos de vigência dos descaminhos e dos maus costumes no Brasil. De um país impedido sistematicamente de cumprir sua destinação histórica de grande potência a serviço da paz e do desenvolvimento para os povos.

Concluo em comunhão com o nosso saudoso poeta Carlos Drummond de Andrade na produção de seus inspirados lírios, a versejar: *“Anistia (...) quero que voes, com asas te imagino, sobre os desencontros, as mesquinhezas dos pobres intérpretes da tua grandeza luminosa”*.

É o que, registrando mais um aniversário da Anistia no Brasil, tenho a dizer.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 246.3.52.O
Data: 14/9/2005

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINAS 80 A 80-D)



O SR. GERALDO RESENDE (PPS-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, “o tempo é o senhor da razão”. É chegado o tempo da razão daqueles que, como nós, jamais aceitaram que a morte de crianças indígenas por desnutrição, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, fosse um fato absolutamente normal, como chegou a dizer o ex-Ministro da Saúde do Governo Lula e tantas outras autoridades públicas.

Aliás, o próprio Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, no início de todo esse trágico episódio, chegou a jogar a culpa pelas mortes na cultura indígena. É chegado o tempo da razão, razão que assiste hoje a nós, que desde 2003 vínhamos alertando para uma série de irregularidades que culminariam, como culminaram, na perda de vidas humanas. Mas, ao invés de nos darem ouvidos, preferiram nos rotular de alarmistas, de sensacionalistas, de politiqueiros e tantos outros adjetivos que desqualificavam a nós e nosso discurso. Deveriam ter entendido o que dizíamos e assim evitariam as mortes que se sucederam.

Aqueles que preferiram virar as costas para nossa razão e os que por toda lei tentaram obstaculizar nosso caminho são tão responsáveis pelas mortes das crianças quanto a turba delirante de sangradores de verbas públicas.

Eis que, a partir das irregularidades patrocinadas pela Coordenação da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) em Mato Grosso do Sul e trazidas à tona pelo trabalho da Comissão Externa da Câmara Federal que investigou a morte de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, por nós coordenada, e também pela atuação isenta e reta da Comissão Parlamentar de Inquérito da Desnutrição da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do



Sul, presidida pelo Deputado Maurício Picarelli e tendo por Relatora a Deputada Bela Barros, a Fundação Nacional de Saúde promoveu, entre abril e julho deste ano, uma auditoria interna.

Como resultado preliminar dessa auditoria, temos que 14 funcionários da FUNASA em Mato Grosso do Sul foram afastados por que sobre eles recaíram as suspeitas de serem mentores e executores das irregularidades já cabalmente demonstradas. São gastos excessivos nos contratos firmados para manutenção de máquinas perfuratrizes e de assistência técnica a bombas submersas e geradores; superfaturamento de contas públicas e alteração irregular de contratos firmados com empresas para a manutenção da frota de veículos e fornecimento de combustíveis, entre várias outras situações classificadas como “maracutaias” pelo jornal *Correio do Estado*, na semana passada.

Esse afastamento vem corroborar os fatos identificados pela Controladoria Geral da União — CGU, por provocação da Comissão Externa desta Casa que investigou as mortes das crianças indígenas, que já mencionamos nesta tribuna na última semana.

Irregularidades, ilegalidades e má-fé existem e foram determinantes para as mortes das crianças por desnutrição. Isso é inexorável e desnuda a arrogância dos que taxaram nossa atuação obstinada como mero jogo político.

Agora que os culpados vão aos poucos aparecendo, a sustentação da visão míope do Governador do Estado, do Prefeito de Dourados e de vários setores do Governo Federal implicará conivência e cumplicidade, punível na mesma medida que merecem aqueles que estavam na ponta do processo.



O Governo Federal deve exigir a restituição dos valores gastos indevidamente. Deve cobrar incontinenti o ressarcimento do Erário e a responsabilização, inclusive criminal, de executores e de mandantes de cada uma das irregularidades observadas.

É o que estamos solicitando ao Ministério da Justiça, ao do Desenvolvimento Social, à FUNAI e à FUNASA e a todos quantos são co-responsáveis pela tragédia. Esse é o objeto do requerimento que ora apresentamos à Mesa. É certo que isso não vai trazer de volta as mais de 40 vidas inocentes perdidas, mas a impunidade seria um precedente para outros genocídios em setores minoritários de nossa sociedade.

É chegado o tempo da razão, e agora não há meio termo, ou se está do lado em que sempre estivemos nessa questão, ou se morre abraçado à mentira.

Gratos pela atenção.



O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os novos investimentos anunciados pelo Governador Jarbas Vasconcelos para Pernambuco devem somar cerca de 8 bilhões de reais e isso mostra que, apesar da grave crise política que vivemos, a economia está reagindo bem e não há perda de confiança dos investidores privados.

O fato é que não apenas Pernambuco, mas todo o País têm atingido níveis saudáveis de desenvolvimento e já se anuncia um aumento de 3,5% no PIB nacional.

Desde 1999, o Programa de Incentivos Fiscais de Pernambuco (PRODEPE) registra a atração de 618 indústrias, somando projetos que podem elevar o PIB de Pernambuco, este ano, para 4,2% e até 4,6%.

Segundo a agência CONDEPE/FIDEM as projeções desse ritmo podem manter um crescimento, nos próximos 5 anos, de 3,5% do PIB em média.

No conjunto do Nordeste, a Bahia aproxima-se com uma projeção de crescimento do PIB estadual em 4,6% em 2005.

Como, na prática, já não existe plano de desenvolvimento regional, pois a ADENE — Agencia de Desenvolvimento do Nordeste nasceu sem força política e sem recursos financeiros disponíveis (os recursos existem no Orçamento, mas não estão disponibilizados pelo Tesouro), os Estados da região realizam suas campanhas de atração de investimentos à base dos incentivos fiscais, financeiros e locacionais, chegando a Bahia a oferecer um desconto máximo de 8% do ICMS para novos empreendimentos que o seu Governo julgue prioritários.

Essa “guerra fiscal” se profissionalizou, pois os executivos dos Governos Estaduais realizam visitas diretas a investidores potenciais nacionais e estrangeiros



e até mobilizam suas bancadas nas duas casas do Congresso, como vimos, recentemente, no caso da decisão de instalar-se em Pernambuco uma refinaria de petróleo com a associação de capitais privados, da PDVSA, da Venezuela, e da PETROBRAS.

Hoje em dia, Pernambuco dispõe da melhor infra-estrutura portuária e aeroportuária da região e o Porto de Suape atrai, cada vez mais, navios contentores. Na área de projetos álcool-químicos, Pernambuco, que já liderou a posição nos anos 60 e 70, parte para a recuperação com a produção de eteno e PTA — ácido tereftálico purificado, enfrentando árdua competição com os pólos de Camaçari/Bahia e o novo GÁSRIIO.

Há, todavia, projeto no sentido de sediar em Pernambuco um pólo de derivados acéticos a partir do gás natural/metanol, segundo dados recentemente divulgados pela Federação das Indústrias de Pernambuco, considerando que o ácido acético é totalmente importado e o Estado é, no País, o seu maior consumidor. Talvez esse pólo, pela sua importância socioeconômica e efeitos cumulativos, poderá representar para Pernambuco tanto quanto uma refinaria de Petróleo, dizem analistas. Esse pólo poderá produzir resinas de vidros de segurança e pára-brisas, adesivos, solados, tubos, filmes, tintas, rios têxteis, ácido ascórbico, fungicidas e herbicidas, além de fármacos.

Sua viabilidade dependerá da oferta de gás natural ou da importação de metanol a baixo preço da própria Venezuela, que caminha para ser parceiro seguro na instalação da Refinaria Abreu e Lima de petróleo. A própria diretoria da PDVSA já admitia, em 2000, produzir, ao lado da futura refinaria, ácido acético a partir do gás natural/metanol.



O pólo gesso, o pólo têxtil, o pólo químico, a refinaria, a Transnordestina e as médias e pequenas indústrias que se instalam no Estado ajudarão, no próximo decênio, a mudar o perfil econômico de Pernambuco e também a criar novos empregos diretos e indiretos, baixando os níveis de violência que, em boa parte, decorrem da pobreza, oferecendo emprego à população mais jovem na faixa etária dos 18 aos 25 anos, na qual se situam, segundo estudos sociológicos recentes, os delinqüentes presos.

A mudança desse perfil econômico, que já se processa, levou a Corduroy, o terceiro maior fabricante de veludo do mundo, a transferir parte da sua produção de São Paulo para o Porto de Suape, por estar mais próximo dos Estados Unidos e da Europa, segundo noticiou a revista *Veja*, recentemente.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou otimista quanto ao futuro de Pernambuco, que sempre se colocou, no Brasil, a serviço da nacionalidade, em termos políticos, e agora caminha para ajudar mais ainda na sua independência econômica.

Muito obrigado.



O SR. FERNANDO DE FABINHO (PFL-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita alegria que assomo a esta tribuna para homenagear a minha cidade de Feira de Santana, que no próximo dia 18 estará comemorando o transcurso do seu 173º aniversário de emancipação política.

No dia 9 de maio de 1833, o Município e a Vila foram criados com a denominação de Vila do Arraial de Feira de Sant'Anna, tendo sido o território desmembrado de Cachoeira, constituída pelas Freguesias de São José das Itapororocas (sede), Sagrado Coração de Jesus do Perdão e Santana do Camisão, atual Município de Ipirá, embora a data de criação do Município tenha ocorrido a 18 de setembro do mesmo ano, quando foram empossados os primeiros Vereadores: capitão Manoel da Paixão Bacellar e Castro — primeiro presidente —, reverendos Luiz José Antônio Manoel Vitorino e Antônio Manoel Paulino Nascimento, capitão Joaquim José Pedreira Mangabeira e Joaquim Caribé Meretova. O primeiro intendente, a partir da proclamação da República, foi Joaquim de Melo Sampaio. A Lei Provincial nº 1.320, de 16 de junho de 1873, elevou a vila à categoria de cidade. A partir daí, passou a ser chamada de Cidade Commercial de Feira de Santana. Os Decretos Estaduais nºs 7.455 e 7.479, de 23 de junho e 8 de agosto de 1931, respectivamente, simplificaram o nome para Feira. O Decreto Estadual nº 11.089, de 30 de novembro de 1938, oficializou a denominação do Município: Feira de Santana, uma homenagem ao casal Domingos Barbosa de Araújo e Anna Brandoa, considerados fundadores no século XVII, quando ergueram sua Fazenda Sant'Anna dos Olhos D'Água, em homenagem à sua santa de devoção, Senhora Sant'Anna.



A partir daí, começa a nascer um ponto obrigatório de tropas, viajantes e tropeiros vindos do alto sertão baiano e de outros Estados a caminho do porto de Cachoeira — nessa época a vila mais importante da Bahia —, sedimentando um comércio de gado importante ao lado de uma feira que passou a acontecer sempre.

Com o crescimento do povoado, foi preciso organizar as ruas alargando-as, surgindo assim inúmeras casas comerciais que se instalaram para atender a população que crescia e se instalava e também a população flutuante.

Feira de Santana tem um povo hospitaleiro e trabalhador, e seu hino reflete bem a importância da cidade que fala em seus versos. De autoria de Georgina Erisman, o hino diz o seguinte:

Salve ó terra formosa e bendita

Paraíso com o nome de Feira

Toda cheia de graça infinita

És do norte a princesa altaneira

Bem nascida entre verdes colinas

Sob o encanto de um céu azulado

Ao estranho tu sempre dominas

Com o poder do teu clima sagrado

Sorridente como uma criança

Descuidosa da sua beleza

Do futuro és a linda esperança

Terra moça de sã natureza



Poetisa do branco luar

Pelas noites vazias de agosto

Fiandeira que vive a fiar

A toalha de luz de sol posto

De Santana és a filha querida

Noite e dia por ela velada

E o teu povo tão cheio de vida

Só trabalha por ver-te elevada

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agora que contamos um pouco da história dessa cidade que continua a crescer alvissareira, gostaríamos de falar de outras áreas importantes para o desenvolvimento de Feira de Santana.

Com uma área de 1.339 quilômetros quadrados, Feira de Santana está localizada na zona de planície entre o recôncavo e os tabuleiros semi-áridos do nordeste baiano, distando 108 quilômetros da Capital, Salvador, e está a 234 metros acima do nível do mar. Esse contingente corresponde a quase o dobro da terceira cidade, Vitória da Conquista, com 262.585 habitantes, e a quarta, Ilhéus, com 221.883 habitantes, ocupando a 34ª colocação no *ranking* nacional, sendo maior que 8 Capitais: Aracaju, Vitória, Florianópolis, Rio Branco, Palmas, Porto Velho, Boa Vista e Macapá, conforme dados do Censo Demográfico 2000, do IBGE.

Seus principais Rios são Jacuípe e Paraguassu e tem uma população, conforme último censo, de 480.949 habitantes. Os residentes na zona urbana são 431.730, e, na Zona Rural, 49.219. Sua densidade demográfica é de 359.230



habitantes por quilômetro quadrado. É o quarto Município baiano em participação no PIB e também o 4º no IDH.

Pela importância de sua localização geoeconômica, Feira de Santana lidera a macrorregião, abrangendo 96 Municípios, com população de 2.705.634 habitantes, sendo um dos maiores entroncamentos rodoviários do interior do País e o maior do Norte e Nordeste, cortado por 3 rodovias federais: BRs-101, 116 e 324, e 4 rodovias estaduais: BA 052, 502, 503 e 504, favorecendo uma corrente e concentração de fluxo de população, mercadorias e dinheiro, num entreposto que liga o Nordeste ao Centro-Sul do Brasil, na fronteira da Capital Salvador com o sertão, do recôncavo aos tabuleiros do semi-árido da Bahia.

Responde pela segunda economia regional da Bahia, com amplitude de vínculos econômicos e relações de transações comerciais de um complexo de regiões. Sua economia é diversificada, abrangendo a agropecuária, comércio, indústria e serviços de apoio urbano. A cidade ostenta com muito orgulho a posição de centro distribuidor da produção regional e pólo de negócios e atividades dinâmicas.

A atividade industrial no Município de Feira de Santana é bastante diversificada. As indústrias ficam concentradas no Centro Industrial do Subaé — CIS, com duas áreas, uma localizada no Bairro do Tomba e outra às margens da BR-324, distantes 5 quilômetros do centro urbano, limitado pela Rodovia Feira-São Gonçalo e pelo anel de contorno rodoviário da Cidade. O CIS tem como destaque na sua produção os setores da metalurgia, metal-mecânica, borracha, química, alimentos, transporte, material plástico, bebidas e embalagem.



Já na produção de bens minerais, Feira destaca-se na extração de areia, argila, granito, manganês e pedra.

No comércio, Feira de Santana caracteriza-se pelo maior entroncamento comercial do Norte/Nordeste, com empresas atacadistas que atendem todos os Estados da Federação, como também um destacado centro varejista que tem como âncoras o Centro de Abastecimento, situado no centro da cidade, e o Shopping Iguatemi, o maior do interior da Bahia.

No setor pecuário, predomina o comércio de gado de corte e leiteiro, abastecendo toda a microrregião. Na agricultura, destaca-se o cultivo de frutas e verduras nas lavouras permanentes e das culturas do milho, da mandioca e do feijão, nas lavouras temporárias.

O setor de serviço é o segmento que mais tem crescido nos últimos anos, destacando-se o segmento de educação, saúde, transporte e serviços bancários, gerando novos postos de trabalho e dinamizando outros serviços essenciais para o dia-a-dia do Município.

Está situado no Polígono das Secas, excluindo-se apenas a área de Humildes, na direção NNO da capital. As coordenadas geográficas são 12° 15' 24'' de latitude sul e 38° 57' 53'' de longitude Gr., altitude de 234 metros, área de 1.338,1 quilômetros quadrados, clima seco a subúmido e semi-árido, a temperatura média anual é de 23,5°C, média máxima de 28,2°C e a média mínima de 19,6°C. Pluviosidade média anual máxima de 1.595 milímetros e a mínima de 444 milímetros.

Segundo dados do *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD, no período 1970/1991, o



IDH-M — Índice Municipal de desenvolvimento Humano — de Feira de Santana cresceu 57,5%, passando de 0,409, em 1970, para 0,644, em 1991. Em relação aos outros Municípios do Brasil, Feira de Santana apresenta uma situação boa: ocupa a 1.358ª posição, e, no Estado, a 3ª posição.

Feira de Santana é hoje um dos pólos de maior desenvolvimento regional do Brasil em educação superior, transformando-se em um centro de ensino superior, através de suas ações acadêmicas — ensino, pesquisa e extensão distribuídas em uma universidade pública, UEFS — Universidade Estadual de Feira de Santana, um dos maiores centros de excelência do interior do Brasil, que oferece 48 cursos de graduação, com 5.805 alunos matriculados, 65 cursos de especialização, 10 de mestrado e 3 de doutorado, com 4 faculdades particulares.

Nessa questão, temos um projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da região de Feira de Santana. Esse nosso Projeto de Lei recebeu o nº 4.404/04 e brevemente será relatado na Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável, segundo o Relator do projeto.

A rede de ensino em Feira de Santana possui 223 escolas de ensino pré-escolar, 443 de ensino fundamental, 38 de ensino médio. No ensino profissionalizante, contamos com o SENAI — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e com o CETEB — Centro Educacional de Tecnologia do Estado da Bahia.

Entre os eventos mais importantes, temos a Micareta (carnaval fora de época), realizada entre os meses de abril e maio, a Expofeira (exposição agropecuária), realizada no mês de setembro, e a festa de São João e São José (festas juninas), realizadas no mês de junho.



No que diz respeito à saúde, Feira de Santana tornou-se um grande pólo na área de assistência médico-sanitária, principalmente na rede pública, atraindo a população de toda a microrregião em busca de atendimento. São oferecidos 66 estabelecimentos de saúde, com 1.358 leitos disponíveis e 2.522 profissionais de saúde: 2,4 médicos por mil habitantes; 3 leitos hospitalares por mil habitantes.

Com uma economia diversificada, Feira de Santana é uma cidade de atração demográfica, de geração de emprego, renda e de grandes oportunidades de negócios, em todos os setores da atividade econômica.

O setor industrial é dotado de um centro industrial denominado “Subaé”, com espaços dotados de toda infra-estrutura básica, incentivos fiscais e facilidades de acesso ao crédito, em ramos como o químico, de material elétrico e de transportes, bebidas, alimentos, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, metalurgia, papel, papelão e embalagem.

Estão instaladas no centro industrial indústrias do porte da Pneus Pirelli, Cervejaria Kaiser, Siemens, Avipal, Jossan da Bahia, Química Geral do Nordeste, Brasfrut, dentre outras. O setor industrial arrecadou, em 1999, 43,1 milhões de ICMS, o que corresponde a 38,54% do total arrecadado no Município, e de IPI, 44,37 milhões, em 1998.

De acordo com o censo empresarial, foram contabilizadas 882 unidades fabris, em 24 ramos de atividades econômicas, gerando 12.880 empregos diretos e mais 39 mil indiretos, com arrecadação de ICMS, em 1999, de 43,1 milhões, correspondendo a 38,54% do total arrecadado no Município. O IPI arrecadado em 1998 foi de 44,37 milhões.



O setor comercial, com já dissemos anteriormente, é o de maior importância econômica na estrutura produtiva municipal em geração de emprego e de renda. Segundo o censo empresarial, existiam 4.160 estabelecimentos, sendo 81,4% varejistas e 18,6% atacadistas, o que propicia a geração de 25.013 empregos diretos e mais de 75 mil indiretos. Em 1999, foram arrecadados 65,56 milhões de ICMS, o que representa 58,53% do total de arrecadação no Município. Em 1999 foi inaugurado o Shopping Iguatemi Feira, com 86 mil metros quadrados de área, investimento de mais de 40 milhões de reais, com geração de 6 mil empregos diretos e indiretos, divididos em 126 lojas, com uma loja âncora, o Hipermercado Bom Preço, com mais de 12 mil metros quadrados de área construída, a rede de lanchonetes McDonald's, a loja de departamento C&A e 4 salas de cinema Multiplex. A cidade possui 6 cinemas.

O segmento de serviços tem despontando como mais uma vocação para o Município, com o surgimento de inúmeras empresas. Segundo o censo empresarial, foram contabilizados 6.373 estabelecimentos, gerando 24.829 empregos diretos. Dentro do segmento, destacamos os ramos de assistência médico-sanitária, de educação e transporte, que tem grande importância polarizadora.

A economia de Feira de Santana, até os anos 20, era fortemente baseada no setor agropecuário, responsável pela formação do seu núcleo urbano original. Com a chegada do capital industrial, na década de 70, os fluxos migratórios da zona rural em direção à zona urbana (exôdo rural), acentuaram-se, incorporando áreas que eram eminentemente rurais e passaram a fazer parte do tecido urbano.

Feira de Santana é considerada um dos mercados de referência nacional na cotação do preço da arroba do boi, sendo um centro de comercialização de bovino,



suíno e caprino, com abate e produção de seus derivados. A avicultura tem apresentado bons resultados e a expectativa dos criadores é de que a atividade cresça ainda mais com a implantação da empresa Avipal, que deve contribuir para o desenvolvimento e consolidação do pólo avícola no Estado.

O processo acelerado de urbanização do Município, o qual, sendo territorialmente pequeno e fortemente urbanizado, tende, a exemplo do que já aconteceu com os Municípios da Região Metropolitana de Salvador, a forçar a diminuição da importância da agricultura tradicional.

Nossos parabéns antecipados a Feira de Santana e o nosso abraço ao grande Prefeito José Ronaldo de Carvalho, que não mede esforços para que a cidade continue sendo referência no Estado da Bahia.

E é com muito orgulho que me dirijo ao povo feirense, pois, além de ser um deles, temos pautado nosso mandato de Deputado Federal em ações que engrandecem ainda mais Feira de Santana. Parabéns a todos os amigos e os nossos votos para que continuem assim, progressistas, e destacando-se como uma das melhores cidades brasileiras.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente. Estivemos nessa semana, a convite do Presidente da União dos Prefeitos da Bahia, José Ronaldo de Carvalho, Prefeito da cidade de Feira de Santana, em uma reunião na sede da entidade em Salvador, onde discutimos assuntos importantes para os Municípios. Esse encontro foi muito importante, pois pudemos interagir com cada Prefeitura, procurando conhecer mais a fundo os pontos nevrálgicos e mais importantes de cada Município.

Foi um movimento interessante, e uma das reivindicações foi um maior comprometimento dos Deputados e Senadores com os interesses municipalistas.



Esta foi a tônica das reuniões realizadas pelas entidades com Parlamentares dos respectivos Municípios e uma grande oportunidade para um maior entrosamento entre os participantes, além de aproximar o Congresso Nacional das dificuldades dos Municípios. Em Salvador, os Prefeitos baianos tiveram um diálogo aberto com os Parlamentares, no qual apresentaram as propostas importantes a serem debatidas no Congresso Nacional.

Gostaríamos de reproduzir neste momento a fala do presidente da entidade, o Prefeito de Feira de Santana, José Ronaldo de Carvalho, que foi bastante claro ao expor as dificuldades dos Municípios que, segundo ele, os Prefeitos não buscam nenhum aumento de imposto. Querem, sim, mais justiça para os Municípios.

Dos diversos temas de interesse dos Municípios analisados, 4 foram prioritários:

- 1) aumento de 1% no FPM, de 22,5% para 23,5%;
- 2) precatórios judiciais fixando o limite em 2% do total da receita líquida do Município como teto para pagamento e o restante em até 120 meses de parcelamento;
- 3) prazo de 240 meses para o pagamento dos débitos junto ao INSS, retendo um percentual de 3% a 9% do FPM, no máximo, para pagamento exclusivamente das dívidas; e o redutor financeiro do FPM;
- 4) São 1.520 Municípios brasileiros beneficiados, 80% com menos de 25 mil habitantes e que, devido à não contagem populacional, que devia ter sido feita este ano pelo IBGE, estão perdendo população em comparação com os Censos de 1991 e 2000.



Os Prefeitos apresentaram aos Deputados Federais e Estaduais as principais demandas municipalistas. Entre elas, a aprovação da reforma tributária, na qual as Prefeituras reivindicam o aumento em um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Essa reforma, que está parada aqui na Câmara há quase 2 anos, trouxe enormes prejuízos para os Municípios, que deixaram de receber 1,4 bilhão de reais, somente no ano passado. É urgente e importante que não deixemos isso acontecer novamente. São reivindicações justas e imprescindíveis para o desenvolvimento dos Municípios.

Sempre fomos municipalistas. Já fomos Prefeito, Deputado Estadual e agora, Deputado Federal. Sabemos das dificuldades em que se encontram as Prefeituras; por isso, esse é um assunto premente e necessário, é um caso de sobrevivência dos Municípios e de sua população.

Deparamo-nos com índices defasados. Em 1994, a participação dos Municípios no bolo tributário era de 19%. Hoje, dez anos depois, é de apenas 13% de todos os impostos e contribuições arrecadados no País. Daí a explicação do porquê as Prefeituras estão em dificuldades, pois a constituição de 1988 aumentou as responsabilidades de muitas prestações de serviços aos Municípios. Em contrapartida, o Governo Federal não tem cooperado para um pacto federativo mais justo, ou seja, não tem distribuído os recursos na mesma proporção que aumentam as responsabilidades dos Municípios, dificultando bastante a gestão dos Prefeitos.

Com as receitas vinculadas, os Prefeitos informaram que suas ações no Município são dificultadas, ou mesmo nem sobra receita para essas ações. Hoje, somente com educação, o gasto mínimo é de 25%; na saúde, é de 15; Câmara de



Vereadores, 8%; PASEP, 1%, vinculando-se somente aí 49% das receitas, fora parcelamentos de débitos com precatórios, INSS, FGTS, entre outras subvinculações, dificultando a ação do Prefeito para promover políticas locais de desenvolvimento.

Ficou decidido na reunião que as pautas de reivindicações serão levadas a Brasília nos dias 27 e 28 deste mês, onde acontecerá uma grande mobilização, com a presença de todos os Prefeitos do País.

Outros pontos discutidos foram: a necessidade de haver maior transparência no FPM; no IPI entre a União e Municípios; uma discussão ampla sobre a criação do FUNDEB; do ITR, que tem uma aprovação no Congresso, mas falta uma lei complementar que passa a ser municipal; sobre a isenção do IPI para compra de máquinas e equipamentos pelos Municípios, para servirem à comunidade; e principalmente sobre a reforma política, que já passou da hora de ser modificada e atualizada.

Entendemos e apoiamos os pleitos dos Prefeitos e, de nossa parte, estaremos colocando o nosso mandato de Deputado Federal à disposição dos Municípios baianos.

Parabéns aos Prefeitos por essa iniciativa e que essa seja a primeira de tantas outras.

Outro assunto, Sr. Presidente. O dia 7 de setembro, além de ser a data em que comemoramos o Dia da Independência do Brasil — às margens do Rio Ipiranga, o então imperador do Brasil, D. Pedro I, fez a Proclamação da República Brasileira — é um dia de festa também para a *Rádio Sociedade de Feira de Santana*, no Estado da Bahia, que nasceu há 57 anos, no ano de 1948, e foi a primeira emissora



do interior e uma das primeiras do Nordeste a transmitir notícias e músicas fora da Capital dos Estados.

A Rádio Sociedade de Feira de Santana já nasceu grande e importante, pois refletia o empreendedorismo do barbeiro e gráfico Pedro Matos, um autodidata que acreditava na comunicação entre as pessoas e principalmente na democratização das comunicações, levando as principais notícias aos mais recônditos lugares. Por ser um dia especial para o povo brasileiro, a primeira música retransmitida pela recém-inaugurada Rádio foi o *Hino Nacional Brasileiro*, sob o prefixo ZYR-3. Entretanto, a administração do Sr. Pedro Matos durou somente 3 anos, sendo adquirida em 1960 pelos frades capuchinhos.

Entretanto, os capuchinhos resolveram investir mais na potência da rádio, para que a mensagem religiosa e prestação de serviços através da informação e do lazer pudessem ser retransmitidos com maior potência, chegando inclusive a ultrapassar a barreira do Estado da Bahia, sendo possível ser ouvida na Região Norte e em outros pontos do Nordeste, entrando assim em operação o novo transmissor de 1 quilo na Onda Média e outro de mesma potência na Onda Tropical.

Importante para o desenvolvimento de uma das principais cidades da Bahia, Feira de Santana, a “emissora dos Capuchinhos” ajudou a alavancar o progresso em nossa região.

Com o slogan *A serviço da religião e da Pátria*, a emissora do Capuchinhos notabilizou-se por difundir com sucesso e responsabilidade a fé cristã e o amor à Pátria, mantendo até hoje o prestígio e o título de emissora radiofônica mais importante do Norte e Nordeste do País.



Outra ocorrência inédita foi a de fazer uma transmissão esportiva interestadual e a primeira do interior do Nordeste a falar de fora do País, em 1981, da Inglaterra. A Rádio participou de 6 Copas do Mundo e duas Olimpíadas, transmitidas pela *Rádio Sociedade*, além de outros eventos esportivos internacionais, sem, contudo, se afastar do esporte amador, que continua recebendo todo apoio e incentivo.

Quero, ao encerrar esta justa homenagem, congratular-me com todos aqueles que fazem a *Rádio Sociedade*, com seu diretor, Frei Monteiro, com todos os funcionários, através de D. Maria Amélia, Dona Milu, que tem a responsabilidade de manter no ar os transmissores da *Sociedade*, trabalho que iniciou há 55 anos, com os locutores e comunicadores, Dilton Coutinho, que *Acorda a Cidade*, Rogério Santana, que leva *A Voz dos Municípios*, com Tanúrio Brito, com o seu *Programa da Manhã*, que só toca qualidade, com Joilton Freitas e Dilson Barbosa, com *Linha Direta*, a Paulo José, com o *Jornal das Duas* e *Resenha Esportiva*, com Jorge Bianchi, de *Olho na Cidade*, enfim, com todos aqueles que de alguma forma engrandecem e enaltecem o cotidiano feirense.

Muito obrigado.



O SR. MILTON CARDIAS (PTB-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tendo em vista a urgente necessidade de garantir o aporte dos recursos mínimos necessários à qualificação profissional dos trabalhadores brasileiros, apresentei à Mesa Diretora desta Casa indicação à Casa Civil, ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com o objetivo de requerer especial atenção e providências para que sejam retomados os repasses de recursos ao Programa Nacional de Qualificação Profissional (PNQ), bem assim à intermediação de mão-de-obra (PLANSINE), que sofrem gravíssimo risco de um verdadeiro desmonte, causado pela penúria de recursos a que ora estão submetidos.

Temos registros, Sr. Presidente, de que mais de 2 milhões de trabalhadores aguardam, em todo o País, os cursos de capacitação profissional promovidos pelo PNQ, cuja realização, ao longo dos anos, tem trazido enormes benefícios à economia nacional e agora se vê fortemente ameaçada pela carência de repasse dos recursos federais.

De fato, é extremamente preocupante que, de um patamar de R\$484 milhões de recursos orçamentários destinados pelo Governo Federal ao PNQ em exercícios anteriores, tenha-se chegado, em 2005, a um montante — que chega a ser irrisório — de apenas R\$51 milhões, absolutamente insuficiente para o atendimento da demanda mais elementar por treinamento e capacitação de mão-de-obra em nosso País.

Precisamos ser sensíveis e discernir os genuínos interesses da Nação brasileira e suplicamos ao Governo Federal a adoção de todas as providências necessárias à imediata recuperação dos aportes de recursos federais para formação



profissional e colocação de mão-de-obra no mercado de trabalho, de forma que voltem a situar-se, ao menos, nos níveis mínimos propostos para o exercício em curso pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador — CODEFAT, de R\$300 milhões para o PNQ e de R\$130 milhões para o PLANSINE.

Assim, Sr. Presidente, agradeço a atenção e peço que este pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação desta Casa, inclusive em *A Voz do Brasil*, e seja encaminhado a todos os membros das entidades citadas.

Meu muito obrigado e que Deus, em Cristo Jesus, Nosso Senhor, continue nos abençoando.



O SR. ANSELMO (PT-RO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o motivo de meu comparecimento a esta tribuna na tarde de hoje é para destacar o brilhante trabalho que vem sendo realizado pelo sociólogo Olavo Nienow e sua equipe, à frente da Superintendência Regional do INCRA em Rondônia.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas por aquele órgão, amplamente conhecidas por todos nós, como a falta de pessoal em número e qualificação adequados e a escassez crônica de recursos financeiros para fazer frente às despesas com aquisição de material didático, manutenção dos veículos, segurança, limpeza e conservação dos prédios, entre outros, do dirigente mais graduado ao servidor mais simples, estão unidos em prol de prestar um serviço à população do qual eles podem se orgulhar. Diante de tantas limitações, realizar investimentos torna-se uma tarefa quase impossível.

No entanto, Sr. Presidente, gostaria de apresentar alguns dados disponibilizados por aquela Superintendência Regional, relativos a um conjunto importante de obras de infra-estrutura em assentamentos nos Municípios de Machadinho do Oeste, São Francisco do Guaporé, Seringueiras, Mirante da Serra, Buritis, Campo Novo, Itapuã do Oeste, Candeias do Jamari, Nova União, Presidente Médici, Urupá, Alvorada do Oeste, Costa Marques e Porto Velho. São 488 quilômetros de estradas sendo abertos ou recuperados, perfazendo um total de R\$9,4 milhões investidos.

Ainda é muito pouco. A demanda é muito maior. Mas já representa um avanço considerável, visto que em anos anteriores foi feito muito pouco ou quase nada. A preocupação era fabricar número de assentados artificialmente, sem a



devida preocupação com as condições básicas de permanência dessas famílias nos seus lotes. Também na área da reforma agrária, prezados pares, herdamos uma herança maldita. Mas estamos, aos poucos, vencendo.

Para se ter uma idéia do que essas obras representam, somente no Município de Porto Velho são 168 quilômetros de novas estradas vicinais sendo construídas ou reabertas, beneficiando diretamente os Projetos de Assentamento Joana D'Arc I, II e III e Rio Madeira, perfazendo um total de mais de R\$2,9 milhões.

Em alguns assentamentos o trabalho está sendo realizado em parceria do INCRA com a Prefeitura Municipal. Os resultados dessa cooperação são animadores, por vários motivos, mas principalmente porque, desde logo, cria um vínculo direto entre os assentados e o Poder Público local, abrindo caminho para a implantação de outros serviços, como saúde, educação e transporte.

Quero, mais uma vez, parabenizar o superintendente do INCRA em Rondônia, Olavo Nienow, e sua equipe, e também os Prefeitos que entenderam o significado da união e se deram as mãos nessa empreitada, que só pode ter um resultado: o resgate de uma dívida histórica para com esses cidadãos e cidadãs excluídos, colocados à margem de qualquer processo de desenvolvimento deste País.

Para maiores esclarecimentos, gostaria de fazer constar deste meu registro a relação completa dos PAs beneficiados e os respectivos valores contratados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

RELAÇÃO A QUE SE REFERE O ORADOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 246.3.52.O
Data: 14/9/2005

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINA 105)



O SR. NELSON BORNIER (PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em outras oportunidades, fiz, desta tribuna, pronunciamentos acerca do problema habitacional, que aflige milhões de brasileiros.

Na verdade, o conceito de déficit de moradias abrange 2 tipos: aquele que indica quantas novas moradias são necessárias para absorver os que vivem nas ruas, em habitações improvisadas ou superlotadas, e o que aponta a insuficiência de infra-estrutura e serviços. Em um e outro caso, estimativas apontam para números exorbitantes.

Para o cidadão brasileiro que não dispõe de imóvel próprio, faz pouca diferença pertencer a um ou a outro grupo. O direito à habitação, garantido pela Constituição Federal, sempre lhe foi usurpado. Jamais poderemos compactuar com esse fato.

Infelizmente, estamos quase perdendo as esperanças, em relação a essa e a outras reivindicações da sociedade brasileira. Tanto é assim que não temos conhecimento de crédito habitacional para pessoas de baixa renda, o que ajuda a agravar o déficit habitacional no Brasil.

No entanto, Sr. Presidente, o orçamento do banco para financiamentos imobiliários, em 2005, é de 10,9 bilhões de reais. Caso a instituição não consiga repassar esse dinheiro, que será suficiente para atender a 720 mil famílias — a maioria de baixa renda —, as sobras retornarão ao caixa do Tesouro Nacional.

De fato, a Caixa Econômica Federal sempre permitiu a realização do sonho da casa própria, obedecendo-se os programas habitacionais destinados a cada uma das faixas de renda da população. É de ressaltar a geração de muitos postos de trabalho com a implementação dos programas.



Seguem em frente outros programas da Caixa destinados às demais faixas de renda, o que reforça a sua postura de solucionar o problema habitacional e não mais aplicar-lhe paliativos, como vinha ocorrendo há décadas.

Desejo, pois, registrar nos Anais desta Casa que precisamos de iniciativas para atacar um mal crônico que atinge o Brasil, impedindo que o País alcance pleno desenvolvimento econômico e, principalmente, social.

O fato tem seus auspícios, principalmente quando se sabe que o grande sonho do brasileiro é possuir sua casa própria. Porém, a realização desse sonho está se tornando cada vez mais distante, agravada pelo desemprego galopante, cujas cifras são verdadeiramente alarmantes, e pelo deslocamento das populações rurais para os centros urbanos.

Precisamos de iniciativas que melhorem esta realidade, Sr. Presidente, para que possamos voltar a confiar no futuro e a acreditar nos destinos deste País, que sonha com um venturo promissor, a partir do aproveitamento racional de suas imensas potencialidades.

Era o que tinha a dizer.



O SR. LEANDRO VILELA (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sobre o agronegócio no Brasil, só posso dizer que é moderno, eficiente e competitivo. Trata-se, portanto, de uma atividade próspera, segura e rentável, apesar de o Governo Federal estar com os olhos fechados para esse setor e se preocupar mais com a economia voltada para o mercado financeiro e a política dos juros altos.

Mas quero ocupar este espaço para falar de elementos positivos, já que estamos num País que tem vocação natural para a agropecuária e todos os negócios relacionados à suas cadeias produtivas. O agronegócio é hoje a principal locomotiva da economia brasileira e responde por pelo menos 1 em cada 3 reais gerados no País.

O agronegócio, segundo o IBGE, é responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros. São números reais, do próprio Governo, que nos dão a dimensão da importância dessa atividade no cenário econômico do País. Estima-se, Sr. Presidente, que o PIB do setor chegue a US\$180,2 bilhões em 2004, contra US\$165,5 bilhões alcançados no ano passado. Entre 1998 e 2003, a taxa de crescimento do PIB agropecuário foi de 4,67% ao ano. No ano passado, as vendas externas de produtos agropecuários renderam ao Brasil US\$36 bilhões, com superávit de US\$25,8 bilhões.

Esses números são mais do que expressivos. Revelam a realidade nacional, voltada para a agropecuária. Nos últimos anos, poucos países tiveram um crescimento tão expressivo no comércio internacional do agronegócio quanto o Brasil. Os números comprovam: em 1993, as exportações do setor eram de US\$15,94 bilhões, com um superávit de US\$11,7 bilhões. Em dez anos, o País



dobrou o faturamento com as vendas externas de produtos agropecuários e teve um crescimento superior a 100% no saldo comercial. Estamos caminhando a passos largos para nos tornarmos o maior produtor mundial de produtos agropecuários.

Já nos tornamos, Sr. Presidente, um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuários. Somos o primeiro produtor e exportador de café, açúcar, álcool e sucos de frutas. Além disso, lideramos o *ranking* das vendas externas de soja, carne bovina, carne de frango, tabaco, couro e calçados de couro.

Tenho que ressaltar ainda que o bom desempenho das exportações do setor e a oferta crescente de empregos na cadeia produtiva não podem ser atribuídos apenas à vocação agropecuária brasileira. O desenvolvimento científico-tecnológico e a modernização da atividade rural, obtidos por intermédio de pesquisas e da expansão da indústria de máquinas e implementos, contribuíram igualmente para transformar o País numa das mais respeitáveis plataformas mundiais do agronegócio.

É evidente também, Sr. Presidente, que nossa mão-de-obra qualificada nos dá uma condição singular para o desenvolvimento da agropecuária e de todas as demais atividades relacionadas ao agronegócio. Quero frisar que, para fortalecer ainda mais esse espólio, é preciso modernizar a atual política agrícola, principalmente no que tange ao seguro rural, indispensável à garantia de renda do produtor e essencial à geração de empregos no campo, ao avanço tecnológico e à efetiva incorporação do setor ao mercado de capitais.

Temos ainda, Sr. Presidente, outra preocupação, que recai sobre os contratos de opção de venda, uma ferramenta que poderá estimular ainda mais a nossa



produção agrícola com a participação do setor privado dentro das políticas públicas do setor. Entendo que esse é o caminho para aumentarmos o potencial de alavancagem de recursos públicos aplicados na agropecuária.

Mas o que mais chama a atenção nesse cenário de prosperidade desenhado pelo nosso homem do campo é que temos pelo menos 90 milhões de terras agricultáveis ainda não utilizadas. Isso significa dizer que o Brasil pode aumentar em, no mínimo, 3 vezes sua atual produção de grãos, saltando dos atuais 123,2 milhões para 367,2 milhões de toneladas. O País tem condições de chegar facilmente a uma área plantada de 140 milhões de hectares, com a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste e no Nordeste. Tudo isso sem causar qualquer impacto à Amazônia e em total sintonia e respeito à legislação ambiental.

Por tudo isso, Sr. Presidente, é que ocupo esta tribuna para elogiar o nosso homem do campo. Na minha região, no sudoeste de Goiás, temos o exemplo diário de um setor que cresce e ajuda a melhorar substancialmente os indicadores sociais e econômicos do País. Parabéns, produtor rural! Sem o campo o Brasil estaria hoje mergulhado numa crise econômica sem precedentes. A minha maior alegria é saber que o homem do campo tem muito a oferecer ao Brasil. Graças a Deus.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para falar da importância de todos os nossos soldados, que no dia 25 de agosto comemoraram o seu dia, tenho que falar obrigatoriamente do Exército, do qual não podemos prescindir da força e da capacidade para a construção e segurança do País, na defesa da pessoa de bem e na guarda das nossas instituições.



Precisaria de muitas laudas e mais tempo ainda para discorrer sobre os nossos soldados. Mas quero ser objetivo e sincero para dizer do reconhecimento que tenho diante da importância do trabalho de homens e mulheres que optaram pela vida militar em defesa da nossa soberania e segurança.

A missão de um soldado deve ser vista e entendida muito adiante do que simplesmente cumprir o seu “tempo” de serviço obrigatório. E nossos soldados são assim, têm uma visão consolidada, que também visa à unidade, à integração e à paz social, pilares essenciais para o exercício da cidadania, com liberdade e democracia.

Nosso Exército, bem como nossos soldados, têm uma vocação comum, que é a da solidariedade, manifestada nas ações sobre as comunidades carentes, em especial àquelas situadas nas regiões mais distantes do território nacional, bem como em situações de calamidades públicas.

Apesar de todos reconhecermos a importância dos nossos soldados e o valor histórico do nosso Exército, não posso me esquivar e deixar de apontar os problemas que atingem as Forças Armadas, que hoje recebem tratamento de segunda classe quando comparamos suas dotações orçamentárias com suas atribuições institucionais.

O resultado da falta de sensibilidade dos governos não poderia ser outro a não ser a obsolescência material e operacional, a falta de motivação e uma profunda dúvida sobre as garantias de que o Brasil terá possibilidade de sustentar a própria soberania.

É esse o quadro, Sr. Presidente. Infelizmente, temos que conviver com essa situação. Mas, se nossos soldados convivem com a inanição orçamentária, por outro



lado, representam um segmento institucional que tem assegurada credibilidade perante a opinião pública.

Segundo o instituto de pesquisa IBOPE, a aprovação da conduta dos nossos soldados supera a casa dos 80% perante a opinião pública. Não é sem motivo que, diante de tanta violência no Brasil, diante de um quadro de extrema insegurança pública, sejam os soldados os desejados para colocar ordem na casa.

Nossos soldados, Sr. Presidente, têm atribuições que vão além da segurança nacional. São eles os responsáveis por ações de defesa do meio ambiente, cooperando com os órgãos que cuidam da preservação ambiental, a exemplo do IBAMA.

Como se vê, o Exército também preocupa-se em disponibilizar à população uma atividade produtiva em tempos de paz. Cabe à Engenharia Militar, além de suas missões clássicas de apoio ao combate em situação de guerra, atuar como pioneira ou colaboradora na solução de problemas do desenvolvimento nacional.

Esses trabalhos incluem a construção de estradas, de ferrovias, de pontes, de viadutos, de túneis, de aeroportos, de instalações portuárias, de açudes, de poços artesianos, de tubulações de água e esgotos e mapeamentos e demarcação de áreas.

O escritor e dramaturgo Bertold Brecht dizia: *“Há homens que lutam um dia e são bons; Há outros que lutam um ano e são melhores. Há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida, e estes são imprescindíveis”*. Esses são os soldados brasileiros. Imprescindíveis e essenciais, trabalhando diuturnamente em prol do País.



Sr. Presidente, essa é a homenagem sincera que faço a todos os soldados brasileiros. É o reconhecimento de que podemos contar com homens dispostos a tudo em defesa da pátria. Ao soldado brasileiro, a minha gratidão por seu trabalho em defesa do Brasil. Manter-se alerta, preparando-se para a guerra, com o intuito de manter a ordem, é uma das mais nobres tarefas de uma instituição social. E nossos obstinados soldados nos dão essa lição todos os dias.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. MARCOS ABRAMO (PFL-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, entre as muitas funções da arte está a de mobilizar a atenção, dando substância palpável ao que as consciências não distinguem com a necessária clareza.

Ao contrário de Oscar Wilde, em sua convicção de que a vida imita a arte, no universo dos folhetins contemporâneos que constituem as telenovelas, costuma ser a arte a plagiária da vida. Senão, vejamos o caso da Rede Globo.

A emissora, ao dotar a arte de representar da refinada e moderna estética televisiva, tem prestado, por meio de suas telenovelas, grandes serviços de utilidade pública. Pautada pelo alto padrão técnico e artístico, aquele que o tempo e a audiência consagraram como o proverbial “padrão global” de qualidade, a Globo traz agora à reflexão, por meio da chamada “novela das oito”, o terrível drama, miséria humana das mais lancinantes, doença do corpo e da alma, sobretudo da alma, que é a pedofilia.

Saída da lavra sobejamente criativa da autora de *América*, Glória Perez, a questão tem sido abordada com coragem, seriedade e propriedade, na telenovela, ora no ar. De tal sorte foi inserida na ficção da trama, nobres colegas, que tomou um sentido quase real, diante da maioria dos telespectadores, cuja percepção do problema é, em geral, fraca e distante. Eis-nos, assim, confrontados com uma deformidade psicológica em todos os sentidos funesta, porque vitimiza a inocência, a confiança, a pureza infantis.

As circunstâncias em que a criança é atraída, remete ainda, Sras. e Srs. Deputados, nobres colegas, a um dos muitos fenômenos produzidos pela rede



mundial de computadores, a Internet: a comunicação — e suas implicações — entre indivíduos designados pelo neologismo “internautas”.

O internauta, Sr. Presidente, é um desconhecido sem rosto, que consegue muito bem dissimular e camuflar os mais escusos desideratos. Na outra ponta, encontra-se alguém desprovido da possibilidade de uma avaliação crítica, privado da capacidade de discernir, alguém que não pode apelar ao instinto subjetivo que um encontro de carne e osso seria capaz de despertar. Aqui, não existe o olhar ou o gestual para subentender uma intenção, um significado, uma armadilha, um risco. E, é óbvio, se nesta ponta se encontra uma criança, naturalmente mais frágil, a situação reveste-se de maiores os riscos, mais graves são os malefícios.

Tudo isso, nobres colegas, vem sendo exibido em *América* com pertinência, revelando até onde é possível, chocando até onde é aconselhável — às vezes, até, exorbitando o razoável, em face do horário de exibição —, de toda maneira, servindo aos pais, educadores, psicólogos, médicos e autoridades ligadas à proteção do menor. Que fique a advertência inquietante.

No mais, as minhas congratulações à Rede Globo de Televisão, por mais essa profícua iniciativa.

Muito obrigado.



O SR. LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, projeto de solidariedade que merece o aplauso da sociedade brasileira, acaba de ser concluída no Brasil mais uma edição da campanha *Criança Esperança*, iniciativa que tem a assinatura da Rede Globo e da UNESCO.

A história do *Criança Esperança* começou com um programa especial feito pelos Trapalhões, dedicado à Campanha do Menor Carente, marcando o lançamento de uma série de campanhas solidárias que a Rede Globo veiculou em 1986. Em 20 anos de existência, o *Criança Esperança* já levantou cerca de R\$150 milhões, beneficiando mais de 3 milhões de crianças.

Os recursos arrecadados por intermédio de doações são investidos em 4.800 programas sociais em todo o País, os quais visam assegurar assistência a crianças e adolescentes. É, sem sombra de dúvidas, um projeto de extenso alcance social, cuja implementação mobiliza todo o povo brasileiro.

O sucesso do *Criança Esperança* inspirou projetos similares em outras partes do planeta. A iniciativa é hoje modelo internacional de ação solidária adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em inúmeros países o projeto tornou-se permanente, reproduzindo o êxito das experiências realizadas no Brasil em duas décadas.

O maior volume dos recursos levantados na campanha vem do *show* beneficente realizado anualmente pela Rede Globo. No evento, dezenas de artistas e personalidades convocam a população a fazer doações pelo telefone ou pela Internet.



O *show* de 2005 do *Criança Esperança*, que foi apresentado por Angélica, Luciano Huck, Ana Maria Braga, arrecadou mais de R\$9 milhões, o que superou em quase R\$2 milhões a arrecadação do *show* de 2004. No total, a arrecadação superou os R\$11 milhões.

Com o estádio do Ibirapuera lotado, o público vibrou com as doações, emocionou-se com a apresentação da cantora Giovanna e foi ao delírio com as apresentações de Xuxa, Roberto Carlos e Zezé Di Camargo e Luciano, entre outros.

O projeto *Criança Esperança* desdobra-se em várias frentes de ação. Entre elas destacam-se o trabalho desenvolvido no enfrentamento de questões como a redução da mortalidade infantil, no combate à desnutrição, erradicação do trabalho e da prostituição infantil, integração dos deficientes e crianças de rua, além do apoio à educação básica.

Nos últimos anos, a UNESCO concentrou os investimentos em 80 projetos sociais de maior impacto, sendo o principal deles a Pastoral da Criança, organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que desenvolve um programa de atuação solidária nos Municípios com os priores indicadores de pobreza no Brasil.

Encerro este pronunciamento deixando consignado nos Anais da Câmara dos Deputados o meu apoio pessoal à campanha, apresentando os meus cumprimentos à Rede Globo e UNESCO pela edição de 2005 do projeto *Criança Esperança*, assim como a todas as empresas e instituições que participaram desse esforço em favor da infância e adolescência no Brasil.



Parabéns aos organizadores da campanha. O Brasil fica mais justo e humano com iniciativas solidárias como essa que há 20 anos é realizada pela Rede Globo e UNESCO.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



O SR. MARCELO BARBIERI (PMDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para registrar, com muito pesar, o falecimento de Luiz Antonio Serio, responsável pela UNIMED de Araraquara e pelo Departamento Comercial daquela cooperativa prestadora de serviços de saúde.

Luiz Antonio Serio, conhecido e tratado carinhosamente por Luizinho pelos seus amigos, entre os quais eu orgulhosamente me incluía, foi um exemplo de profissional, um grande amigo e um pai exemplar.

Era conhecido não apenas em Araraquara, mas em toda a região, onde sua atuação profissional era bastante reconhecida, pela seriedade e competência com que desempenhava as suas atividades.

Luiz Antonio Serio foi pioneiro no trabalho que desenvolveu durante quase toda a vida. Começou cedo, no tempo em que os planos de saúde ainda não haviam saído do papel, mas eram necessários para complementar os serviços ainda muito precários prestados pela saúde pública.

A UNIMED, como cooperativa nacional, estava dando os primeiros passos e nada era informatizado.

Apesar de todas as dificuldades e todos os desafios da época, Luiz Antonio Serio dedicou-se incansavelmente ao trabalho, sempre inovando, criando e assimilando os avanços do setor em que atuava.

No trabalho, sua marca registrada era o otimismo. Via tudo com grande otimismo, o que deu-lhe condições de acumular muitas vitórias profissionais, com reflexos muito positivos nas relações que construiu com as pessoas com as quais e para as quais trabalhava.



Luiz Antonio Serio deixou-nos ainda prematuramente, mas, junto com a saudade inevitável, ficou um grande exemplo para todos que o conheciam.

Sr. Presidente, seus amigos, por ocasião do falecimento de Luiz Antonio Serio, publicaram nos jornais de Araraquara uma mensagem que lhe presta uma justa e singela homenagem, à qual solicito que seja transcrita, na íntegra, nos Anais da Casa.

Muito obrigado.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR



(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINAS 121 A 121-A)



O SR. VANDER LOUBET (PT-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comemora-se em todo País, e particularmente no Rio Grande do Sul, a Semana Farroupilha, que culmina com a celebração do Dia do Gaúcho, a 20 de setembro. A data remete ao início da Guerra dos Farrapos, ou Revolução Farroupilha, ou Decênio Heróico, porque se prolongou de 1835 a 1845, na mais demorada conflagração interna da história do País.

Comunidades gaúchas espalhadas por todo o País relembram essa passagem de heroísmo e de ideais que marcaram uma época e produziram exemplos até hoje cultuados. Em Mato Grosso do Sul, desde os tempos remotos da unidade territorial de Mato Grosso, os gaúchos têm sido personagens importantes no processo de desenvolvimento social e econômico, além de fortalecer e pluralizar o contexto das diversas manifestações culturais de povos de diferentes origens.

Essa convivência nos orgulha e nos incentiva a acreditar cada vez mais na capacidade do ser humano de construir uma sociedade democrática e igualitária, uma sociedade fraterna, que comporte a diversidade de opiniões e pensamentos, na qual todos os indivíduos possam exercer na plenitude o direito de lutar por seus ideais e seus sonhos.

Elogiáveis a competência e o empenho com que os gaúchos preservam e disseminam suas tradições e seus costumes, traços de profundo humanismo e de sensibilidade que compõem a seiva patriótica e o espírito empreendedor do povo dos pampas.

“Debaixo de tão lisonjeiros auspícios, começam os vossos trabalhos e cessa desde já o poder discricionário de que fui investido pelas atas de minha nomeação; cumprindo, pois, as condições com que fui eleito, eu o deponho em vossas mãos.



Senhores representantes da nação rio-grandense, a felicidade e a sorte da república estão em vossas mãos.” (In Guerra dos Farrapos, de Paulino Jacques.) Trecho admirável do general Bento Gonçalves da Silva, líder de uma revolução e que disse nas atas de sua nomeação: *“Fui investido de todos os poderes discricionários para fazer promover o progresso e o desenvolvimento da república em que nasci”*. Entretanto, num gesto de grandeza, num gesto de paz e de elevação de espírito, despojou-se da excepcionalidade, despiu-se da prepotência, dos poderes da discricionariedade e depôs nas mãos dos Parlamentares Constituintes a sorte rio-grandense.

Assim, a democracia repele a idéia de uma classe ou de alguém deter em suas mãos a exclusividade do poder, eis que ela é o governo do povo, pelo povo e para o povo, exercido, ainda, por este, o controle político do Estado, com observância constante da independência e da harmonia dos 3 Poderes. Aplica-se a verdadeira democracia no Estado moderno quando este tem por objetivo promover e proteger o bem comum, respeitar os princípios morais e suas exigências, respeitar a pessoa humana e as liberdades necessárias para o cumprimento de seus desejos espirituais, vocacionais e de suas aspirações econômicas e políticas. É altamente democrático, pois, o gesto de alguém que se despoja do poder a benefício do próprio povo, pois deste é que se origina o próprio poder. Ao bravo povo gaúcho o nosso reconhecimento e a nossa homenagem.

Mato Grosso do Sul, assim como acolheu todos os povos e raças que abriga em seu território, une-se às celebrações desse marco assinalado com destaque nas páginas da nossa história.



Nosso Estado é um enorme coração onde respira a universalidade de brasileiros nordestinos, sulistas, nortistas e de cidadãos de inúmeras partes do planeta, como paraguaios, bolivianos, japoneses e árabes, entre outros, que multiplicam, na profusão de línguas e costumes, um sentimento definitivo e determinante de semear e cultivar as árvores frondosas da paz e da fraternidade.

Muito obrigado.



O SR. ZEZÉU RIBEIRO (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, utilizo esta tribuna para fazer um importante registro, tanto para o meu Estado quanto para a ciência e a tecnologia do País.

Na semana passada, foi assinado um protocolo de intenções entre o Governo do Estado da Bahia, a PETROBRAS, o Banco do Nordeste e a CODEVASF, com o objetivo de implantar uma unidade de produção de biodiesel na Bahia, com a integração de ações de entidades que atuam no espaço do Estado e que, com certeza, irá permitir, com o desenvolvimento dessa tecnologia, uma melhor distribuição de renda para a nossa população e uma agregação de valor à produção agrícola, com a conseqüente fixação do homem no campo.

A PETROBRAS, que tem à frente o companheiro Sérgio Gabrielli, participa do projeto, com toda a sua experiência, na busca de alternativas de combustíveis renováveis, tendo no biodiesel um dos seus maiores desafios tecnológicos, com o entendimento de que é preciso expandir o mercado brasileiro com outras opções de combustíveis.

Ressalto também a participação da CODEVASF no protocolo, tendo o companheiro Luiz Carlos Everton de Farias, Presidente da empresa, colocado à disposição do programa de produção de biodiesel a experiência da organização, tanto na infra-estrutura de irrigação quanto na organização dos projetos e na implementação de arranjos produtivos que visam à racionalização de todo o processo de gestão.

O BNB também apoiará essa iniciativa, principalmente com financiamento para a agricultura familiar, que, em grande parte, será responsável pela produção agrícola voltada para o programa.



Além disso, a CODEVASF, por intermédio de sua sexta Superintendência, que tem à frente o companheiro Jonas Paulo, firmou convênio com a EMBRAPA, com vistas a desenvolver melhoria genética da mamona, objetivando uma maior produção, com melhor qualidade, tendo como base o Projeto Mirorós, no Município de Ibipeba, e o Centro de Capacitação em Base Tecnológicas — CEBATSA, em Jussara.

No âmbito daquela superintendência, serão desenvolvidos estudos em algodão e girassol, no Vale do Iuiu e no oeste da Bahia, em convênio que envolve a Universidade Federal da Bahia, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola e a Dagris, empresa do Governo francês que está envolvida com transferência de tecnologia para a região.

A CODEVASF ainda firmou convênio com o Governo do Estado para a implantação de uma planta piloto para a produção de 100 litros/hora de óleo mamona em Irecê e vem dando apoio ao convênio do Ministério de Desenvolvimento Agrário com a Prefeitura de Lapão para a construção de uma unidade de esmagamento de mamona, para a produção de 60 toneladas/dia de óleo.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com essas ações há uma perspectiva de que sejam gerados cerca de 270 mil empregos diretos na agricultura familiar e nos assentamentos de reforma agrária.

São 406 Municípios do Nordeste que têm aptidão para o plantio de mamona, o que demonstra a relevância do biodiesel para o desenvolvimento da região.

Vale ressaltar também outra ação desenvolvida no âmbito da CODEVASF, envolvendo a UFBA, com a disponibilização de espaço no Centro de Treinamento do



Irrigante — CTI com vistas à implantação de um campus avançado daquela universidade, privilegiando os estudos voltados para a revitalização do Rio São Francisco e para o reflorestamento e a recuperação de suas nascentes.

Esperamos que o Governo do Estado, signatário do protocolo, possa dar também a sua contribuição nessa perspectiva de fortalecimento da economia do Estado, priorizando ações que garantam a inclusão social de uma grande parcela da nossa população.

O Governo Federal tem marcado a sua atuação nesse sentido, popularizando o crédito, promovendo programas sociais de resgate da cidadania, além de investir em novas tecnologias que tenham como fundamento o resgate da cidadania e a superação das desigualdades regionais.

Temos certeza da capacidade do Presidente Lula em promover essa integração de todos os segmentos, desde os sindicatos, as Prefeituras, os Estados, as representações da sociedade, as universidades e os centros de tecnologia, objetivando melhorar a produção e a qualidade de vida da população.

Muito obrigado.



O SR. JEFFERSON CAMPOS (PMDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o valor da pessoa não está em sua coroa, em seu vestuário, em seus sapatos, mas na sua disposição em aprender, ensinar, cooperar, aconselhar e, principalmente, em sua vontade de servir ao próximo, atendendo suas necessidades em parte ou no todo.

Não é verdade que quem tem boa aparência, talento e se veste bem não precisa de um propósito para sua vida terrena. Somos parte do todo, pois somos irmãos, criados à semelhança do Senhor e com oportunidades iguais. Mas, apesar disso, ainda permanecem entre nós o egoísmo, o isolamento e a solidão.

Segundo o escritor André Breton, *“o que a gente esconde é mais ou menos o que os outros descobrem”*. Portanto, não devemos esconder nada, muito menos a atenção e o respeito que se deve nutrir pelo próximo — virtudes que consolidam o sentimento de fraternidade, tão necessária neste mundo globalizado, que mais exclui do que inclui.

Apesar dos avanços científicos, das conquistas tecnológicas, da ida do homem à Lua e dos altos índices de crescimento econômico, o ser humano, em sua grande maioria, ainda não abriu o coração para sua comunidade.

Negócios se fazem com dinheiro, cheques, documentos registrados em cartórios, mas a amizade que deve existir no seio de uma comunidade não se constrói com bases financeiras. O sentimento de cordialidade deve prevalecer mais para que ela possa elevar-se e seus membros, todos eles, possam crescer juntos e gozar dos frutos conquistados por meio da irmandade.

Somente aquele que pratica a solidariedade merece a bênção especial do Senhor, e lhe será dado como recompensa um lugar no Reino dos Céus.



Durante os próximos dias, do período de 18 a 23 de setembro, será solenizada a Semana da Comunidade. É a oportunidade que cada um de nós terá para refletir sobre o que é comunidade, o que esperamos da sociedade e o que desejamos para nossa Pátria.

Sr. Presidente, não existe nenhum país sem comunidade — a menor célula que une famílias vizinhas, que se nutrem dos mesmos alimentos, falam a mesma linguagem e proferem a mesma fé no Pai Celestial.

Em Eclesiástico, na Bíblia Sagrada, está registrado: *“Vale mais vida pobre sob o abrigo de teto de tábuas do que alimentos finos em casa alheia”*. Não é preciso dinheiro para se ter contentamento para viver. Não são necessários volumosos bens materiais de supérfluos e de luxúria para ser feliz. Com certeza, encontramos apoio, fraternidade e felicidade em nossa comunidade. Basta conhecê-la e conviver com nossos vizinhos, companheiros, colegas e amigos.

Com humildade, peço a Deus que derrame uma bênção de luz sobre todos os membros da comunidade brasileira, que crê no Senhor, tem esperança de dias mais justos e solidários, não esmorece diante de dificuldades, anima-se em superar obstáculos, almeja melhor distribuição da riqueza nacional e ama o Altíssimo sobre todas as coisas.

Passo a abordar outro assunto. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, conforme o Decreto nº 63.326, de 30 de setembro de 1968, em 8 de setembro comemora-se o Dia Nacional da Alfabetização. É uma relevante ocasião para se discutirem questões acerca da educação nacional.

Considero extremamente complexo imaginar como o Brasil se tornará uma nação desenvolvida e socialmente justa enquanto o ensino passa por situações



deploráveis, com recursos pífios, escolas deterioradas, estudantes sem perspectivas de um futuro melhor e despreço aos valorosos professores, além de outros graves problemas.

Contudo, vale ponderar que, nos últimos 10 anos, o número de analfabetos em nosso País vem sendo consideravelmente reduzido. Todavia, existem mais de 16 milhões de indivíduos que não sabem ler nem escrever. E o pior: há, ainda, 46 milhões de analfabetos funcionais — pessoas que freqüentaram ou freqüentam a escola, mas não conseguem ler, escrever ou efetuar cálculos simples.

Lamentavelmente, apenas um terço da população brasileira domina os princípios básicos de leitura e escrita, ao tempo em que mais de 60% carecem de instrução essencial à convivência cotidiana.

Essas informações revelam a necessidade de investir na melhoria da qualidade da educação para realmente promover o exercício da cidadania, um dos principais objetivos da sociedade contemporânea. Para isso, é preciso estimular a leitura, visto que ela é um dos meios para que o indivíduo tenha contato com novos conhecimentos, idéias, pontos de vista e experiências, que talvez sua vida prática jamais lhe proporcione.

É relevante registrar que, no Brasil, as pessoas pouco lêem. Porém, esta pode vir a ser uma nação de leitores. Consoante o Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional — INAF, 67% dos nossos compatriotas se interessam pela leitura. Segundo o Ministério da Cultura, nossa Pátria tem a maior indústria editorial da América Latina — produz mais de 50% dos livros do continente —, grande produção de papel, parque gráfico atualizado e excelente nível de produção editorial. No entanto, os brasileiros lêem, em média, 1,8 livro por ano, porque não têm acesso



facilitado à leitura, devido à existência de poucas bibliotecas públicas e aos elevados preços dos livros.

Sr. Presidente, o Brasil precisa democratizar a leitura, mas antes é fundamental que as pessoas saibam ler. É inaceitável possuir um contingente de mais de 100 milhões de pessoas vulneráveis à segregação social por falta de educação!

Esta Nação tem de desenvolver-se! E a educação é o principal meio para que isso ocorra, pois compreende caminhos para exercício da cidadania, desenvolvimento das potencialidades de cada pessoa, preparação das mentes e das habilidades para o trabalho e o convívio civilizado, preparo para o serviço da transformação de um mundo mais justo e solidário.

Nesta oportunidade, transcrevo a sentença do importante pedagogo Paulo Freire: *“Ai dos educadores e educadoras que pararem com sua capacidade de sonhar, de inventar a sua coragem de denunciar e de anunciar”*.

Espero que essa reflexão sirva não apenas para os educadores, mas também para todos os que podem contribuir com a melhoria da educação, base para o progresso.

Vou tratar de outra questão. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, observo que o preconceito é um obstáculo para os portadores de necessidades especiais. A falta de acessibilidade ao transporte, à sala de aula, ao elevador, à formação profissional e à moradia deixa-os longe da inclusão social, mas não os perturba tanto quanto o preconceito.

Se para alguns estudiosos só as grandes crenças propiciam grandes emoções, com certeza, para os deficientes, suas grandes emoções são encontradas



quando são tratados como cidadãos. Para certos analistas, crer é ser forte, ter dúvidas é ser fraco. Creio que os portadores de deficiências físicas ou mentais são fortes porque acreditam em Deus, amam o próximo, sorriem mesmo diante de dificuldades, são solidários em todas as ocasiões e são capazes de superar seus próprios limites com dignidade.

Para Deus, o preconceito é mais injurioso do que a falta de religiosidade, porque despreza o próximo sem conhecer as raízes de seus obstáculos; penaliza-o sem avaliar as circunstâncias de sua existência; e condena-o sem misericórdia por apresentar defeitos íntimos ou dificuldades externas.

É preciso orar em favor daqueles que prejulgam de maneira errônea ou mesmo julgam desnecessariamente e ofendem as pessoas necessitadas.

Só com o pensamento sadio, com atitudes corretas e com ações virtuosas é que poderemos ser solidários com os portadores de necessidades especiais. Não devemos tratá-los com caridade apenas, mas torná-los dignos de uma coexistência harmônica e feliz entre todos nós, com consideração e respeito.

No próximo 21 de setembro comemoraremos o Dia Nacional de Luta dos Portadores de Deficiência.

Registro minha atenção, carinho e respeito por esses cidadãos e minha admiração pelos educadores e voluntários que atuam em associações, entidades e organizações de caráter assistencial, cultural, de saúde, educação, entretenimento, lazer e trabalho. São todos heróis livres, que defendem os direitos humanos, os interesses dessas crianças, jovens, adultos e idosos, que totalizam 24,5 milhões de compatriotas com algum tipo de deficiência.



Por fim, quero manifestar o meu protesto até que os direitos fundamentais de cidadania das pessoas portadoras de necessidades especiais passem a ser totalmente cumpridos, obedecendo ao princípio da igualdade estabelecido na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, da ONU, e na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa Legislativa.

Muito obrigado.



O SR. NILTON BAIANO (PP-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o empresário Sebastião Buani apresentou hoje um cheque de R\$7,5 mil que supostamente teria sido entregue ao Presidente desta Casa, Deputado Severino Cavalcanti, como propina para garantir o funcionamento por mais 3 anos do restaurante Fiorella, que funciona no 10º andar do Anexo 4. A comprovação da denúncia é agravada pelo fato de o cheque ser assinado pela secretária Gabriela Martins.

Agora, com a comprovação, não podemos vacilar e queremos a renúncia do Deputado Severino Cavalcanti da Presidência desta Casa de Leis. A situação é muito grave e insustentável. Temos que zelar pela imagem e pela ordem no Congresso Nacional.

Quando elegemos o Deputado Severino para a Presidência desta Casa, S.Exa. estava acima de qualquer suspeita. Não conheço nenhuma denúncia de corrupção contra S.Exa. quando foi Prefeito ou Deputado Estadual. Estamos no mesmo partido, e fui surpreendido pela corrupção envolvendo o empresário e a Mesa Diretora.

A renúncia não pode passar de hoje. Fica muito difícil presidir a Câmara após a comprovação do cheque endossado pela sua secretária. Ela, inclusive, mentiu quando afirmou que não tinha recebido nenhum pagamento do Sr. Sebastião Buani.

É lamentável, mas venho a esta tribuna fazer eco ao sentimento da grande maioria dos meus colegas, e também do povo brasileiro, solicitando a renúncia do Presidente da Câmara, para que possa responder por todas as acusações.

Sabemos que presidentes de 5 partidos entregaram ao Presidente do Conselho de Ética, Ricardo Izar, representação pedindo abertura de processo de



cassação contra Severino Cavalcanti. Fica incompatível responder ao processo ocupando a Presidência da Câmara.

O Brasil clama por uma limpeza moral na política brasileira. Ninguém está acima da lei, ninguém pode ficar impune, e temos que fazer valer a lei para todos. Por isso, mesmo sendo colega de partido do Deputado Severino, faço este pedido em nome da ética e da moral, para que S.Exa. deixe o cargo de Presidente da Câmara, para responder pelas denúncias de corrupção.

Era o que tínhamos a dizer.



O SR. JOÃO GRANDÃO (PT-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a cidade de Dourados, reconhecida nacionalmente como a capital do agronegócio, em Mato Grosso do Sul, está sediando hoje e amanhã o 1º Show Agri, um evento que está reunindo milhares de produtores de grãos do Estado e empreendedores ligados à Cooperativa Agroindustrial — COOAGRI e que vislumbra discussão aprofundada sobre as questões que envolvem a produção agropecuária. O Show Agri nasce com a missão de criar um ambiente favorável à discussão de uma agenda positiva para o desenvolvimento sustentável do agronegócio no Estado.

Aproveitamos para destacar o engajamento do Presidente da COOAGRI, Nivaldo Krüger, que está capitaneando essa feira de negócios, que conta ainda com dinâmicas de máquinas e palestras como a que será proferida na manhã desta quinta-feira pelo Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que falará sobre a importância do agronegócio para o desenvolvimento regional.

Como membro da Comissão de Agricultura e ativo defensor da agricultura familiar, não poderia deixar de estar presente nesse tão importante evento para a economia da região da Grande Dourados. Saúdo todos os produtores rurais que com competência e seriedade estão produzindo alimentos e criando riquezas que contribuem para o crescimento da nossa economia.

Sras. e Srs. Deputados, todos sabemos que a vocação de Mato Grosso do Sul é para o agronegócio, em particular a região da Grande Dourados, onde os produtores se organizaram e criaram a Associação do Agronegócio da Grande Dourados (AAGD), com a finalidade de integrar todos os segmentos do agronegócio, atuando na promoção de eventos técnicos e de negócios, divulgando as



potencialidades da região. O Show Agri é mais um evento que conta com o apoio da Associação, que juntamente com a COOAGRI está estabelecendo uma nova era para o setor e merece nossa consideração e respeito.

Muito obrigado.



O SR. ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna da Casa para me pronunciar sobre audiência de hoje em que, juntamente com autoridades e representantes da bancada do meu Estado, fui recebido pelo Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento. Na ocasião, apresentamos reivindicações para a melhoria da infra-estrutura rodoviária de Mato Grosso do Sul, fundamental para o desenvolvimento do Estado. Para nos tranquilizar, o Ministro assumiu o compromisso de viabilizar a liberação de pelo menos R\$10 milhões dos R\$24 milhões necessários para conclusão do asfalto na BR-158, trecho Selvíria—Inocência. De imediato, Alfredo de Nascimento assumiu a liberação de R\$1 milhão para o trecho compreendido entre o km 239,16 e o km 265,52 (26 quilômetros de extensão), em fase final de conclusão, com previsão de entrega para outubro próximo.

Quero fazer o registro de que, como coordenador da bancada do meu Estado, durante pouco mais de 2 anos, consegui articular o empenho de R\$7 milhões, o que garante o andamento dos trabalhos até o fim do ano. Outra notícia significativa para região do Bolsão é o compromisso do Ministro de tentar a liberação de outros R\$35 milhões para a conclusão da ponte sobre o Rio Paraná que liga Brasilândia, em Mato Grosso do Sul, a Paulicéia, em São Paulo, por meio de projeto de lei. E não deixar a empreiteira responsável pela obra desmontar o acampamento, mesmo com as obras paralisadas em razão do contingenciamento do Governo Federal. Pois essa rodovia é estratégica para criarmos um novo corredor pela MS-060, ligando Campo Grande a São Paulo e tirando Santa Rita do Pardo do isolamento.



Aproveitamos a oportunidade para protocolar os projetos instrutivos para alocação de recursos visando à conclusão da antiga BR-359, ligando Coxim a Alcinópolis, obra fundamental para garantir o desenvolvimento da região norte do Estado, permitindo a ligação por asfalto até a estação ferroviária da Ferronorte em Chapadão do Sul. O trecho de 212 quilômetros teve apenas 10 quilômetros asfaltado, pois a obra foi paralisada por causa do contingenciamento, seguido do processo de estadualização.

Tenho convicção que o Ministro terá a preocupação de viabilizar recursos para essas ações, atendendo de forma suprapartidária a uma reivindicação legítima e fundamental para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado.



O SR. JOÃO TOTA (PP-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a economia brasileira hoje é o grande pilar de estabilidade, dado fortemente compensatório frente a um país mergulhado numa crise política sem perspectivas de solucionamento a curto prazo. A despeito de todas as turbulências políticas que assaltaram os noticiários e a rotina da vida nacional, a economia manteve-se inabalável graças a uma série de medidas e comportamentos que desde já atestam certo grau de amadurecimento do mercado e do empresariado brasileiro. Além, claro, da manutenção pelo Governo Federal dos fundamentos econômicos que legaram nosso equilíbrio econômico-financeiro.

Entre os indicadores sólidos de uma economia equilibrada e resistente a abalos da vida política figuram o superávit das exportações, hoje na marca de 10 bilhões de dólares anuais, o saldo de transações em conta corrente, que deverão alcançar a cifra de 210 bilhões de dólares até o final do ano, e a tentativa de redução da dívida externa. Não há dúvida de que hoje a economia é o grande carro-chefe frente aos mercados e fóruns mundiais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é preciso reconhecer, todavia, que muitos dos ingredientes dessa situação econômica favorável carregam contradições que precisam ser sanadas com inteligência e ponderação. Sem dúvida, os juros altos atraem investimentos externos, hoje abundantes, enquanto internamente retraem a expansão da atividade econômica. Algumas reformas, como a da Previdência, foram importantes sinalizadores para a passagem para um nível razoavelmente estável de nossa atividade econômica, enquanto outras, como a tributária, deixaram alguns agentes econômicos enormemente desapontados. É



preciso, a todo custo, corrigir equívocos que ficaram como novos empecilhos neste campo.

É o próprio IBGE que ressalta novas conquistas que apontam para um futuro de previsibilidade no campo econômico, prova mais que evidente de uma economia que avança dentro de parâmetros seguros e estáveis, longe de aventuras demagógicas e populistas. O PIB (Produto Interno Bruto) do primeiro semestre deste ano cresceu 3,4%, e o empresariado, médio e grande, hoje tomou as rédeas do ramo e traça suas rotas de forma equilibrada e realista. O grande desafio reside ainda numa política corajosa, tendo como alvo as micros e pequenas empresas, as grandes fontes de emprego formal deste País. É a economia que vai dar lastro para a saída da crise política, por isso mesmo precisa ser conservada e estimulada em seus aspectos positivos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as boas novas, ainda que limitadas neste cenário inflacionário de tragédias políticas, trazem dados indiscutíveis que indicam responsabilidade, conhecimento e esforço patriótico de uma nova visão econômica que privilegia a estabilidade e o cumprimento das normas de mercado, ainda que com bases extremamente ortodoxas, que bem poderiam ser atenuadas num cenário de grande fluxo de capital estrangeiro, que, a despeito de todo o furacão de escândalo e denúncias a varejo e no atacado, continua a aportar em nossa economia na mira de juros imbatíveis, que, se por um lado chamam grandes aportes internacionais, por outro servem de empecilho para o desenvolvimento da indústria e do comércio de nosso País.

É evidente que urge uma política a longo prazo de juros mais acessíveis, que contemplem as expectativas de grande parte de nosso empresariado, visto que a



realidade econômica do País é de uma inflação sob controle, já resvalando em deflação em muitos itens. Portanto, é mais que hora de inaugurar uma política desenvolvimentista de Estado a longo prazo, que contemple os mais importantes setores produtivos, há muito ávidos pela expansão de seus negócios, com o conseqüente aumento da oferta de emprego, o alvo primordial de qualquer política pública responsável.

Muito obrigado.



O SR. MOREIRA FRANCO (PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o futuro do nosso País depende profundamente da melhoria da gestão educacional. É dever dos Estados e dos Municípios trabalhar para que os jovens em idade escolar possam desenvolver suas habilidades intelectuais, emocionais e morais.

Contudo, a responsabilidade dos Estados e Municípios na educação não é restrita ao espaço das escolas. A educação é um processo integral, que envolve a educação formal, escolar, e a educação informal, recebida em casa.

A educação, em todo o Brasil, passa por enormes dificuldades orçamentárias. Por isso, o grande desafio da gestão educacional é implementar, com o menor custo possível, ferramentas que possibilitem a integração entre a escola e a família dos jovens.

O Secretário de Estado de Educação do Rio de Janeiro, Cláudio Mendonça, enfrentou o desafio e desenvolveu um instrumento brilhante para fazer com que as famílias participem mais ativamente na formação dos alunos.

Desde fevereiro, os pais e alunos já podiam obter, pela Internet, informações sobre os quadros de horários e os nomes dos professores com as respectivas matérias. Agora, a Secretaria Estadual de Educação também disponibiliza o controle de notas e presença de 980 mil alunos dos colégios da rede do Estado. Todos os alunos, a partir da 5ª série do ensino fundamental, têm suas notas e sua frequência relacionadas na Internet.

Congratulo o Secretário de Estado de Educação do Rio por este importante avanço na gestão educacional — avanço que certamente renderá excelentes frutos em todos os aspectos sociais e culturais do Estado, visto que, agora, as próprias



famílias dos jovens poderão acompanhar o desempenho escolar de seus jovens com mais atenção.

Muito obrigado.



O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está se tornando uma rotina — uma doce e prazerosa rotina, diga-se —, eu me dirigir a esta tribuna para ressaltar as conquistas vividas pela indústria naval brasileira no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pois há mais boas notícias e faço questão de celebrá-las aqui.

A primeira diz respeito à aprovação, ontem, de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, no valor de US\$39 milhões, para a construção de uma embarcação de apoio marítimo para manuseio de âncoras com reboque e suprimento. Essa obra, Sr. Presidente, será realizada no estaleiro Promar e terá como consequência a criação de 300 empregos diretos em Niterói. É mais uma conquista do setor naval, mais uma conquista dos metalúrgicos brasileiros.

Mas é bom lembrar que nada disso caiu do céu. A luta pela recuperação da nossa indústria naval foi e continua sendo árdua. A diferença agora é que temos no Palácio do Planalto um Presidente que é aliado da massa trabalhadora e entende a importância social de bater o pé, incentivar o crescimento da indústria brasileira e, conseqüentemente, o crescimento do emprego no País.

Os resultados já estão aparecendo, e devem aparecer ainda mais. Segundo estimativas da Organização Nacional da Indústria do Petróleo — ONIP, até 2015 deverão ser fabricados no País cerca de 140 embarcações de grande porte, que representarão investimentos de US\$7,4 bilhões e a geração de 70 mil empregos diretos. Nesse total projetado pela ONIP estão os 42 navios que se encontravam em licitação pela TRANSPETRO, mas cujo processo foi suspenso devido a medida cautelar impetrada pelo Tribunal de Contas da União sobre a qual eu falei nesta



Casa ontem. Essa medida do TCU em nada colabora com o progresso da indústria naval. Se há questões pendentes, elas poderiam e deveriam ser questionadas de outra forma, sem a necessidade de interrupção do processo.

Finalmente, Sr. Presidente, quero falar sobre a realização da 1ª Feira Internacional do Setor Naval e Offshore de Niterói, que terá sua abertura no próximo dia 19. O evento será uma ótima oportunidade para que seja debatido o momento de grande expectativa positiva e conquistas vividos pelo setor. Parabéns à cidade de Niterói, parabéns ao Prefeito Godofredo Pinto e parabéns a todos os organizadores!

Sr. Presidente, passo agora a tratar de outro assunto. Dominar a tecnologia nuclear é um pré-requisito de toda nação que pretenda ser forte e grande neste século XXI. É por isso que defendo o Programa Nuclear Brasileiro e sua ampliação, sempre, deixo claro, para fins pacíficos. Diante disso, considero de suma importância que projetos relativos ao setor nuclear, especialmente aqueles que se disponham a trabalhar com tecnologias de ponta e inovadoras, sejam incentivados pelos programas de fomento à pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Investir em pesquisa é investir no futuro do País. Dentro dessa ótica, a tecnologia nuclear ocupa um espaço de honra, que precisa ser valorizado e incentivado pelo Governo brasileiro como um investimento no próprio destino da Nação. Peço ao Ministério especial atenção aos projetos apresentados nesse sentido.

São essas as minhas palavras Sr. Presidente.

Muito obrigado.



O SR. ÉRICO RIBEIRO (PP-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 2003, o Banco do Brasil criou uma subsidiária, o Banco Popular do Brasil, para emprestar dinheiro aos sem-carteira. O então Presidente do Banco Popular, Ivan Guimarães, afirmava que os trabalhadores sem carteira não ficariam sem crédito.

Dizia ele que o banco fora criado, justamente, para atender a baixa renda e a economia informal, ou seja, aqueles que não têm registro em carteira.

Nessa operação foram gastos 28 milhões de reais em propaganda e *marketing*. Em contrapartida, o volume de créditos concedidos ficou em torno de 20 milhões de reais.

Tempos depois, mais precisamente em julho deste ano, o Diretor de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, pediu sua aposentadoria.

Antes disso, Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária de Marcos Valério, acusara o diretor de fazer parte do círculo de contatos que o empresário tinha com o Governo.

Pizzolato teve sua imagem manchada por causa do patrocínio do Banco do Brasil a um espetáculo da dupla sertaneja Zezé Di Camargo e Luciano em uma churrascaria de Brasília em julho do ano passado.

A renda da promoção reverteu para a construção de uma nova sede do Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vale relembrar episódio fartamente abordado pelos meios de comunicação: Pizzolato recebeu um envelope do Banco Rural. O envelope continha 340 mil reais, segundo o Diretor de Marketing e



Comunicação do Banco do Brasil. Ele disse na CPI que não olhou o conteúdo e assim mandou um funcionário entregar o envelope no Diretório do PT.

Chama a atenção o seguinte fato: na mesma época, esse diretor comprou uma casa no valor de 400 mil reais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse é o Banco do Brasil do Governo do PT.

Em Pelotas, minha cidade, o Superintendente Regional do Banco do Brasil, Carlos Splinder, condicionou a liberação do crédito rural aos produtores à concessão de um terço da folha de pagamento da Prefeitura ao banco.

Não lembro que haja ocorrido, em tempo algum, ameaças de um funcionário do Banco do Brasil à Prefeitura de Pelotas, declarando que não seriam liberados financiamentos para a produção e a lavoura caso o pagamento dos funcionários municipais não fosse feito pela agência local do banco.

Quem conheceu um Banco do Brasil desenvolvimentista durante as décadas de 50, 60, 70 e 80 fica, na atualidade, com a seguinte pergunta ainda sem resposta:

Será que é preciso que esse banco seja estatal?

O quadro atual daquela que foi uma das mais respeitáveis instituições brasileiras é constrangedor e decepcionante.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de agradecer ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, que incluiu na pauta daquela Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2005, aprovado por unanimidade.

O referido projeto, de nossa autoria, altera o art. 328 do Código de Processo Penal, de forma que fica determinada a quebra de fiança no caso de o agente insistir em comparecer ao local em que sua presença tenha sido impedida pelo juiz. Será quebrada a fiança também nos casos em que o réu se mude ou se ausente de sua residência por mais de oito dias sem prévia comunicação à autoridade responsável.

A medida pretende criar mais um mecanismo para coibir a prática da violência doméstica no País, um mal que infelizmente ainda se manifesta com lamentável insistência nas famílias brasileiras.

Consideramos que, nos casos de crimes que envolvam violência doméstica, a prisão preventiva deve ser possível mesmo que o delito não tenha sido apenado com reclusão ou detenção.

Sabemos que, nos casos de violência em que ocorre em situação de coabitação, a permanência do agressor em casa durante o curso do processo deve ser evitada, pois implica em risco de novas agressões às vítimas.

A experiência mostra que o agressor, se permanecer em casa, tentará coagir a vítima e muitas vezes conseguirá que a queixa seja retirada, forçando um recuo para a situação de opressão que se queria evitar.



Nesse caso, não resta dúvida de que a prisão preventiva deve permanecer como alternativa a ser utilizada, a menos que o réu assuma o compromisso de se manter afastado da casa onde ocorreu a agressão.

É nesse sentido também que propomos que a fiança não seja concedida pela autoridade policial, a não ser nos casos em que seja cumprido o compromisso de afastamento por parte do réu.

Nossa intenção é reforçar os mecanismos legais disponíveis para combater de forma enérgica a prática da violência doméstica, que aflige parcela significativa da população brasileira, sobretudo as mulheres, muitas vezes submetidas a condições de opressão em seus próprios lares.

Essa violência contra as mulheres é maior do que atestam as estatísticas oficiais, porque em muitos casos as vítimas não fazem denúncia com medo das represálias que possam vir a sofrer.

Se a criação das delegacias especializadas em atendimento às mulheres já foi um avanço, a aprovação de legislação mais dura nos casos de violência doméstica poderá servir como um estímulo adicional para que seja transformada a consciência social a respeito do problema e para que as vítimas encontrem condições concretas para se defender e denunciar as agressões que sofreram.

É chegado o momento de avançarmos nessas questões, que constituem aspecto essencial no projeto de construção da cidadania plena no País. Enquanto não dispusermos de mecanismos capazes de coibir definitivamente os abusos cometidos nos lares brasileiros por quem utiliza a violência para se impor sobre seus companheiros ou filhos, enquanto não vencermos esses obstáculos, não teremos uma verdadeira cidadania brasileira.



Consideramos que o problema é muito sério e merece atenção urgente por parte do Congresso Nacional. E por isso solicitamos que o PLC nº 17, de 2005, seja incluído na pauta do plenário do Senado, uma vez que já recebeu parecer favorável do Relator, Senador Fernando Bezerra, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Ciro Nogueira) - Passa-se ao

V - GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Eliseu Resende.



O SR. ELISEU RESENDE (PFL-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não falarei neste Plenário sobre a crise política sem precedentes que o Governo e esta Casa vivem neste momento. Quando selecionado para falar neste Grande Expediente, achei melhor trazer uma agenda positiva e discutir o grave problema administrativo e técnico existente no planejamento da infra-estrutura nacional. Hoje, não há infra-estrutura de energia e de transportes capaz de sustentar o crescimento da economia e o programa de integração nacional.

Quero falar especificamente sobre os setores de energia e de transportes.

É preciso registrar que a nossa Constituição, na flexibilização dos monopólios e na orientação da prestação de serviços públicos e da exploração de bens públicos, soube separar a atuação direta da administração pública da atuação indireta, mediante o processo de concessões, permissões e/ou autorizações ao setor privado, para que pudéssemos melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados e desenvolver a exploração econômica dos bens públicos, patrimônio da União.

No entanto, Sr. Presidente, é importante registrar que nos últimos 3 anos não houve, por parte do Governo, iniciativa que pudesse promover a exploração indireta nos campos da energia e dos transportes.

Iniciou-se um processo de concessão das rodovias federais, mediante cobrança de pedágio, para que essas estradas pudessem estar em condições técnicas adequadas para suportar o crescimento da economia e reduzir os custos dos fluxos de produção.



Há 3 anos ou mais, esse processo tramita no âmbito do Ministério dos Transportes, e nenhuma iniciativa de oferta de licitação de novas rodovias para exploração pelo setor privado aconteceu.

No campo da energia, em 2002, ocorreu o apagão, que foi energicamente discutido no País. Procuraram-se as suas causas, sejam as decorrentes das condições meteorológicas, sejam as decorrentes da falta de oferta de energia para responder pelo consumo industrial, residencial e de iluminação pública.

Chegou-se à conclusão de que a oferta era insuficiente. Seria necessário, portanto, que a Agência Nacional de Energia Elétrica promovesse novas rodadas de licitação, ofertando novos *megawatts*, para que pudéssemos ter energia responsável pelo crescimento da economia.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, 3 anos depois do apagão, não tivemos uma iniciativa por parte do Governo Federal para ofertar 1 *megawatt* adicional no campo da energia.

Hoje, sabemos que a economia mundial se desenvolve aceleradamente, e o Brasil, mais preocupado com a proteção da moeda do que com a proteção do desenvolvimento da economia, oferece vetores que obliteram o crescimento da economia nacional. Atualmente, temos uma das maiores cargas tributárias do mundo, a taxa de juros real também é a maior do mundo, falta marco regulatório, o que impede o crescimento da economia nos níveis dos países emergentes.

O Brasil é o quinto país em crescimento na América do Sul. O crescimento da economia nacional é menor do que a média do crescimento na América do Sul, na América Latina e no mundo inteiro.



Se viéssemos a ter um crescimento da economia tal como o dos outros países, particularmente os países emergentes, seguramente esse crescimento seria impedido ou obliterado pela falta de infra-estrutura de transporte e de energia.

O Sr. Costa Ferreira - Permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. ELISEU RESENDE - Com prazer, Excelência.

O Sr. Costa Ferreira - Nobre Deputado Eliseu Resende, agradeço a V.Exa. a oportunidade de aparteá-lo. É claro que temos de ouvi-lo com muita atenção. V.Exa., que já foi Ministro, que já deu uma demonstração cabal de sua competência e da sua preocupação com o setor viário nacional, que tem *know-how* na área dos transportes, pode sugerir algumas políticas especiais voltadas para o transporte nacional. Do jeito que está, o Brasil vai de mal a pior. O sistema viário brasileiro é uma vergonha. Se V.Exa. der uma volta no Nordeste, ficará estarrecido com o abandono em que se encontram nossas rodovias federais. V.Exa., claro, como profundo conhecedor da matéria, com sua competência e sua visão, pode sugerir políticas especiais voltadas para o aprimoramento do transporte brasileiro, também dentro dessa parceria com o setor privado. Acredito que seria uma saída muito boa para acabar com essa situação em que se encontra o setor viário brasileiro. Muito obrigado.

O SR. ELISEU RESENDE - Agradeço sua contribuição, nobre Deputado Costa Ferreira. Em apoio a sua assertiva, trago dados dramáticos sobre a situação do sistema viário brasileiro. Tenho aqui o resultado das últimas pesquisas promovidas pela Confederação Nacional do Transporte. Em um volume de tráfego, foram pesquisados 2 terços das rodovias brasileiras, chegou-se ao seguinte resultado: apenas 25% das estradas do Brasil estão em condições técnicas normais;



75% são estradas péssimas, esburacadas, aumentando os fretes, o consumo dos pneus, o tempo de viagem, a depreciação dos veículos e o consumo de combustíveis.

Isso é um grande entrave para o desenvolvimento econômico do País. Vejam bem, desses 25% de estradas boas, quando subtraímos as estradas pedagiadas, particularmente as do Estado de São Paulo, esse percentual cai para 17%. Somente 17% das estradas do Brasil estão em condições normais. Das 20 melhores estradas do Brasil, 18 estão em São Paulo e são pedagiadas. Pobres ou paupérrimas estão as estradas financiadas com recursos públicos, do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

Temos programas de conservação de energia no campo da energia elétrica, mas nunca se falou no Brasil de um programa de conservação da energia do petróleo. É importante registrar que, com esse estado de calamidade em que se encontram as estradas brasileiras, com os congestionamentos nas áreas urbanas e metropolitanas por falta de oferta de transporte público eficiente, o Brasil desperdiça 25% do consumo de óleo combustível, de óleo diesel e de gasolina no País.

Ouçó, com prazer, aparte do nobre Deputado Edinho Bez.

O Sr. Edinho Bez - Deputado Eliseu Resende, não poderia deixar de me manifestar, no Plenário desta Casa, sobre o pronunciamento de V.Exa. Primeiro, V.Exa. retrata, quase como uma fotografia, a atual situação do País, ou seja, a falta de investimento em infra-estrutura — rodovias, ferrovias, área portuária. Eu, que exerci até o mês de abril, em Santa Catarina, a função de Secretário de Estado da Infra-Estrutura, sei da falta de planejamento e de investimento nessa área. Portanto, ouvir V.Exa., que é o nosso mestre, foi Ministro dos Transportes e nesta Casa tem



ocupado importantes funções, é um privilégio. Fico envaidecido por usufruir da sua amizade e poder aprender com a sua experiência. Tinha de fazer este registro e sublinhar que V.Exa. é um Parlamentar atuante, competente, que orgulha a Casa. Muito obrigado.

O SR. ELISEU RESENDE - Agradeço ao Deputado Edinho Bez suas palavras.

Concedo um aparte ao Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Permita-me, nobre Deputado Eliseu Resende, cumprimentá-lo por sua presença na tribuna na tarde de hoje, sobretudo quando focaliza a precariedade da nossa infra-estrutura. V.Exa. foi um dos defensores da preservação das ferrovias. Lamentavelmente, assistimos ao desbaratamento daquilo que significava processo menos custoso para transportar mercadorias, enfim, do intercâmbio que as ferrovias caracterizaram ao longo do tempo. Vejam as péssimas condições da infra-estrutura viária no País. A malha viária está sucateada. V.Exa. tem autoridade, como ex-Ministro de Estado, para falar sobre o assunto, e o faz com o brilho, a clarividência e a lucidez habituais. Meus cumprimentos a V.Exa.

O SR. ELISEU RESENDE - Agradeço sua contribuição, Deputado Mauro Benevides.

Se, em vez de estradas deterioradas, o Brasil possuísse estradas normais, economizaria 25% do consumo total de *díesel* e de gasolina, principais derivados que comandam o craqueamento no processo de refino pelas refinarias brasileiras. O País, que hoje importa apenas 5% do petróleo que consome, se, repito, possuísse estradas em bom estado, se houvesse investimento no aperfeiçoamento das suas superfícies, economizaria 25% do consumo total.



Se o Brasil estivesse hoje em condições de ser um exportador líquido na indústria do petróleo, atrever-me-ia a dizer que poderia pertencer à OPEP. E esse aumento abusivo do custo do barril de petróleo ou do preço no mercado internacional não afetaria o País.

É importante que o Brasil acorde e tenha um programa de conservação de energia no campo do petróleo, para que, além de estradas aperfeiçoadas, fretes reduzidos, corredores de exportação com eficiente funcionamento, seja exportador líquido da indústria do petróleo.

O Congresso Nacional deu importantíssima contribuição no final do ano de 2002, quando, neste Parlamento, por unanimidade, votamos a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico — CIDE, que seria constitucionalmente destinada ao aperfeiçoamento e à recuperação de nossas estradas, a fim de promover um ganho para a economia nacional, nosso progresso e desenvolvimento, e fazer com que o Brasil marchasse efetivamente para a prosperidade.

Quero registrar, novamente, falha da atuação governamental. A CIDE, vinculada às estradas, está sendo contingenciada desde o ano de sua instituição. Em 2004, apenas 17% do total arrecadado pela CIDE foi efetivamente aplicado no campo viário. Neste ano de 2005, até 31 de julho, o Governo aplicou nas áreas de transporte apenas 10% da arrecadação exclusivamente vinculada a esse setor para promover a regulação do mercado de combustíveis e provocar o ganho de que o Brasil precisa.

Ouçó o Deputado Wagner Lago.

O Sr. Wagner Lago - Deputado Eliseu Resende, V.Exa. fala com a autoridade de quem conhece o assunto. Nosso País impõe um superávit fiscal para



pagar a dívida pública, que a Constituição mandou que fosse auditada, até para que a Nação soubesse a origem e o quantitativo. Há 15 anos isso deveria ter sido feito, e nada ocorre. Pagam-se só de juros da dívida aproximadamente 100 bilhões por ano, quando com muito menos que isso poderíamos cuidar das malhas rodoviária e ferroviária, das questões da saúde e da educação. O montante da CIDE que não está sendo repassado, ponto específico em que V.Exa. é mestre e conhecedor, talvez esteja indo para o pacote do superávit, para saciar a ganância da especulação financeira dos agiotas internacionais. Parabéns a V.Exa.

O SR. ELISEU RESENDE - Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Gomes - Concede-me V.Exa. um aparte?

O SR. ELISEU RESENDE - Concedo aparte ao Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Infra-Estrutura, Deputado Eduardo Gomes.

O Sr. Eduardo Gomes - Deputado Eliseu Resende, minha intervenção é breve, porque conheço a qualidade da sua exposição sobre esse tema. Tivemos a felicidade de, no final do mês passado, termos V.Exa. entre nós, um palestrante de alta qualidade diante daqueles que representam as áreas financeira e econômica do Governo. Nesse seminário, foi possível tirarmos a conclusão de que V.Exa. está coberto de razão. É preciso que o País entenda a aplicação de recursos em infra-estrutura, sobretudo em rodovias, não como despesa, mas como investimento. Com a continuidade das obras estratégicas e uma malha viária de boa qualidade, pode haver economia dos recursos energéticos do País em todos seus aspectos. V.Exa. realiza nesta Casa um trabalho dedicado ao País. É preciso que todos ouçamos V.Exa. com atenção. Faço este breve aparte ao seu pronunciamento apenas para ressaltar e colaborar com V.Exa., porque sei que V.Exa. vem



realizando grande trabalho na área de infra-estrutura, sobretudo na de transporte, no País.

O SR. ELISEU RESENDE - Obrigado, Deputado Eduardo Gomes.

Quero dizer o quanto é importante a Frente Parlamentar em Defesa da Infra-Estrutura Nacional. Precisamos encontrar uma solução profunda e definitiva para salvar as estradas do Brasil

O Sr. Moroni Torgan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. ELISEU RESENDE - Com todo o prazer, Deputado.

O Sr. Moroni Torgan - Deputado Eliseu Resende, nós temos muita honra e muito orgulho de contar com V.Exa. como companheiro de partido. O discurso de V.Exa. vem ao encontro do anseio de milhões e milhões de brasileiros, que têm depredado os seus carros nas estradas Brasil afora. Não me refiro nem ao escoamento de produção, mas ao turismo no Nordeste, por exemplo. Como nós somos prejudicados, no Nordeste, por não termos boas estradas! Tanto que pessoas do Sul e do Sudeste muitas vezes preferem pegar um avião para os Estados Unidos do que o carro para irem ao Nordeste, porque acham que não haverá segurança para a família. V.Exa. está tratando de um assunto importantíssimo. Que o Governo dê menos dinheiro para os banqueiros e mais dinheiro para dar segurança ao nosso povo nas estradas.

O SR. ELISEU RESENDE - Muito obrigado, Deputado.

Não há turismo sem deslocamento, para a visitação e para o conhecimento. E o deslocamento necessita de vias de transporte, que o propiciam com conforto e segurança.



Por falar em segurança, devo também acrescentar o grave risco de segurança pública que enfrenta o povo brasileiro nos seus deslocamentos nas estradas estragadas, sem o mínimo de sinalização, sem administração técnica adequada.

O Sr. José Carlos Machado - Permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. ELISEU RESENDE - Com prazer, Excelência.

O Sr. José Carlos Machado - Caro Deputado Eliseu Resende, considero muito oportuno o pronunciamento de V.Exa., que o faz com muita competência e conhecimento de causa. Tem V.Exa., nesta Casa, alertado o Governo Federal para a necessidade de voltar seus investimentos para a área de infra-estrutura. Por diversas vezes alertou o Governo para a necessidade de investir recursos da CIDE na área de infra-estrutura. Com muita competência, vem, a exemplo de vários Deputados desta Casa, cobrar do Governo e alertá-lo sobre a necessidade de investir nessa área, devido ao estado lamentável das nossas rodovias. Mais de 300 obras sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes estão paralisadas. É muito oportuno o pronunciamento de V.Exa., caro Deputado. Ontem, cobre do Governo o compromisso do Presidente Lula, assumido em Pernambuco, de duplicar a BR-101 do Rio de Janeiro até o Rio Grande do Norte. Veja que desafio. Disse, que, se não pudesse fazer toda aquela obra, pelo menos concluísse a duplicação de 12 quilômetros da BR-101, que se arrasta há mais de 10 anos, no pequeno Estado de Sergipe. Alguns me disseram que Sergipe é um Estado privilegiado, porque lá só há uma obra paralisada do DNIT. Caro Deputado Eliseu Resende, deixamos o nosso compromisso de, ao seu lado e ao lado do Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Infra-Estrutura Nacional, continuar lutando e



alertando o Governo para que resolva, de uma vez por todas, fazer o que é melhor para o Brasil. Muito obrigado.

O SR. ELISEU RESENDE - Vou conceder ao Deputado Ricardo Barros o último aparte, porque temos que discutir o papel das agências na concessão das nossas vias, dos nossos bens públicos, para que os investimentos públicos sejam complementados pelos investimentos privados no aperfeiçoamento do nosso sistema viário. Em seguida, concluirei meu pronunciamento a respeito do setor.

Ouço, com prazer, o Deputado Ricardo Barros.

O Sr. Ricardo Barros - Deputado Eliseu Resende, quero apenas, na condição de seu colega na Comissão Especial do Projeto de Lei das Agências Reguladoras, em que somos Vice-Presidentes, e também na Frente Parlamentar das Agências Reguladoras, que coordeno, ressaltar seu trabalho, que tanto tem nos direcionado quando discutimos com o Governo seu erro em tentar subordinar as agências reguladoras aos Ministérios, transformá-las em agentes do Governo e não em representantes do Estado, acima dos Governos, que se sucedem no prazo de cada uma das concessões que devem ser feitas para a infra-estrutura do País. Quero parabenizá-lo e agradecer por sua imprescindível colaboração nesta luta para a autonomia das agências reguladoras, a fim de garantir a infra-estrutura do Brasil.

O SR. ELISEU RESENDE - Muito obrigado, Deputado.

Qual seria a solução do problema? Eu me atrevo a alinhar uma solução: primeiro, não contingenciar a CIDE. É importante entender o que significa uma contribuição de intervenção no domínio econômico do ponto de vista tributário, uma intervenção através da inserção de um tributo para regular o mercado de



combustíveis automotivos. É praticamente impossível o contingenciamento desses recursos.

Segundo, deve-se partir para um processo gradativo de transferência de todas as estradas para os Estados, fazer a fusão dos DERs com as representações estaduais do DNIT. Há um processo de economia de custo e de eficiência administrativa mais acentuado.

Terceiro, privatizar o que for viável. Introduzir o processo de concessão por intermédio da atuação das agências nacionais de transporte para que haja associação do investimento privado com o investimento público. As estradas terão pedágio, de tal maneira que venha a ser menor do que a redução do custo operacional dos usuários dos veículos que trafegam nas estradas. E mais, investir em outras modalidades, de modo a sobrecarregar menos o sistema viário.

Agradeço pela atenção aos nobres Parlamentares. Deixo essa mensagem para que possamos, com isso, aperfeiçoar o sistema viário nacional e salvar as rodovias do Brasil, que hoje se encontram em situação dramática pela escassez e má administração dos recursos humanos e financeiros do setor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. MAURO BENEVIDES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ciro Nogueira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o endividamento da pequena indústria beneficiadora de produtos agropecuários, optante do Sistema SIMPLES, tem preocupado a massa de interessados, que buscam solução compatível com a realidade adversa que enfrentam na presente conjuntura.

Em Quixeramobim, no Sertão Central do Ceará, o Presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas, Cirilo Vidal Pessoa, enviou, em agosto passado, expediente ao Chefe da Nação, Luiz Inácio Lula da Silva, encarecendo o seu empenho para o definitivo equacionamento da magna questão.

Tendo em vista a expectativa daqueles que serão favorecidos pela decisão do Primeiro Mandatário, entendi de meu dever trazer ao conhecimento desta Casa o teor da exposição, assim concebida:

“Quixeramobim, 26 de agosto de 2005

*Ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República
Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva*

*Ref.: Endividamento da pequena indústria
beneficiadora de produtos agropecuários optante do
Sistema SIMPLES de recolhimento fiscal, localizada na
área de atuação da Agência de Desenvolvimento do
Nordeste (ADENE).*

Excelentíssimo Senhor Presidente,

É com enorme satisfação que vimos, pela presente,



encaminhar ao vosso conhecimento a desoladora situação em que se encontram as pequenas indústrias beneficiadoras de produtos agropecuários, optantes pelo sistema SIMPLES de recolhimento fiscal, com dívidas contratadas até o ano de 2000.

2. *Acontece que as inúmeras intempéries da nossa economia, somadas a sucessivos períodos de estiagem, construíram uma situação de grande insolvência e praticamente nenhuma capacidade de pagamento para esse importante mas muito fragilizado segmento.*

3. *O fato é que a média de elevação dos preços dos insumos e matérias-primas utilizadas nesse negócio não pôde ser acompanhada pelo preço dos produtos fabricados, uma vez que a incorporação desses custos ao preço de venda representaria um aumento que o mercado não estaria disposto a pagar.*

4. *Para que Vossa Excelência tenha uma idéia dessa perversa realidade, o preço do óleo diesel, utilizado nos veículos de distribuição dos produtos, aumentou de R\$0,19 (dezenove centavos), em 1994, para R\$1,78 (um real e setenta e oito centavos), em 2005. Um aumento superior a 800% (oitocentos por cento), que de modo algum poderia ser incorporado ao preço dos produtos fabricados por essas empresas. Se considerarmos ainda*



os aumentos referentes à energia elétrica, custo da mão-de-obra direta, preço do leite não tratado e outros insumos, veremos que as perdas de margem financeira conduziram a uma situação insustentável de sucessivos prejuízos.

5. Assim, depositamos nossa confiança na possibilidade de, através de emenda parlamentar, incluir as pequenas indústrias beneficiadoras de produtos agropecuários, optantes do sistema SIMPLES de recolhimento fiscal, localizadas na área de atuação da ADENE, no Projeto de Lei nº 4.514/04, de autoria do então Deputado Roberto Pessoa, que trata dos termos de repactuação das dívidas rurais contratadas até o ano de 2000.

6. De acordo com a proposta, na repactuação das dívidas, os encargos financeiros incidirão da seguinte forma: 1,5% ao ano para as operações com valor originalmente contratado de até R\$35 mil; 3% para o montante da dívida entre R\$35 mil e R\$200 mil; e 5% para o montante da dívida originalmente contratada que exceder R\$200 mil. O tomador do empréstimo terá 25 anos para pagar a dívida a contar da data da renegociação, incluindo 4 anos de carência.



7. *Considerando que no dia 15 de junho próximo passado o referido projeto foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) e que já foi encaminhado para a Comissão de Finanças e Tributação no dia 7 de julho, entendemos não haver razões para que o mencionado projeto não seja votado e transformado em lei com grande brevidade. Dessa forma, e por estarmos em semelhante situação dos produtores rurais, solicitamos de Vossa Excelência a especial atenção de interceder em nosso favor, no sentido de utilizar dos meios apropriados para que, mediante o apoio do Partido dos Trabalhadores e da base aliada, sejam aprovados o projeto e uma emenda estendendo o benefício da repactuação às pequenas indústrias beneficiadoras de produtos agropecuários, optantes do SIMPLES na área da ADENE.*

8. *Vale lembrar que, segundo dados do Ministério da Integração Nacional, dos R\$13 bilhões aplicados pelo FNE, cerca de R\$5 bilhões encontram-se em atraso, o que representa uma inadimplência de 39,1%. Ainda segundo o Ministério da Integração, o FNE tem disponibilidade para aplicar R\$4 bilhões, enquanto os demais fundos constitucionais apresentam*



disponibilidades praticamente iguais às aplicações. Assim, tanto a inadimplência, que no caso das pequenas indústrias beneficiadoras de produtos agropecuários chega a 31%, segundo dados fornecidos pelo Banco do Nordeste do Brasil, quanto a ociosidade na aplicação dos recursos denunciam notória ausência de capacidade de pagamento de ambos os seguimentos, com impacto extremamente nocivo ao desenvolvimento regional.

9. Certos da especial atenção de Vossa Excelência ao que ora propomos, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de profundo respeito e grande admiração.

Atenciosamente,

Cirilo Vidal Pessoa

Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Quixeramobim — CE”.

Sr. Presidente, espera-se que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva adote com presteza as medidas ora reclamadas pelos pequenos empresários de Quixeramobim.



O SR. WAGNER LAGO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ciro Nogueira) - Tem V.Exa. a palavra.



**DISCURSO DO SR. DEPUTADO WAGNER LAGO QUE, ENTREGUE
À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.**



O SR. PRESIDENTE (Ciro Nogueira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Turra, do PP do Rio Grande do Sul. S.Exa. dispõe de 25 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. FRANCISCO TURRA (PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é unanimidade entre os membros do Congresso Nacional que estamos vivendo crise moral e ética sem precedentes e que coloca em risco o futuro das instituições democráticas no País.

Diante do iminente risco de total desmoralização das lideranças políticas, uma pergunta atormenta e inquieta todos os homens públicos sérios, independentemente de siglas partidárias: o que devemos fazer agora para preservar as instituições públicas no Brasil?

Há também o entendimento de que só há um caminho para o Congresso, o de se aproximar da sociedade e renovar o compromisso com o eleitor. Reconstruir essa ponte de respeito e de credibilidade, porém, é obra que requer trabalho nas duas margens. É importante que o Congresso vá em direção à sociedade, mas precisamos deixar que a sociedade também venha em nossa direção.

Punir exemplarmente os culpados, do Legislativo e do Executivo, e os envolvidos em escândalos nem deve ser mais objeto de discussão no Congresso — trata-se de assunto consumado. É o primeiro passo que daremos rumo à recuperação moral e ética desta Casa. E faço questão de frisar que a punição será apenas o primeiro passo, dos muitos que precisaremos dar até readquirirmos o respeito da sociedade brasileira.

Mas, se esse primeiro passo não for dado com a desenvoltura necessária e com a firmeza que o momento requer, todos os demais serão inócuos, e correremos



o risco de tropeçar em nossas próprias pernas. Precisamos, sim, dar passos seguros, punindo, com justiça, todos os culpados, além de acabarmos com os privilégios políticos e fazermos a tão sonhada reforma política. Só assim teremos condição de voltar a olhar nos olhos da sociedade e de a sociedade nos olhar também.

Sim, Sras. e Srs. Deputados, punir apenas não resolve o problema. A corrupção na atividade pública é cíclica, reaparece de tempos em tempos, sempre com mais força e mais vigor, basta ver a história. Amanhã, com certeza, estaremos cassando outros mandatos. Aliás, com muita tristeza, mas por absoluta ausência de medidas severas para inibir a corrupção, medidas que precisam ser tomadas — já ninguém tenha dúvida.

A corrupção precisa ser combatida na origem, com normas extremamente rígidas. Temos a obrigação de oferecer novas regras à sociedade, que espera de nós muito mais do que cassações. Espera por ações que dificultem ao máximo as ações de corruptos e corruptores, chegando mesmo a desencorajá-los.

Precisamos envolver a sociedade nessa discussão. É a sua participação que nos dará os parâmetros exatos para erguermos uma sólida ponte de ética e de moral. Precisamos de ação suprapartidária, aqui no Congresso, e de participação popular que reflita o pensamento da sociedade brasileira, de forma técnica e científica, não político-partidária. Estou falando de pesquisa de opinião pública, com questionário bem elaborado, de tal forma a subsidiar as iniciativas que a Casa venha a tomar.

E esta Câmara dos Deputados, que gasta e que gastou milhões de reais em publicidade que ninguém vê, bem que poderia realizar essa pesquisa.



Com prazer, concedo um aparte ao Deputado Ricardo Barros.

O Sr. Ricardo Barros - Sr. Deputado Francisco Turra, V.Exa. faz referência a um movimento suprapartidário em favor da ética e da punição aos que efetivamente tenham culpa. Esse movimento foi organizado na Casa e se chama Movimento Brasil Verdade ou Pró-Congresso. Seus membros se reuniram ontem e estão empenhados — aliás, V.Exa. participou de algumas reuniões do movimento — em fazer que a ética, o Regimento e a regra que prevê a punição exemplar daqueles que desonram seu voto prevaleçam nesta Casa. Não há dúvida, nobre Deputado, de que, se não promovermos o correto julgamento dos colegas envolvidos nesse processo, no próximo ano, iremos às urnas como cúmplices e, como tal, seremos também cassados pelos eleitores.

O SR. FRANCISCO TURRA - Muito obrigado, Deputado Ricardo Barros.

Ouçó, com prazer, o Deputado Wagner Lago.

O Sr. Wagner Lago - Deputado Francisco Turra, não vou me alongar neste aparte. Quero apenas dizer que, apesar de ainda no início, já se observa que o pronunciamento de V.Exa. tem substância, pois traz a proposta de construção de uma ponte entre a sociedade e seus representantes; faz reconhecer que a democracia representativa está agonizando; propõe que se pesquise junto à opinião pública as razões, a gênese, as causas desse divórcio entre os interesses da sociedade e de seus representantes no Congresso Nacional, nas instituições, nos Poderes da República. Portanto, quero cumprimentar V.Exa. por nos brindar com uma grande fala. Muito obrigado, nobre Deputado Francisco Turra.

O SR. FRANCISCO TURRA - Obrigado, Deputado Wagner Lago.

Ouçó, com prazer, o Deputado Mauro Benevides.



O Sr. Mauro Benevides - Nobre Deputado, também quero cumprimentar V.Exa. pelo pronunciamento e dizer que esse distanciamento entre Parlamento e opinião pública realmente nos preocupa. Tudo devemos fazer no sentido de que essa reaproximação se efetive, a fim de não constatarmos pesquisas como as que recentemente foram divulgadas, situando-nos no patamar extremamente desfavorável de 80% de rejeição. Portanto, V.Exa. diz muito bem. Espero que o apelo e as considerações que faz possam ensejar a retomada de posição daqueles que, na condição de mandatários do povo, têm assento nesta Casa do Parlamento brasileiro.

O SR. FRANCISCO TURRA - Obrigado.

Ouçó, com prazer, o Deputado João Fontes.

O Sr. João Fontes - Nobre Deputado Francisco Turra, quero incorporar ao discurso de V.Exa. meu total alinhamento ao que diz nesta tarde. Lamentavelmente, hoje a situação é ainda pior, porque há decisão do Supremo Tribunal Federal suspendendo o processo de cassação de 6 Deputados — um tapa nos sonhos do povo brasileiro. Não consigo entender o nosso País. Veja V.Exa. que o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, é pré-candidato à Presidência da República pelo PMDB — o Brasil é o único país do mundo onde isso acontece —, conforme noticiam os jornais. Isso é inadmissível! E hoje S.Exa. concedeu essas 6 liminares. O PDT, ainda neste dia, vai apresentar ao Conselho de Ética o pedido de cassação dos 6 Deputados contemplados por essas liminares. Parabéns a V.Exa. pelo discurso!

O SR. FRANCISCO TURRA - Muito obrigado.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, moral e ética não podem ser exclusividades da Esquerda ou da Direita, muito menos do partido “a” ou do partido “b”. Todos os partidos defendem essas virtudes em seus estatutos e regimentos. Moral e ética precisam ser analisadas no plano individual. Vem do berço a educação que cada um recebe. Exatamente por isso, a corrupção se espalha pelas agremiações políticas, independentemente de cor ou de credo.

Entender por que pessoas de caráter duvidoso se filiam a partidos não é tarefa difícil. Basta contabilizarmos os inúmeros privilégios que nos são oferecidos pela legislação, para entendermos claramente a razão. Por isso, defendo uma ação suprapartidária nesta Casa, tendo como foco o agente político que a sociedade deseja ter. É precisamente nessa direção que vamos caminhar. E precisaremos estar prontos para aceitar as sugestões ou as orientações que virão.

Estaríamos, por exemplo, abertos a discutir o recesso parlamentar? Estaríamos propensos a discutir os aspectos remuneratórios nos padrões dos Parlamentos de nações compatíveis com o do nosso desenvolvimento? Essas são algumas das muitas questões que temos de responder.

Ainda em nome do princípio constitucional da isonomia do direito do cidadão, estaríamos abertos a discutir o foro privilegiado especial em caso de crimes comuns? Aceitaríamos ser mais povo e menos soberano? Aceitaríamos, de uma única vez, abrir mão de tantos privilégios que temos, para nos tornar mais parecidos com o povo? Ou vamos continuar com o excesso de privilégios, que mais servem para atrair oportunistas e pessoas com desvios que usam o mandato como blindagem?



Sim, Sras. e Srs. Deputados, o foro privilegiado é sinônimo de impunidade, funciona como um protetor de ações ilícitas cometidas por agentes políticos. A responsabilidade do cargo não pode mais ser usada como desculpa para o foro especial em caso de crime comum. O julgamento sereno e imparcial, que é a principal justificativa para a existência do foro especial, deve ocorrer somente para ações derivadas da função parlamentar.

Nos Estados Unidos, nas hipóteses de crime comum, até o Presidente da República é julgado pelas instâncias inferiores. Por que, então, manter essa imensa forma de impunidade no Brasil?

São perguntas como essas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que, repito, precisamos responder.

A atividade parlamentar tem de ser feita de sacrifícios, pois, teoricamente, ela se origina de missão humana em que o líder político deve servir, e não ser servido. Nesse ponto, entram os privilégios. Quanto mais privilégios, mais oportunistas se filiarão aos partidos políticos, em busca de poder, de blindagem, de privilégios e de impunidade. São essas vantagens que atraem aqueles que, sem ideal, sempre acabam por envergonhar esta Casa.

Este é o nosso dilema: fazer uma reforma política ou reformar os políticos? O que é mais importante para o Brasil neste momento? Entendo que as duas ações precisam ser feitas. Vamos corrigir nossos defeitos, nossas imprecisões. E o fim de certos privilégios é fundamental para que o líder político seja visto com outros olhos pela sociedade. Acabar com privilégios é cortar a nossa própria carne. Cassar mandatos é cortar a carne do Congresso, é uma depuração que, quando necessária,



deve ser feita. A reforma política, no entanto, é primordial para restabelecer o elo de credibilidade da sociedade com as instituições políticas.

Desta tribuna, há mais de dois anos peço insistentemente que a reforma política venha a plenário. Agora, não há mais tempo, a não ser que se criem condições, para que ela possa ser aplicada nas eleições do ano que vem. Isso é profundamente lamentável. E é igualmente lamentável não continuarmos a luta pela reforma porque ela não poderá ser aplicada nas eleições do próximo ano.

Ouço, com alegria, o nobre Deputado Jorge Alberto.

O Sr. Jorge Alberto - Solicitei este aparte a V.Exa. justamente no momento em que falava sobre reforma política, nobre Deputado Francisco Turra, porque semanalmente tenho ocupado a tribuna desta Casa para fazer a defesa dessa reforma. Quero saudar V.Exa. por abordar em seu pronunciamento o tema. Estamos — e o Executivo é totalmente culpado disso — a prestar um desserviço ao povo brasileiro ao não votarmos o texto da reforma política já aprovado nas Comissões desta Casa. E não o fazemos porque a pauta, assoberbada de medidas provisórias do Poder Executivo, está trancada, o que faz com que a Casa não tenha condições de votar a matéria. Quero me solidarizar com V.Exa. principalmente quanto à tese de que não iremos prestar nenhum serviço privilegiado à população brasileira se mantivermos o quadro político-partidário eleitoral hoje vigente no País. Portanto, parablenzo V.Exa. pelo pronunciamento Devemos, sim, exigir reforma política já!

O SR. FRANCISCO TURRA - Agradeço ao Deputado Jorge Alberto o aparte. Sei que V.Exa., como tantos aqui, é um idealista.

A reforma política fere inúmeros interesses. Há muitos adversários que querem manter a forma atual, que serve apenas aos seus interesses. Sempre



defendi uma reforma ampla, profunda, estudada. E hoje defendo também uma reforma política de emergência, feita para vigorar nas eleições do próximo ano.

Em meu entendimento, a reforma política de emergência não exigiria mudanças na Constituição e se basearia em três propostas, que devem atingir três alvos: a fidelidade partidária, o fim das coligações proporcionais e um bem disciplinado financiamento público de campanha. Três mísseis de altíssima precisão bélica que promoveriam significativas mudanças já para as próximas eleições.

Vamos lutar com as armas que temos e que estão disponíveis no tempo exíguo que ainda nos resta.

Elevar o prazo de filiação partidária é algo possível de se conseguir já e acabaria com a farra da troca de camisa.

Os graves fatos ocorridos nos dois últimos anos nos obrigam a tomar uma posição clara para dificultar ao máximo a troca de partidos entre Parlamentares eleitos. Acabaríamos, assim, com a infame oferta financeira para atrair Parlamentares, como divulgado pela imprensa e até pela resignada opinião pública.

Não há compromisso oficial nem regras estatutárias que impeçam as contratações de Parlamentares, transformando o Congresso Nacional num mercado persa eleitoral. Essa maneira de agir não pode ter continuidade.

A sociedade brasileira quer partidos ideologicamente fortes e autênticos, segundo pesquisa realizada recentemente pelo IBOPE. Portanto, não somos apenas nós que queremos isso. Sabiamente, o eleitor rejeita legendas sem substância. E não apenas precisamos, como devemos ajudá-lo a selecionar os partidos, proibindo as coligações proporcionais que dão votos e mandatos a quem não teria condições



de se eleger. O fim das coligações proporcionais terá como consequência natural a depuração político-partidária.

Precisamos, então, ficar atentos para a questão da lista fechada. Vamos discutir esse enfoque para as outras eleições, depois de estudarmos o exemplo de nações, como o Uruguai, em que a lista fechada deu certo.

Não podemos permitir que um político que deixou o mandato, cassado ou não, possa figurar na lista em primeiro ou em segundo lugar. Mais do que nunca, o eleitor deverá ter plena condição de decidir melhor, para evitar a frustração decorrente de más escolhas.

Sr. Presidente, a resposta mais radical que podemos dar ao escândalo atual é a adoção, com toda a coragem que o ato requer, do financiamento público de campanha. Essa, entendo agora, é a única forma de evitar caixa dois, caixa três e tantas outras coisas ruins. É a única forma de colocarmos um ponto final nas relações promíscuas entre o político e o eleitor.

Por impor um teto para as despesas de campanha, o financiamento público passa a ser um mecanismo natural de controle de gastos de campanha, facilitando em muito a fiscalização. Campanhas ricas se tornariam óbvias e seriam alvos fáceis de investigação judicial.

E digo que é preciso coragem para adotar o financiamento público de campanha porque, em relação a isso, existem resistências de vários setores da sociedade. Resistências compreensíveis, uma vez que o tema ainda não foi devidamente discutido com a população, disciplinado e analisado. Mas, mesmo entre a sociedade brasileira, segundo os últimos dados conhecidos, a resistência está acabando.



Hoje, 48% da população ainda rejeita o financiamento público de campanha. Com a ampla discussão sobre o tema e regras, porém, tenho certeza, a opinião pública vai entender melhor e apoiar a iniciativa.

Não importa o valor. Seis, sete ou oito reais por eleitor registrado — o valor não importa. Mais importante é discutirmos as regras para a distribuição, regras que devem preservar a força dos maiores partidos e criar condições para a emergência de outros atores políticos.

Não podemos nunca discutir o formato. Este é inegociável. O financiamento será exclusivamente público. Um centavo de real de outra origem será causa mais do que justa para a cassação de candidatura ou perda de mandato. E a comprovação das despesas deve ser diária, disponibilizada pela Internet.

Precisamos mudar — pensamento quase unânime nesta Casa —, o Congresso deve mudar para ser mais produtivo. De igual modo, devemos rever o Regimento Interno e torná-lo mais leve, mais ágil, produtivo e eficiente.

A decisão vem das ruas. Não há como ficar no lugar em que estamos, da forma em que estamos.

A voz que vem ganhando força nas ruas deve ser ouvida claramente aqui. Do contrário, não promoveremos as mudanças que precisam ser feitas. O momento é para agirmos, para mudarmos com muita coragem.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Lincoln Portela.

O Sr. Lincoln Portela - Deputado Francisco Turra, parabenizo V.Exa. por este pronunciamento em que expressa sua preocupação com a reforma política. E, em rápidas palavras, quero também parabenizar a CCJ por aprovar a PEC do Deputado Ney Lopes. Lembro que temos apenas até o dia 30 de setembro para



aprovar essa PEC em dois turnos e enviá-la ao Senado. Se assim não o fizermos, não haverá a prorrogação do prazo de filiação partidária até 31 de dezembro. E, se não houver prorrogação, a reforma política vai para o espaço. É o alerta que faço à Casa. Parabéns a V.Exa. pelo pronunciamento.

O SR. FRANCISCO TURRA - Deputado Lincoln Portela, muito obrigado pelo aparte. Devemos nos dar as mãos para que essa PEC seja aprovada.

Ouçó, com prazer, o meu caro amigo e colega Deputado Max Rosenmann.

O Sr. Max Rosenmann - Quero apenas ressaltar a importância, o patriotismo e a oportunidade de suas palavras para todo o povo brasileiro poder ouvir e entender o que significa a reforma política. É lastimável que, passados quase 20 anos da promulgação da nova Constituição, a um ano das próximas eleições, esta Casa ainda não tenha elaborado a lei eleitoral. Dessa forma, ficamos à mercê de decisões do Judiciário e de interpretações de cuja qualidade duvidamos. Parabenizo V.Exa. por sua inteligência e pela clareza das propostas a respeito da reforma político-partidária. Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO TURRA - Agradeço a V.Exa., Deputado Max Rosenmann, o aparte.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Manoel Salviano.

O Sr. Manoel Salviano - Deputado Francisco Turra, parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento. O Congresso Nacional discute a reforma política há mais de 12 anos, enquanto a população brasileira aguarda o resultado. Estamos quase no final de setembro, e nada aconteceu. A PEC aprovada na Comissão de Constituição e Justiça já poderia ter sido apreciada pelo Plenário da Câmara dos Deputados para que as eleições do próximo ano fossem regidas de outra maneira. Como bem disse



V.Exa., as medidas provisórias prejudicam o andamento da reforma política. É preciso que as Lideranças partidárias se reúnam e façam com que, até o dia 30 de setembro, possamos votar a proposta de reforma política tão esperada pela população. Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO TURRA - Agradeço ao Deputado Manoel Salviano o aparte.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a despeito de todas as mazelas e da angústia de todos nós, Parlamentares, acredito no Brasil, nesta instituição e na nossa coragem de promover a reforma não apenas política, mas também de conceitos em relação à forma de fazer política.

Quero dizer a V.Exa., Deputado Max Rosenmann, que, em missão no exterior, a seguinte frase me chamou a atenção: *“O Brasil economicamente é o país mais confiável do mundo, porém é o mais inconfiável do mundo politicamente.”* Fiquei profundamente abalado ao ouvi-la. Não acredito que sejamos atores passivos, que deixemos isso perpassar como verdade. Precisamos, devemos e vamos reagir.

Muito obrigado.

O Sr. Ciro Nogueira, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Thomaz Nonô, 1º Vice-Presidente.



O SR. MAX ROSENMANN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB-PR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registramos, nesta Casa, nossos votos de pesar pelo falecimento, no último dia 1º deste mês, aos 64 anos, do Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná, o iminente e brilhante advogado José Tadeu Saliba.

Natural de Araucária, Saliba formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná e teve relevante participação na atuação da OAB, desde o começo da década de 90. Foi ainda presidente da Subseção da OAB em Araucária, nas gestões de 1993—1995, 1995—1997 e 1998—2000.

Sua sensibilidade social e seu compromisso com a promoção do bem comum levou-o a também trilhar uma carreira política, como Prefeito de Araucária, um dos mais prósperos e dinâmicos Municípios paranaenses, no período de 1973 a 1977.

Na condição de paranaense, advogado e homem público que teve a felicidade de partilhar do companheirismo dessa figura ímpar, generosa e humana, registramos nossos votos de pesar por essa grande perda, cuja dor só é parcialmente minorada pela certeza de que sua trajetória pessoal de honestidade, dignidade e trabalho servirá sempre como exemplo e espelho para as futuras gerações.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento no Programa a Voz do Brasil.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - A Presidência aguarda a chegada dos autos para dar início à Ordem do Dia.

Nesse ínterim, peço aos Deputados que têm discurso para dar como lido que o façam.



O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o jornal *Folha de S.Paulo* estampa na capa do seu caderno de economia, na edição de hoje, 14 de setembro de 2005, uma notícia impressionante: *“Governo prevê maior gasto com juros do Real”*.

A matéria informa que a área econômica refez seus cálculos e os encargos da dívida interna e externa do Governo Federal devem passar para 6,6% do PIB, em 2005, projetando um gasto da ordem de 127,1 bilhões de reais.

O mais impressionante é a tabela, que, segundo o jornal, foi baseada em dados do BACEN e do Ministério do Planejamento e apresenta a proporção desses encargos na produção nacional.

No primeiro ano de FHC, em 2005, o Governo gastava apenas 2,8% do PIB. O gasto oscilou, ao sabor de graves e sucessivas crises externas, mas nunca passou de 5,5% do PIB, em 1998. No último ano de FHC, em 2002, o gasto tinha recuado para 3,1% do PIB. Na média dos 8 anos, segundo a tabela da *Folha*, o Governo de FHC gastou cerca de 3,69% do PIB com juros da dívida.

O Governo Lula começou com um salto monumental dos gastos com juros — 6,5% do PIB, em 2003. Recuou para 4,5% do produto, no passado. E a nova previsão é de que a mesma proporção bata em 6,6%. A média dos 3 primeiros anos do Governo Lula é de 5,87% do PIB.

Comparando as médias, verificamos que Lula vence com folga FHC: 5,87% menos 3,69%, dá uma diferença de 2,18 pontos percentuais do PIB. Isso equivale a



mais de 40 bilhões de reais por ano, em média. Lula gasta com juros 60% a mais do que FHC.

Como se pode dizer que é a mesma política econômica? É uma dosagem absurda e descabida. Há evidente erro de calibragem na taxa de juros. Não é apenas a Oposição que denuncia isso, mas já foi reconhecido por ninguém menos do que o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos da América e por Afonso Pastore, economista conservador.

Sras. e Srs. Deputados, é bom deixar bem claro que ninguém é contra os instrumentos de que a equipe econômica atual dispõe: o tripé responsabilidade fiscal, câmbio flutuante e metas de inflação. Muito menos se é contra a serenidade e a seriedade das autoridades econômicas que têm responsabilidade. É preciso saber dosar direito os remédios, aplicá-los com eficiência e eficácia. Se a dose não é correta, ele se transforma em veneno.

A economia de Lula recorre a instrumentos certos — até porque não tem capacidade para inovar ou aplicar algo diferente do trivial que encontrou —, mas aplica a dose errada, na hora errada, com diagnóstico errado e sem a menor perspectiva de onde quer chegar.

Para começar, é preciso que os economistas supra-ortodoxos do Governo Lula aprendam que encargo da dívida é um gasto, aliás, como é escriturado na contabilidade pública.

É verdade que, na campanha de 2002, o candidato Lula já havia dito que o governante não podia prender-se à frieza da contabilidade e da matemática. Hoje, a Nação descobre estarecida que Lula deve ter formado tal conceito no trato das finanças do PT, com Delúbio atuando como o maior professor.



Não há projeto de déficit zero que resolva tal situação, pois exige superávits primários ainda maiores, com mais aumento de carga ou mais redução de gasto. Afinal, como o Governo Federal vai fechar suas contas?

Até o mês de agosto, o Governo Federal aplicou apenas 9,9% do Orçamento em investimento. E, pelo andar da carruagem, os meses vindouros serão ainda mais sombrios.

No Orçamento da União de 2005 ainda consta uma dotação de 110 bilhões de reais para os encargos da dívida. Como a meta de superávit não foi alterada, de onde o Governo Federal tira os 17,1 bilhões de reais que pretende gastar a mais com juros? Aumento de carga e corte de despesa, basicamente investimentos — nem os projetos pilotos escapam dessa fúria.

O País só não pára porque os Governos Estaduais e Municipais estão tentando compensar essa ausência do Governo Federal. Em 2004, o investimento de 65% das Prefeituras brasileiras passou de 13 bilhões de reais e aqueles executados diretamente pelo Governo Federal não chegaram a 7 bilhões de reais.

Não é a economia que está blindada e salvando o País diante dessa crise política. É a Federação que está evitando um mal pior, especialmente segurando uma explosão social de maior proporção. Não fossem Estados e Municípios, já teriam falido serviços sociais básicos, como ensino fundamental, atenção primária à saúde e mesmo hospitalar.

O cenário econômico é muito pior do que parece. Mesmo que a SELIC caia na reunião do COPOM, a situação não deve mudar muito em 2006. O Governo Lula continuará gastando bastante com juros e baterá com folga qualquer média que se



tire dos 2 Governos FHC. Na proposta orçamentária para o próximo ano, o gasto com juros saltará para 179,5 bilhões de reais.

Lula bate um recorde atrás do outro. Nunca um Governo Federal gastou tanto com encargos da dívida em todo o pós-guerra, no País. Mesmo na comparação internacional, há 2 anos o Brasil só perdia para Jamaica, Libéria e Turquia na proporção do PIB que os Governos gastam com juros.

Como as taxas daqueles países caíram e o Brasil lidera com folga, de modo isolado, o *ranking* de taxas de juros reais no mundo (a tal ponto que, mesmo com queda de 2 ou 3 pontos na SELIC, ainda continuaríamos como campeões), também devemos liderar o novo *ranking* de gasto com juros.

Mais alarmante ainda é a situação quando se analisa a taxa de juro do Brasil, descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses. A do Brasil atinge 14,10%. O segundo colocado é a China, com 5,9%. Portanto, a taxa brasileira é 238,9% maior, fruto de uma política fiscal monetária insana e entreguista.

A contrapartida desse descabido volume de juros está nas outras páginas dos jornais — na editoria econômica —, que publicam os balanços com lucros crescentes das instituições financeiras. Talvez um dia também não apareçam nos editoriais de política e polícia, na ponta final do esquema de financiamento de Marcos Valério.

Srs. Parlamentares, é preciso que o País saia urgentemente deste quadro terminal para que possa investir na sua infra-estrutura, de modo a criar as condições necessárias para o desenvolvimento sustentável de nossa economia.

Muito obrigado.



O SR. ZONTA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ZONTA (PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, registro o conflito iminente entre agricultores e indígenas no Toldo Pinhal, no Município de Seara. Os indígenas, que já têm área demarcada, acabam de trancar as estradas municipais que dão acesso a propriedades agrícolas. Estão impedindo o transporte de alunos, da produção diária, especialmente o leite, enfim, o direito de ir e vir das pessoas, como forma de pressionar o Ministério da Justiça a demarcar mais 4 mil hectares de terra. Esse conflito não pode estender-se.

Faço um apelo ao Ministro da Justiça para que tome providências imediatas, a fim de que o conflito não cause transtornos maiores ao Município de Seara, que incitem agricultores e indígenas a um conflito sem dimensões.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - **Apresentação de proposições.**

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

APRESENTAM PROPOSIÇÕES OS SRS.:



VI - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - A lista de presença registra o comparecimento de 281 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados — em número superior a 400 — que se encontram em outras dependências da Casa que venham ao plenário.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Passa-se à apreciação da matéria que está sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item 1.

Representação nº 28-A, de 2005

(do Partido Liberal)

Processo nº 1, de 2005

Discussão e votação da Representação nº 28-A, de 2005, contra o Deputado Roberto Jefferson, como incurso na previsão do art. 55, inciso I, e § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 240 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, combinado com o art. 4º, inciso I, do Código de Ética e Decoro Parlamentar, pelos fatos e fundamentos que expõe; tendo parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, “pela cassação do mandato parlamentar do Deputado Roberto Jefferson, em face da afronta ao art. 55, inciso II, e § 1º da Constituição, em concomitância com os arts. 240, inciso II, e 244 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e do art. 4º, incisos I e II, do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados”. (Relator: Dep. Jairo Carneiro).



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - A Presidência convoca o nobre Relator, nobre Deputado Jairo Carneiro. *(Pausa.)*

Enquanto aguardamos a chegada de S.Exa., a Presidência vai fazer ligeiro esboço de como transcorrerá a sessão. O primeiro a manifestar-se será o nobre Relator, pelo prazo de 25 minutos; logo em seguida, os patronos do nobre Deputado Roberto Jefferson, por igual prazo; depois, o Deputado Roberto Jefferson, também por 25 minutos; e, na seqüência, os Srs. Deputados inscritos na forma regimental.

Ao término, faremos a votação na forma habitual — voto secreto —, nas cabines que já estão preparadas.

A Presidência informa aos Srs. Deputados que existem na Casa 453 Parlamentares, *quorum* suficiente para apreciarmos o processo em tela e levarmos a sessão até o seu final.

A Presidência aguarda a chegada do Deputado Jairo Carneiro.



O SR. LEONARDO MONTEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a EXPOLESTE — Mostra Empresarial do Leste Mineiro é realizada há oito anos pela Associação Comercial de Governador Valadares. Criada e idealizada com o objetivo de prospectar negócios, a feira é hoje referência no interior de Minas Gerais e também atrai expositores de outros Estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Espírito Santo. A 8ª Mostra Empresarial será realizada de 14 a 18 de setembro.

Ao longo desses oito anos, a EXPOLESTE conquistou credibilidade junto ao Governo Estadual, sendo incluída no calendário oficial de eventos de Minas Gerais, e a confiança da classe empresarial, que investe na participação da feira.

Durante os cinco dias de evento, a EXPOLESTE promove o aquecimento da economia da cidade. Vários colaboradores e empresas são contratados para desempenhar diversas funções dentro da logística que envolve sua organização. Estima-se que são gerados 600 empregos diretos e mais de 2 milhões de reais são injetados diretamente em Governador Valadares. Também atrai cerca de 60 mil visitantes. Segundo depoimentos de expositores, durante e pós-feira negócios são fechados.

A programação da EXPOLESTE 2005 é a seguinte:

Data: 14 a 18 de setembro.

Local: UNICENTRO — Centro de Feiras e Eventos Vicente Guabiroba da UNIVALE.

Realização e coordenação: Associação Comercial de Governador Valadares.



Promoção: Grupo Leste de Comunicação.

Apoio: Prefeitura e UNIVALE.

Parceria: SIDICOM, FIEMG, CDL E SEBRAE.

Montadora Oficial: Standarte — *Stand*s Artísticos.

Estatísticas

EXPOLESTE 2005 — 8ª Mostra Empresarial do Leste Mineiro.

Área coberta UNICENTRO: 6 mil metros quadrados.

Área externa: 10 mil metros quadrados.

Número de Expositores: 150.

Público estimado: 60 mil pessoas.

Novidades para 2005.

As novidades para o ano de 2005 são a EXPOLESTE Social, espaço onde entidades filantrópicas terão a oportunidade de apresentar os trabalhos realizados, e a criação do Espaço da Estética & Beleza.

A realização da EXPOLESTE e de outros eventos, como a EXPOAGRO e a Feira Internacional de Gemas e Jóias, impulsiona o desenvolvimento de Governador Valadares.

Quero convidar todos os que nos assistem neste momento para visitar a 8ª Mostra Empresarial do Leste Mineiro. Mais uma vez parablenizo a Associação Comercial de Governador Valadares pela organização da EXPOLESTE, que a cada ano se consolida, bem como todos os que promovem e dão apoio ao evento.

Muito obrigado.



O SR. EDINHO BEZ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, conforme Rosa Maria da Exaltação Coutrim, no texto *Envelhecimento*, “o aumento da população idosa no Brasil é um fato comprovado. Em 1960, iniciou-se um processo de desaceleração do ritmo anual de crescimento populacional. Porém, somente entre os anos de 1980 e 1991, este declínio alcançou seu ponto máximo, isto é, uma taxa anual de 1,94%. A população acima de 65 anos, em 1991, superou os 7 milhões, o que significou um ganho médio anual de 210.492 idosos na referida década (cf. Berquó, 1999, p. 13-15). Pesquisas prevêem com segurança a continuidade do processo de estreitamento da base da pirâmide etária no país”.

A Constituição Brasileira dispõe:

“Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo”.

Portanto, a Constituição equipara, a título de contribuição previdenciária, os servidores ativos e inativos, bem como os pensionistas. Em contrapartida, o que temos visto é a enorme defasagem se comparado o salário do trabalhador da ativa.



Pois bem, a questão da defasagem salarial, no que tange aos aposentados brasileiros, mormente após reunião com o Presidente da Associação dos Aposentados e Idosos da Região de Tubarão, Sr. Antonio Rodrigues, que fez várias ponderações, tem sido um problema constante na vida do brasileiro, pois, ao invés de ser um benefício, mais parece um fardo, uma vez que as pessoas contribuem na expectativa de poderem ter uma vida digna e acabam marginalizadas e desvalorizadas pelo sistema.

Esperava-se, do Governo atual, um tratamento diferenciado aos aposentados e pensionistas, conforme promessas de campanha. Mas, infelizmente, o que temos presenciado é um tratamento desumano para com essas classes, que beiram à penúria.

É impressionante constatar que pessoas que se aposentaram com o teto máximo acabam por receber muito menos, fazendo com que muitos, em idade de aposentadoria, continuem trabalhando.

É obrigação deste Deputado, que representa o Estado de Santa Catarina, levantar esta bandeira, uma vez que a situação dos aposentados é muitas vezes de verdadeira penúria. Por isso, sentimo-nos envergonhados com o descaso com que a matéria é tratada pelos dirigentes do País.

Há que se dizer que todos precisamos ser defensores dos aposentados — e sempre fui um defensor dos aposentados. Nosso objetivo não se limita a reivindicar a correção e o aumento dos proventos dos aposentados e pensionistas dependentes da Previdência Social; estamos indo além, propondo a conscientização política dessa parcela da população na luta pelo fim da segregação de gerações e contra o



descaso das autoridades, em especial o Executivo, diante dos baixos proventos pagos à categoria.

Segundo publicado por Gaspar Bissolotti Neto, foi composta uma comissão de juristas que ajuizou denúncia contra o Estado brasileiro na Comissão de Direitos Humanos da OEA, por violação dos direitos humanos dos servidores públicos aposentados. A ação pretende revogar a sentença do Supremo Tribunal Federal, que decidiu pela constitucionalidade da emenda à Constituição, instituidora da taxa previdenciária de 11% sobre proventos de funcionários já em gozo da aposentadoria. Depois de exame preliminar na Comissão de Direitos Humanos da OEA, a denúncia será submetida a julgamento na Corte Interamericana de Direitos Humanos, que tem sede em San José da Costa Rica.

Licenciei-me para assumir a Pasta da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura, em Santa Catarina, ainda neste mandato, quando realizei, juntamente com uma eficiente equipe, belíssimo trabalho, batendo todos os recordes em termos de resultados. Retornei a esta Casa em abril próximo passado, consciente de sempre buscar a justiça e a pacificação social juntamente aos meus colegas Deputados. Mas esse assunto sempre me deixou preocupado, dentre muitos outros, inspirando cuidados especiais, além de fazermos justiça a todos e também a nós mesmos, pois como temos parentes e amigos na condição de aposentados conhecemos bem a situação. Com isso, estaremos motivando os futuros aposentados.

Senhores, precisamos com a máxima urgência dar ênfase à questão dos aposentados do Brasil. A isonomia de tratamento entre ativos e aposentados não pode se dar apenas no âmbito do recolhimento previdenciário e da voracidade arrecadatória, mas quanto aos proventos mensais. Precisamos resgatar a dignidade



dessas pessoas, que contribuíram paulatinamente na construção e no desenvolvimento do Brasil.

Nossos objetivos não se limitam a reivindicar a correção e o aumento dos proventos dos aposentados e pensionistas dependentes da Previdência Social, mas sim conscientizar politicamente essa parcela da população na luta pelo fim da segregação geracional e contra o descaso das autoridades diante dos baixos proventos pagos à categoria. É nosso dever lutarmos juntos.

Hoje é o reinício de uma longa caminhada, em que nosso objetivo maior é conscientizar e sensibilizar os Poderes Executivos do País, em especial o Governo Federal, além de lutarmos pelo aumento do salário mínimo, que consideramos irrisório; lutamos também para que um trabalhador, ao aposentar-se, tenha a segurança de que o valor de sua aposentadoria seja mantido e equivalente ao do pessoal da ativa, evitando seu achatamento, sob pena de estarmos contribuindo para o desequilíbrio social.

Além de ser salutar tal equiparação para todos os setores, mormente para a indústria e o comércio, pois influenciará na geração de novos empregos, aumentará a arrecadação tributária e outros benefícios.

Faço, nesta oportunidade, apenas uma introdução da situação humilhante que vem enfrentando a maioria dos nossos queridos aposentados, atingindo, de forma direta ou indireta, praticamente todas as famílias brasileiras, o que considero uma grande injustiça.

Voltarei a me pronunciar a respeito deste tema, pois continuarei mantendo contato com as diversas autoridades e participando de encontros com os aposentados. Por isso, na qualidade de Deputado Federal, juntamente com outros



colegas, principalmente do Congresso Nacional, levantamos a bandeira e defendemos esta justa e nobre causa. Contem comigo.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - A Mesa autoriza o ingresso no plenário dos advogados do Deputado Roberto Jefferson. *(Pausa.)*

A Presidência suspende a sessão até que o nobre Relator, Deputado Jairo Carneiro, chegue ao plenário.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa.)



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Está reaberta a sessão com a chegada do Relator, Deputado Jairo Carneiro.



A SRA. ZULAIÊ COBRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -

Sr. Presidente, comunico à Casa grande violência por parte do Ministro Nelson Jobim, do Supremo Tribunal Federal, ao conceder liminar de mandado de segurança para 7 Deputados do PT, com relação ao pedido de cassação contra S.Exas. O pior é que o Ministro suspende o andamento de tais procedimentos até o julgamento final do *mandamus*, ou seja, do mandado de segurança, que pode demorar 3 meses. Vamos ficar agora nas mãos do Supremo Tribunal Federal, numa interferência indevida, irregular, política e não jurídica.

S.Exa. concede essa liminar apenas para os 7 Deputados; nem estende aos demais. Poderia ser um pouco mais justo. E nós, partidos vários, vamos entrar com representação diretamente no Conselho de Ética contra os 18 Deputados.

Minha manifestação é de revolta, Sr. Presidente, porque o Ministro Jobim está tomando uma atitude política. S.Exa. é Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, preside a mais alta Corte de Justiça deste País. S.Exa. não pode interferir no andamento da Casa, principalmente no que diz respeito a procedimentos de cassações.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - A Mesa acolhe o pronunciamento de V.Exa.



O SR. PROFESSOR LUIZINHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, com o maior respeito e deferência por V.Exa. e pela Mesa, quero dizer, primeiro, que no ato tomado por este Deputado e outros Srs. Parlamentares, não só do PT, não há nenhum gesto, nenhuma afronta e nenhum desrespeito à Mesa do nosso Parlamento. Segundo: não há nenhum ato, nenhum gesto, nenhum desrespeito ao Corregedor do nosso Parlamento com relação a suas decisões. Como também não há nenhum desrespeito aos encaminhamentos das Comissões Parlamentares de Inquérito dos Correios e da Compra de Votos.

Nosso ato, Sr. Presidente, teve o único e exclusivo objetivo de tentar pôr uma luz no final do túnel, para que, no Parlamento brasileiro, não construamos um processo de exceção em que os direitos constitucionais são negados, subtraídos, e se faça um processo por clamor ou conveniência de momento.

A Constituição brasileira determina o direito individual da comprovação de culpa em qualquer indiciamento ou qualquer início de processo. Permita-me, Presidente José Thomaz Nonô, dar como exemplo neste esclarecimento o meu caso. Não fui ouvido pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, assim como nenhuma testemunha minha. Também não fui ouvido pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Compra de Votos, assim como nenhuma testemunha minha. Não fui ouvido pela Corregedoria, nem testemunhas minhas. Tenho segurança de que não há nenhuma prova que me incrimine. Pelo contrário, todas isentam-me. Só peço o direito constitucional, dado a qualquer cidadão e



cidadão brasileiro, de poder apresentá-las e vê-las analisadas pelos meus pares, em cujas razões, objetivos e deliberações confio. Foi só esse o objetivo do nosso gesto.

Por isso, quero consagrar, homenagear e parabenizar o Ministro do Supremo Tribunal Federal, o qual não se imiscuiu em nenhuma decisão do Parlamento brasileiro. S.Exa. garantiu o direito constitucional da ampla defesa, da prova e da contraprova. S.Exa. garantiu o direito preservado da inocência até que se comprove a culpa.

Sr. Presidente, não há afronta ao Parlamento. Pelo contrário, há um profundo respeito.

Tenho a compreensão de que cada Deputada e cada Deputado vai analisar e abalizar nosso gesto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - A Presidência, em nome da Mesa, entende perfeitamente a atitude daqueles que se socorreram do Judiciário. E decisão do Supremo Tribunal Federal — estou distante no tempo e no espaço da Faculdade de Direito — cumpre-se e depois se discute.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Nobres Deputados, vou tornar a fazer um histórico. Peço atenção para que cada um entenda como será a nossa sessão.

Inicialmente, vou conceder a palavra ao nobre Relator, Deputado Jairo Carneiro, que disporá de até 25 minutos para fazer sua exposição.

Em seguida, idêntico prazo de 25 minutos será dado aos patronos do Deputado Roberto Jefferson. Se for mais de um e se quiserem dividir o tempo, a Mesa o permitirá.

Em seguida, o próprio Deputado Roberto Jefferson terá o mesmo tempo, se assim o desejar.

Depois, abrirei a discussão da matéria a quantos quiserem discuti-la concedendo o tempo de 3 minutos para cada orador.

Segundo a praxe da Casa, se depois de 3 oradores falarem a favor e 3 oradores falarem contra houver manifestação respaldada para encerramento da discussão, encerrarei a discussão.

Esse é o roteiro da Presidência para a sessão de hoje.

A Presidência encarece a atenção aos Srs. Deputados para o seguinte: esta não é uma sessão rotineira, nem prazerosa; é uma sessão importante, difícil. Acho que contribuiríamos muito para a imagem da Casa prestando a maior atenção possível ao que vai ser dito pelo Relator, pelos advogados e pelo próprio acusado. Portanto, quero fazer um apelo aos meus pares para que nesta sessão fujamos, na medida do possível, das conversas paralelas e prestemos atenção ao que será discutido pela Casa.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Concedo a palavra ao Relator, o nobre Deputado Jairo Carneiro, pelo prazo de até 25 minutos.

O SR. JAIRO CARNEIRO (PFL-BA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente desta sessão, Deputado José Thomaz Nonô; ilustres membros da Mesa; Sras. e Srs. Deputados; ilustres advogados de defesa; nobre Deputado representado, Deputado Roberto Jefferson, bem assinalou o Presidente ao dizer que este não é um dia de glória para a Casa. Ao contrário, este momento de alta significação é uma ocasião em que fazemos um mea-culpa, uma auto-imolação, um juízo sobre a conduta em particular do representado. Acima de tudo, este é um momento de julgamento do papel que cumpre esta instituição perante a Nação.

Também estão em jogo os princípios republicanos que deveremos preservar, sustentar e defender para enaltecer a função do Poder Legislativo no País, na verdadeira democracia que almejamos e construímos. Por isso, requeiro a atenção de todos.

O que estamos julgando é a democracia. Estamos julgando o Poder Legislativo, cuja imagem está combalida perante a opinião pública nacional. E a conduta de qualquer membro desta Casa pode suscitar a generalização de um veredicto que se impõe, salvo melhor juízo, a toda a instituição.

Aqui não somos um covil de bandidos. Esta não é uma Casa acorada, acovardada perante a sociedade brasileira, nem constituída de pessoas que conquistaram mandato para desservir à Nação. Temos o compromisso sério e solene de honrar o mandato, de dignificar o exercício da vida pública, de defender a ética na política e na vida pública.



Somos todos livres e soberanos, cada um com a sua consciência, para, na urna indevassável, afirmar um veredicto sobre a propositura de aplicação de pena, em particular, ao Deputado Roberto Jefferson, ou para proclamar sua inocência e sua conseqüente absolvição.

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, provocado pela iniciativa de um partido com representação no Congresso Nacional, o PL, recebeu a missão e a grave incumbência de instaurar processo disciplinar contra o Deputado Roberto Jefferson em face de sua conduta diante das regras estatuídas na Constituição da República, no Regimento da Casa e no Código de Ética e Decoro Parlamentar.

E o trabalho foi realizado em caráter impessoal, com absoluta imparcialidade e com grande respeito, seja ao cidadão, seja à pessoa humana, seja ao Deputado Roberto Jefferson.

Ao longo de uma vida pública de mais de 20 anos, inúmeras vezes o Deputado Roberto Jefferson arrebatou o Plenário desta Casa com suas manifestações. Há 19 anos mantenho com S.Exa. uma relação cordial e respeitosa. E assim haverá de ser entre todos os ungidos pelo voto popular.

A história não condena nem proclama feitos que devem ser ressaltados, de S.Exa. ou de qualquer outro. Mas não podemos nos desvencilhar, um minuto sequer, do cumprimento dos nossos deveres e do respeito a regras fundamentais que ditam e orientam a nossa conduta dentro e fora dos limites da Casa.

No Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, porém, integrado por representantes de diversos partidos políticos, vestimos a toga de magistrados políticos. Não trabalhamos em defesa de nossa legenda, de princípios ou de



programas partidários. Lá, para chegar a uma decisão, temos a obrigação de agir como juízes, com respeito às pessoas e aos seus direitos.

Foi dessa caracterização de conduta que todos se houveram para firmar, ao final, a deliberação que trago ao Plenário da Casa, à soberania de 513 Deputadas e Deputados. Trago não o voto do Deputado Jairo Carneiro, mas o voto do Colegiado do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, aprovado à unanimidade e que constitui a posição daquele Colegiado.

Trago um texto consolidado, a cuja leitura procederei. O texto, na íntegra, já foi distribuído e publicado, é, portanto, do conhecimento de todos os membros da Casa. Pedirei licença para proceder à sua leitura esperando que, ao mesmo tempo, cada um pense, reflita sobre a grave hora que estamos vivendo, antes de, com total liberdade, tomar a sua decisão.

Falarão aqui os advogados de defesa e o eminente Deputado Roberto Jefferson, em quem todos reconhecemos um tribuno de escol, alguém que sabe exercer com habilidade, com bravura e inteligência a tribuna. Mas aqui não serão a paixão e a emoção que vão superar as razões que devem ditar a conduta e o voto de cada um.

Nobres colegas, senhoras e senhores, inicio com uma citação de Ruy Barbosa, o gênio baiano, exemplo de ética na vida pública, muito válida para a contemporaneidade:

“O Brasil é isso, é isto. O Brasil, senhores, sois vós.

O Brasil é esta Assembléia. O Brasil é este comício imenso de almas livres. Não são os comensais do Erário.

Não são as ratazanas do tesoiro. Não são os mercadores



do Parlamento. Não são as sanguessugas da riqueza pública. Não são os falsificadores de eleições. Não são os compradores de jornais. Não são os corruptores do sistema republicano. Não são os oligarcas estaduais. Não são os ministros de tarraxa. Não são os presidentes de palha. Não são os publicistas de aluguer. Não são os estadistas da impostura. Não são os diplomatas de marca estrangeira. São as células ativas da vida nacional. É a multidão que não adula, não teme, não corre, não recua, não deserta, não se vende. Não é a massa inconsciente que oscila da servidão à desordem, mas a coesão orgânica das unidades pensantes, o oceano das consciências, a mole das vagas humanas, onde a providência acumula reservas inesgotáveis de calor, de força e de luz para renovação das nossas energias. É o povo, num desses movimentos seus, em que se descobre toda a sua majestade”.

Aqui cumprimos essa missão de representação da soberania do povo brasileiro.

A acusação feita ao representado no presente processo foi, em síntese, a de que, com a indigitada entrevista concedida ao jornal *Folha de S.Paulo* no último dia 6 de junho, teria S.Exa. agido de forma incompatível com o decoro parlamentar. O Deputado Roberto Jefferson teria abusado da prerrogativa constitucional da inviolabilidade ao tecer considerações ofensivas à honra de Parlamentares de



variados partidos políticos e à imagem e reputação da Câmara dos Deputados, com intenção de atender a interesse particular seu: desviar o foco das atenções de si mesmo para outros políticos.

A ofensa — imputação de recebimento e distribuição do suposto mensalão —, da forma como praticada, teria atingido e maculado, talvez irremediavelmente não só a reputação dos Parlamentares nominados, mas também a credibilidade e o conceito moral da Casa como instituição.

No depoimento pessoal prestado perante o Conselho, o representado confirmou *in totum* as denúncias feitas na mencionada entrevista concedida ao jornal *Folha de S.Paulo*, agregando ao processo ainda outros elementos importantes relacionados ao caso, como a menção ao fato de ter recebido, para campanha dos candidatos do PTB às eleições de 2004, recursos não contabilizados oriundos das mesmas fontes que, segundo S.Exa., alimentavam o suposto mensalão, ou seja, empresas privadas e estatais, por intermédio do Sr. Marcos Valério de Souza e da cúpula do PT.

Ainda durante o depoimento em foco, o Conselho assistiu à instauração de controvérsia relevante para o processo. O Deputado José Múcio Monteiro, aliado e Líder do partido do representado, usou da palavra para negar uma das afirmações mais contundentes da entrevista e do próprio depoimento do representado: a de que tivesse sido pressionado pelos Líderes do PP e do PL e também por integrantes do próprio PTB para passar a receber o mensalão, definido pelo representado como contribuição mensal, no valor de 30 mil reais, distribuída pelo PT a Parlamentares da base do Governo em troca de apoio nas votações da Câmara.



Das testemunhas arroladas pela defesa, nenhuma trouxe contribuições seguras que pudessem apontar a participação efetiva de todos os Deputados nominados pelo representado no esquema de mesada por S.Exa. conceituado e denunciado.

Os demais depoimentos colhidos no curso do processo tampouco puderam esclarecer suficientemente os fatos. Os Parlamentares citados pelo representado como supostos pagadores, patrocinadores ou beneficiários do esquema do seu denominado mensalão foram unâimes em negar o recebimento e a distribuição dos recursos, bem como a feitura de propostas nesse sentido a outros Parlamentares.

Entre os documentos acostados aos autos durante a fase de instrução probatória, releva mencionar que a relação de saques acima de 100 mil reais feitos no Banco do Brasil e no Banco Rural, encaminhada ao Conselho sob sigilo pelo Presidente da CPMI dos Correios e requerida pela defesa como meio de prova de suas alegações, também não trouxe nenhuma comprovação do envolvimento dos Deputados citados pelo representante como participantes do esquema do mensalão.

Após o exame de todo o apurado no presente processo, a convicção formada por este Relator foi a de que o representado, que deveria comprovar, em benefício de sua defesa, a veracidade das denúncias formuladas publicamente contra partidos e Parlamentares na entrevista concedida ao jornal *Folha de S.Paulo*, não avançou no curso do processo para muito além do discurso que lhe conferiu a notoriedade do momento. O representado não chegou a trazer elementos efetivos de prova da participação de todos os Deputados do PP e do PL, por S.Exa. apontados como integrantes do suposto esquema de mensalão.



Em primeiro plano, observa-se que o seu depoimento pessoal perante o Conselho, apesar de constituir parte da defesa, acabou corroborando algumas das alegações sustentadas na representação.

Trazendo a lume os fatos que o teriam levado a procurar o jornal para fazer suas denúncias, o representado praticamente confessou o dolo, a intenção de agir que lhe era imputada pela acusação. Buscava defender interesse privado ao apresentar tais denúncias, pretendendo apenas tirar de si mesmo, principal personagem envolvido no escândalo de corrupção dos Correios, o foco das atenções públicas, direcionando-o para outros.

Disse S.Exa. que o crime, o indecoroso, seria ter se omitido, e que isso não fizera. A alegação de que ao fazer as denúncias teria apenas cumprido um dever ético de cada um e de todos os Parlamentares desta Casa, porém, não pode ser usada legitimamente em sua defesa. Afinal, o representado, como se comprovou durante o processo, desde 2003, sabia do esquema denunciado, mas só veio a cumprir o apontado dever ético no momento em que isso passou a ser favorável a seus próprios interesses.

Inquirido sobre o motivo por que não fizera a denúncia pública anteriormente, aduziu, demonstrando pautar-se em valores éticos distanciados do senso comum, que *“nem sempre a gente deve escancarar tudo, se a gente pode resolver pela negociação, pela conscientização. Houvesse ainda a possibilidade de uma saída negociada”* — acrescentou mais à frente —, *“não teria denunciado o mensalão”*. E ainda: *“Em política, a gente deve tentar ajeitar as coisas até o momento da ruptura”*. Ou seja, ao fazer as acusações publicadas na entrevista, o representado não agiu verdadeiramente em franca defesa da ética e do interesse público, zelando pelo



prestígio e valorização das instituições democráticas e prerrogativas do Poder Legislativo, como pretendeu fazer crer sua peça de defesa escrita.

O interesse que procurava defender naquela circunstância era única e exclusivamente o seu. Deixou de se omitir a partir dali, não por convicção do dever de ofício, mas por se tratar da estratégia de defesa escolhida para enfrentar as acusações de envolvimento em atos de corrupção que pesavam sobre sua pessoa na ocasião.

A conduta do representado, já contaminada do ponto de vista ético por essa intenção, evidentemente ilegítima, de transferir a outrem, apenas para sair do foco, o ônus da exposição pública, revelou-se irremediavelmente reprovável aos olhos deste Relator, em face da não-comprovação nos autos da efetiva participação de todos os Deputados por S.Exa. nominados no indigitado esquema do mensalão.

Os elementos de prova trazidos ao processo não foram suficientes para um convencimento seguro da existência do esquema de mensalão nos termos denunciados pelo representado, ou seja, um esquema de pagamento de 30 mil reais por mês a Parlamentares do PP e do PL, patrocinado pela cúpula do PT para o Governo obter apoio nas votações da Câmara. Segundo o representado esse esquema seria conhecido em toda a Casa, *“sendo voz corrente em cada canto, em cada fundo de plenário, em cada gabinete, em cada banheiro”*.

Isso, de fato, não se logrou provar nos autos. O que hoje é público e notório, embora, frise-se, não esteja nos autos, é que houve esquema de pagamento ilícito a Parlamentares de diversos partidos, mas do qual o próprio representado foi beneficiário e é réu confesso.



É certo que não estamos excluindo a possibilidade da existência ou não do esquema de corrupção denunciado pelo representado, o denominado mensalão, que está sendo objeto de devida apuração, como é notório, em duas Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito e cujos desfechos ainda são aguardados.

Abrimos aqui um parêntese para dizer que consideramos fora de contestação a ocorrência, a prática de atos de corrupção, por formas e contornos os mais distintos, envolvendo membros do Poder Executivo, exigindo o afastamento e a exoneração de diversas personalidades do Poder Legislativo, bem como de integrantes de partidos políticos. Tais práticas delituosas teriam ocorrido sob o patrocínio do Partido dos Trabalhadores, com a participação de personagens conhecidos do meio empresarial.

Ninguém que esteja sendo alvo de investigação ou que venha a sê-lo, detentor de mandato ou não, estará a salvo de responder por seus atos procurando buscar abrigo ou proteção nas dobras da investigação deste processo, que examina um caso concreto e fixa veredicto sobre a conduta do Deputado Roberto Jefferson.

Cada processo é um, cada caso é um, com decisão e julgamento correspondentes, diante e à luz dos atos e fatos ocorridos e do conjunto e avaliação das provas.

Entende esta relatoria que a percepção de recursos financeiros por Parlamentar de forma irregular ou indevida, sem comprovação de sua fonte ou origem e, no caso, pendente de esclarecimento a sua destinação, constitui infração grave. De igual sorte, planejar a ação e concorrer para a sua prática ou resultado também configuram afrontas à ética e ao decoro parlamentar.



As apurações que se operam nas diversas instâncias das Casas do Congresso Nacional apontam para a existência de atos de dimensões alarmantes e que impõem a todos nós assumir responsabilidades com determinação e rigor, para punir todos os responsáveis, que, por suas condutas e procedimentos, devam ser condenados e afastados, na conformidade das leis, do convívio do Poder Legislativo e da vida pública nacionais.

Nosso entendimento, contudo, é o de que somente com o avanço das investigações realizadas pelas Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito e pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar se poderá conhecer, caracterizar e definir os contornos dos atos delituosos praticados sob a denominação de mensalão, propina ou qualquer outro tipo de vantagem escusa, diária, semanal, mensal, anual ou de outra periodicidade, por seus agentes, sejam eles membros de partidos políticos ou do Poder Executivo, sejam eles Parlamentares ou empresários.

Não obstante tudo isso, devemos reconhecer que, no presente processo, não conseguiu o representado provar a participação dos Parlamentares que apontou no referido esquema, o que dá sustentação à tese da acusação de que agiu de forma leviana e irresponsável ao fazer, sem provas, tais acusações, atingindo gravemente, além da honra pessoal, a dignidade dos Parlamentares citados e de todos os integrantes do PP e do PL, arrastados na lama da generalização, e ainda a imagem pública da Casa como instituição.

Ressalte-se a riqueza de detalhes com que descreveu, sem provas, conforme declarou — *“Provas não tenho a exhibir, sou testemunha, é o meu mandato”* —, o suposto esquema de pagamento de propina a Parlamentares daqueles partidos, especificando quantia, 30 mil reais, regularidade mensal, moeda de troca, apoio ao



Governo em votações de seu interesse, a forma como colocou palavras indecorosas na boca dos supostos beneficiários, relatando como esses pressionavam outros Parlamentares para participar do esquema: *“Aqui, vem pra cá, seu otário. Ah, aqui, ó, tá na mala. Vocês não têm. Aqui tem”*.

A afirmação de que determinados Parlamentares por S.Exa. mencionados, por serem homens honrados e de currículo ilibado, estariam acima de qualquer suspeita de participação no esquema, faz recair a *contrario sensu* a sombra da suspeição sobre todos os não expressamente referidos. À sugestão de convivência generalizada de todos os integrantes da Casa com indigitado esquema, dizia S.Exa.: *“É voz corrente em cada canto nesta Casa, em cada fundo do plenário, em cada gabinete, em cada banheiro”*.

Todos esses fatores em conjunto formaram neste Relator a inarredável convicção de que o representado abusou, sim, da prerrogativa constitucional da inviolabilidade para obter proveito próprio, afastando-se do cenário desfavorável em que se encontrava a partir das denúncias de corrupção incidentes sobre sua pessoa.

É inquestionável que os fatos por S.Exa. apontados à imprensa constituíram elemento importante para abertura dos processos de apuração de desvio de dinheiro público e outras ilicitudes atribuíveis a personalidades dos Poderes Executivo e Legislativo, de partidos políticos e do setor empresarial.

Por outro lado, o fato de ter trazido à baila tantas mazelas não o exime de responder perante a Casa pelos excessos cometidos que atingiram injusta e irresponsavelmente a honra e a imagem da instituição e a dignidade pessoal de seus integrantes.



De lembrar-se que o representado, mesmo afirmando publicamente, como fez no depoimento prestado ao Conselho, que a imprensa diz, não investiga, acusa, julga e executa em uma semana, sem se importar com isso nem ter responsabilidade com o que diz, porque quer destroçar para vender, como se fosse um campeonato de sangue, não hesitou em procurar, para a apresentação de suas denúncias não os órgãos de investigação da Casa ou o Ministério Público, mas (o *microfone é desligado*) um jornal de grande circulação nacional. E o fez sem se preocupar com os danos e injustiças que eventualmente poderiam advir do campeonato de sangue que, a partir dali, passaria também a patrocinar.

O curso do presente processo disciplinar revelou, aliás, que o representado não pauta seu comportamento de homem público pelos padrões éticos e jurídicos vigentes. Por mais de uma vez, seu parâmetro de moralidade pública agrediu o senso ético comum dos membros do Conselho, que questionaram seu juízo um tanto beneplácito, por exemplo, para com o recebimento, para campanhas eleitorais, de dinheiro não contabilizado, o famoso caixa dois, proveniente de estatais e empresas privadas que mantêm contratos com o Governo, segundo seu depoimento.

Registre-se, por exemplo, que, quando indagado por este Relator a respeito da origem dos recursos no valor total de 4 milhões de reais, que confessara ter recebido irregularmente do PT para as campanhas do seu partido, o representado admitiu que esse dinheiro deveria ter vindo exatamente das mesmas fontes empregadas para alimentar o suposto mensalão: empresas privadas que mantêm contratos com o Governo. S.Exa. demonstrou não ver no fato senão uma prática eleitoral corriqueira não reprovável, o que revelou um juízo divorciado dos padrões



comuns de ética e de moralidade que se poderiam esperar de um homem de vida pública. Demonstrou ali usar de dois pesos e duas medidas para avalizar ou repelir condutas absolutamente idênticas do ponto de vista da reprovabilidade social e ética, tratava-se afinal num e noutro caso de recebimento irregular de recursos públicos desviados diretamente ou captados em forma de propina por empresas que mantêm contratos com o Poder Público.

Aliás, com relação a esse último tipo de desvio, na instrução do presente processo, o representado confessou ao Conselho, sem maiores brios e como se se tratasse de prática absolutamente normal e aceitável, que as indicações partidárias para a direção de estatais deveriam reverter em benefícios financeiros para os partidos autores das indicações. O caso do IRB, ocorrido quando era seu Presidente o Sr. Lídio Duarte, foi um exemplo disso, ou seja, segundo a irregular e — por que não dizer? — condenável lógica do representado, os partidos políticos lutam, engalfinham-se para indicar dirigentes para os mais diversos órgãos da Administração Pública não para dar seguimento às suas políticas partidárias, mas para conseguir dinheiro e, assim, formar um caixa dois.

Renegamos da forma mais profunda e peremptória possível essa lógica que reputamos aberrante afronta à ética.

A vida pública rejeita a lógica do poder pelo poder. A vida pública só se justifica quando entendemos poder contribuir para o desenvolvimento da sociedade dentro da especial visão que cada um de nós pode ter do bem comum. Quando o Parlamentar declara ser normal o uso do Estado para fins escusos, está, *ipso facto*, confessando que não tem decore para estar na instituição.



Na sessão de julgamento do processo no Conselho de Ética, o representado ainda tentou, por meio do seu advogado consertar algumas das alegações anteriormente feitas. O Dr. Itapuã Prestes de Messias, deu o recado de seu cliente dizendo: *“O Congresso brasileiro não está podre. O Congresso brasileiro não é vil, o Congresso é o espelho do nosso povo, um povo alegre, trabalhador, um povo honesto. Pouquíssimos foram os que se venderam ao projeto podre de condição de poder que a ex-direção do PT trouxe ao Congresso Nacional”*.

Entretanto, esta opinião externada na última reunião contraria frontalmente as declarações do representado perante o Conselho, quando afirmou publicamente: *“Não creio na coragem da maioria dos Deputados da Câmara, eles não têm, não têm. Eu vi aqui companheiros inocentes serem entregues aos leões. Talvez num teste vamos ver se ele é Daniel, vamos ver se ele sai ileso do covil dos leões. Tanto esta Casa não tem coragem que não enfrenta medida provisória. Sabem por que, hoje, na Câmara dos Deputados, o mensalão é de 30 e na Assembléia de Rondônia é de 50? Porque aqui não se discute projeto de lei e não se pensa. Aqui é tudo medida provisória, vem tudo imposto. E aí todo mundo: mensalão, mensalão.”*

Por todo o exposto, estamos convencidos, não este Relator, mas o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, de que o proceder do representado revelou-se incompatível com a ética e com o decoro parlamentar, nos termos previstos no art. 4º, incisos I e II do Código de Ética e Decoro Parlamentar:

“Art. 4º. Constituem procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a perda do mandato:



I – abusar das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional;

II – perceber, a qualquer título, em proveito próprio ou de outrem, no exercício da atividade parlamentar, vantagens indevidas”.

S.Exa. não só abusou da prerrogativa constitucional da inviolabilidade para obter proveito próprio, mas ofendeu, com as denúncias feitas de forma generalizada, a honra de todos os Parlamentares das bancadas do PP e do PL e a dignidade e a imagem pública da instituição Câmara dos Deputados. Além disso, beneficiou-se, no exercício do mandato, de esquema de percepção de vantagens indevidas provenientes de empresas privadas e órgãos públicos, devendo-lhe ser aplicada, nos termos do previsto no art. 14 do Código, a penalidade da perda do mandato.

É o relatório aprovado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que está sendo submetido à discussão e ao julgamento soberano do Plenário da Casa.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Concluída a leitura do relatório do nobre Deputado Jairo Carneiro, a Mesa vai conceder a palavra aos patronos do Deputado Roberto Jefferson.

A Presidência foi informada de que estão constituídos como advogados do Deputado Roberto Jefferson os Drs. Itapuã Prestes de Messias e Luiz Francisco Corrêa Barbosa.

É permitida a divisão do tempo. O Deputado Jairo Carneiro utilizou 9 minutos além do prazo regimental. Em vez dos doze minutos e meio, a Presidência vai conceder 15 minutos a cada advogado, na tentativa de equilibrar os tempos.

Consulto os advogados sobre quem vai usar primeiro a palavra. *(Pausa.)*

A Presidência encarece aos Srs. Deputados, se possível, a atenção devida.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Com a palavra o Dr. Itapuã Prestes de Messias, pelo prazo de 15 minutos. O tempo aqui é precioso.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este pedido de cassação que tanto já movimentou a sociedade brasileira somente será julgado procedente por fatores estranhos ao senso de justiça.

Roberto Jefferson denunciou um dos maiores escândalos da vida pública brasileira, no pleno exercício de suas prerrogativas como Deputado Federal. Mesmo que nada tivesse ficado provado — e tudo ficou —, estaria S.Exa. no legítimo exercício das suas prerrogativas.

O art. 53 da Constituição Federal trata da proclamação da imunidade material e define que o Deputado Roberto Jefferson é inviolável civil e criminalmente por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. Quaisquer de suas opiniões, palavras e votos! As acusações que fez jamais foram vagas, imprecisas. S.Exa. apontou o dedo para todos os que acusou. E as provas, Sras. e Srs. Deputados, vieram uma a uma. Nesse sentido, Roberto Jefferson prestou um grande serviço à Nação. Todavia, nesta Casa, que preservou desde o princípio, defendeu e libertou do jugo de poucos que tentaram subvertê-la, S.Exa. é réu.

Segundo a representação — e são apenas os termos da representação que podem ser objeto de julgamento por este Plenário —, Roberto Jefferson teria abusado de suas prerrogativas como Deputado Federal.

Vejamos, então, os termos da representação.

Disse o representante:

"Nas declarações, o Parlamentar deixa claro o tom maledicente de suas intenções, que se conclui ter por



objetivo, exclusivamente, denegrir a imagem, lesar a dignidade e o decoro de alguns Deputados, especificamente, e mais ainda, a imagem desta Casa”.

Continua a representação:

“Os animus injuriandi vel diffamandi do representado encontram-se patentes, em face das ofensas irrogadas, que, colocadas de forma maliciosa e irresponsável, são indissociáveis do cinismo, e que, em ato consciente e voluntário, tinham um só objetivo: macular a honra alheia”.

Esse é o núcleo da acusação. Roberto Jefferson mentiu ao denunciar a existência do mensalão. Roberto Jefferson difamou e caluniou alguns dos Srs. Deputados. E somente por isso foi denunciado. E é por isso que precisa ser julgado.

Afinal, Sras. e Srs. Deputados, mentiu Roberto Jefferson? Caluniou Roberto Jefferson? Sim ou não?

A absolvição seria iminente, desde que a acusação se mantivesse estritamente dentro dos termos da representação. Foi então que o Conselho de Ética aprovou o relatório, que acresceu à representação novos elementos. Trouxe novas acusações e transformou o processo de cassação em uma peça de horror jurídico. Inseriu novas acusações sem dar ao Deputado Roberto Jefferson o direito à defesa. Esta mesma Casa que aprovou a Constituição da República e nela inseriu os direitos à ampla defesa, ao contraditório e ao devido processo legal, por seu Conselho de Ética — vejam os senhores, não foi qualquer conselho —, cassou os direitos mais sublimes, mais caros e inalienáveis de Roberto Jefferson.



Foi daquela cadeira, senhoras e senhores, que o Deputado Ulysses Guimarães entregou ao povo brasileiro a Constituição Cidadã, assegurando a todos o exercício dos direitos sociais e individuais e a justiça como valores supremos. Esqueceram-se desses valores e negaram a Roberto Jefferson o seu direito à ampla defesa, ao contraditório e ao devido processo legal. Praticaram um direito alienígena, em que imperaram a defesa fixa e a acusação móvel. Tudo isso para condenar Roberto Jefferson por seus abusos.

Que abusos teriam sido esses? Afinal, não foi graças às suas denúncias que instalaram as CPIs? Não foi graças às suas denúncias que Ministro de Estado foi afastado, diretorias inteiras de estatais foram mudadas, o Presidente do PT renunciou, 2 Deputados renunciaram a seus mandatos, Marcos Valério surgiu da escuridão de suas façanhas? Por acaso não foram as denúncias de Roberto Jefferson que expuseram os erros da cúpula do PT, já afastada?

Jefferson declarou que recebeu certa importância da direção do PT para apoio em campanha eleitoral. E essa importância foi repassada a S.Exa. com a promessa de que os recibos viriam a tempo. Mas nunca vieram. Originou-se de um acordo legítimo, legal, mas ele foi traído e lhe entregaram um cavalo de Tróia. O compromisso foi assumido pelo ex-Presidente do PT José Genoíno, e amparado pelo então Ministro José Dirceu, pessoas de confiança do Governo Federal. Não havia por que não acreditar na legitimidade daquilo que lhe repassavam.

Até ontem especulava-se que Roberto Jefferson chegaria a esta tribuna com uma mala e nela estariam 4 milhões de reais, que, em tese, seriam devolvidos. Ouvi de vários Parlamentares que o Deputado seria absolvido caso essa cena teatral ocorresse. Mas esta Casa, Sras. e Srs. Deputados, não é local para teatro.



Jefferson já disse, e repetirá, que não informará o paradeiro dos recursos distribuídos aos candidatos a prefeito. Não conta, não entrega, não delata. Era Presidente do PTB e recebeu recursos de mãos que até então eram as mais puras, as mais honradas, as mais honestas, as únicas, segundo eles, capazes de mudar os destinos da Nação. Mãos limpas, que um dia afagaram o povo brasileiro, fizeram de seus seguidores pessoas que sofrem, como ocorre com a maioria dos Parlamentares do PT. Afirmo: elas são as mãos que afagam, porque são as mesmas que apedrejam.

Mas não há esses 4 milhões de reais para efeitos condenatórios, porque, segundo lei aprovada nesta Casa, só existe o fato delituoso se houver autoria e materialidade.

O autor, ex-Deputado José Genoíno, declarou ontem, nas dependências do Congresso Nacional, que esses 4 milhões de reais não existiram, que não entregou esse dinheiro ao PTB. Ora, se não há autoria, se não há materialidade, como pode haver o delito?

O art. 197 do Código de Processo Penal diz:

“Art. 197. O valor da confissão se aferirá pelos critérios adotados para os outros elementos de prova, e para a sua apreciação o juiz deverá confrontá-la com as demais provas do processo, verificando se entre ela e estas existe compatibilidade ou concordância”.

Como averiguar, verificar, constatar, se o autor, aquele que entregou o dinheiro, nega a sua existência? É apenas uma questão de lógica. Se não houvesse boa-fé, confiança na legitimidade do acordo e se o Deputado Roberto Jefferson



fizesse parte do mesmo grupo de camarilhas que ele próprio denunciou, teria ficado calado. Seria o primeiro a ocultar os valores, que, segundo José Genoíno, não lhe foram repassados.

Ouvi alguns de seus acusadores afirmarem que S.Exa. errou por não denunciar muito antes a existência do mensalão. Não lhes parece estranho? Aqueles que negam a existência do mensalão afirmam que o fato deveria ter sido denunciado anteriormente. É curioso que os defensores dessa tese não percebam que estão defendendo a indecência do decoro ou o indecoro do silêncio e renegando o decoro da denúncia.

Aquela cúpula do PT — atenção para este detalhe, porque me refiro àquela cúpula do PT, hoje vencida — tentou construir um diálogo de duas bocas, Sr. Presidente. A boca do Governo dizia o que queria e a outra não devia dizer o que pensava. Esta Casa rejeitou esse diálogo espúrio. Roberto Jefferson denunciou e libertou os poucos que se submeteram à conveniência política do Governo.

Durante 25 anos, essas ou aquelas pessoas do PT construíram sua história falando de moral e ética como princípios basilares da construção de um Estado moderno, do povo para o povo. Levaram 25 anos para convencer o povo brasileiro de que o seu Governo não roubaria e não deixaria roubar. Atacaram e destruíram Ibsen Pinheiro, homem inocente; atacaram e destruíram a imagem de Alcení Guerra, homem inocente. E agora, Srs. Deputados, precisam, e muito, sobretudo e sobre todos, da cassação de Roberto Jefferson. Para isso, nós, advogados, não precisamos de intimações de decisões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Nós, advogados, não fomos intimados da decisão e, ao exigirmos certidão dando conta da decisão do Conselho, recebemos a informação de que o Regimento Interno



não prevê a figura da expedição de certidão ou mesmo de notificação de decisões. E a Constituição? E o direito ao duplo grau de jurisdição? Quero deixar claro que a especificidade do processo legislativo não cassa direito inalienável. Nessa quadra da história, mais uma vez as acusações não têm força para que se casse um mandato. Mas é preciso parecer que sejam graves. É preciso que sejam transformadas em acusações muito graves. É preciso agigantar cada dedo contra o Deputado Roberto Jefferson. Os senhores sabem por quê? Porque é necessário que este julgamento, Sras. e Srs. Deputados, mude a história. É necessário que este julgamento mude a direção dos fatos. É necessário que o partido do Governo desça do banco dos réus, nem que para isso cassem direitos consagrados na Constituição da República.

Para o sacrifício do mandato do Deputado Roberto Jefferson, o partido do Governo não tem voto suficiente nesta Casa. Precisa do apoio dos demais partidos. Assim é que o partido do Governo poderá enfrentar as eleições de 2006. Se Jefferson for absolvido, resta ao PT apenas o sucesso da política econômica instalada pelo PSDB.

Sras. e Srs. Deputados, Roberto Jefferson separou as partes apodrecidas daquelas que estavam imunes à podridão. Poucos são os que se renderam ao projeto podre de construção de poder que a ex-direção do PT — repito, a ex-direção do PT — trouxe a esta Casa. Esse projeto pequeno de poder, que já foi reconhecido e atacado por petistas ilustres — a grande maioria dos Deputados petistas —, foi por Jefferson exposto aos olhos da Nação.

Disseram que Jefferson mentia. Hoje, senhoras e senhores, há o temor de que S.Exa. suba a esta tribuna para contar alguma mentira nova. Pedem a ele que não conte mais nenhuma mentira, pois suas mentiras têm a mania de se transformar



em verdades. E o milagre está na obstinação de Roberto Jefferson em provar a sua inocência. Se um dia ele sonhou um sonho só, seu sonho arrastou consigo toda a sociedade brasileira. Sonhou o sonho dos justos, daqueles que desejam que haja justiça social. Por isso, toda a sociedade brasileira, que está lá fora, quer a absolvição de Roberto Jefferson.

Foram as mentiras de Jefferson que promoveram a maior reforma moral do Governo Lula. Está provado que o mensalão existiu, mas não bastaram as palavras de Roberto Jefferson. No entanto, quando S.Exa. externou suas opiniões de como empresas privadas poderiam colaborar com partidos, apenas suas palavras, no entendimento do Conselho de Ética, teriam sido suficientes para sua condenação. Para apurar a questão do mensalão são necessárias provas substanciais, recibos, cópias autenticadas, depoimentos. Mas, para sua condenação, apenas um entendimento superficial, uma frase colocada num depoimento são suficientes.

Repito o que disse aos conselheiros: a aliança que o PTB construiu com o PT foi cimentada pela crença, pela coragem, pelo espírito público da grande maioria dos petistas do Brasil. Aquela parceria foi inspirada pelo espírito daqueles que vimos chorando em plenário quando Delúbio, o “imexível”, semiconsciente, confessava a existência do caixa dois. Houve o choro dos inocentes, dos feridos, vendo seus ideais reduzidos a cifrões; dos petistas maltratados, que, como todo brasileiro, foram traídos pela sede do poder da cúpula hoje vencida. Foram esses que construíram a aliança do PTB, do PL, do PT e, depois, do PMDB com o PT. Todos traídos.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Peço a V.Exa. que conclua.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, reafirmo o entendimento da defesa de que a única forma de se fazer



justiça ao Congresso Nacional, ao povo brasileiro, à história, a todos os grandes homens que aqui estiveram é absolvendo Roberto Jefferson. Não só porque ele é um Parlamentar, como todos os senhores o são, mas também porque teve a coragem, a capacidade de entregar o seu mandato nas mãos de V.Exas. e de denunciar o maior esquema de corrupção já registrado nos Anais desta Casa.

Muito obrigado. (*Palmas prolongadas nas galerias.*)



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - A Presidência pede às galerias que guardem o silêncio. As galerias não podem manifestar-se. Apenas aviso a V.Sas. que guardem o silêncio, se querem assistir à sessão.

Peço à Segurança que vete o acesso de pessoas estranhas ao plenário. Vejo no plenário pessoas que não são nem foram Parlamentares e não estão legitimamente autorizadas.

Recebo reclamações procedentes daqueles que querem ter assento nas bancadas da imprensa e não conseguem. Peço à Segurança que não permita o acesso de estranhos no plenário.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Concedo a palavra ao segundo advogado, Dr. Luiz Francisco Corrêa Barbosa, pelo prazo de 15 minutos.

O SR. LUIZ FRANCISCO CORRÊA BARBOSA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parece incrível que eu esteja hoje nesta tribuna, onde vi, emocionado e tendo também lutado por isso, na honrosa posição hoje ocupada por V.Exa., o grande Ulysses Guimarães levantando aquele livro verde e dizendo: *"Promulgo"*. Aquele livro verde, promulgado nesta Casa, consagrou e consagra as mais caras aspirações do povo brasileiro.

Venho hoje a esta Casa em nome de um desses brasileiros, representado e representante, o Sr. Deputado Roberto Jefferson, num pleito de observância de quanto se contém naquele livro verde.

Parece contraditório, Sr. Presidente, que se venha a esta Casa exigir a observância daquilo que o Congresso Nacional, tendo a Câmara dos Deputados à frente, promulgou há 17 anos.

Foi lá que se consagrou o princípio da inviolabilidade do mandato. Ele não foi inventado no Brasil e tem a ver com o caso presente. Foi lá, oriundo da velha Inglaterra, que se transportou — não inventado aqui, mas construído ao sacrifício de exceções do tipo —, a menos que haja crime contra a honra e a velha Lei de Segurança Nacional, a imunidade material dos Parlamentares.

E a imunidade material dos Parlamentares não é uma construção destinada a uma vaidade, a um indivíduo ou a alguém para locupletar-se do mandato popular em desfavor do interesse público. Não. A imunidade parlamentar, violada pelo processo de que hoje aqui se trata, está, sim, como garantia da existência desta Casa, dos seus juízos críticos, da intensidade das opiniões e da manifestação desassombrada



dos votos que os Parlamentares hão de dar, mesmo que contra o interesse e o sentido de cada um e de todos os demais 512.

Esse é o sentido, não inventado aqui, mas que, com a promulgação da Carta brasileira de 1988, se ratificou. E recentemente, pela Emenda nº 35, de 2001, se explicitou com ampliação tratar-se, sim, de inviolabilidade dos Senadores e Deputados por suas opiniões, palavras e votos, sobre quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há uma acusação contra o Sr. Deputado Roberto Jefferson de um único fato. Qual é o fato da acusação contra Roberto Jefferson? O fato da representação firmada pelo bravo Partido Liberal dá conta de sua inconformidade, porque S.Exa. levou ao conhecimento público, em entrevista de jornal, a existência de uma contribuição financeira para a formação de maiorias nesta Casa, a que denominou de mensalão.

Esse é o único fato da acusação que hoje V.Exas. irão julgar. Não há mais nada senão isto: a acusação, que foi alvo de defesa. E o que disse a defesa? O que disse Roberto Jefferson? Foi isso, sim, que foi dito e está confirmado. É isto, sim, que quero provar: afirmar a existência de tal situação, em nenhuma hipótese poderá considerar-se quebra de decoro parlamentar. Indecorosa, se demonstrada, seria essa prática de locação de votos.

Que decoro parlamentar é esse, que diz ignorar, como concluiu equivocadamente o douto Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa, que não há provas da existência do mensalão? Se S.Exas. não sabiam, o resto do Brasil sabe. E, por força do pronunciamento acusatório de Roberto Jefferson, nada menos do que — não somente uma, mas duas; não somente desta Casa nem do Senado,



mas de ambas — duas Comissões Parlamentares de Inquérito Mistas a averiguar, na sua extensão, o objeto da acusação que o traz às barras desta Câmara dos Deputados por suposta indecorosidade parlamentar.

As CPMIs, em conjunto, como todos sabemos, não só confirmaram e afirmaram a existência do mensalão, mas, o que é pior, indicaram 18 Srs. Deputados como envolvidos com a sua prática. Entre eles, aliás, o próprio Sr. Roberto Jefferson.

Então, que indecorosidade escondia, oculta, desconhecida, não vista, suposta, não demonstrada é essa? Será que só o egrégio Conselho de Ética desta Casa não ficou sabendo da existência do mensalão? Mas a Casa sabe. A galeria tem certeza. E o povo, constrangido, admite como verdade aquilo que o egrégio Conselho disse que não estava provado. Daí ter sido mandado para cá.

Ah, Ulysses Guimarães! Ah, livro verde aqui promulgado! Ah direito de defesa! Ah contraditório! Ah devido processo legal! Sobretudo, falando para Parlamentares: ah, imunidade e inviolabilidade na proferição de quaisquer opiniões, palavras e votos! Hoje foi Roberto Jefferson. Amanhã poderá ser qualquer um dos senhores.

Imaginem, amanhã, alguém criticando a política econômica imposta pelo Conselho de Política Monetária do Banco Central, sem poder demonstrar com carimbos e equações aritméticas que aquilo não é correto. Estará privado, em razão do seu mandato, de vir a esta tribuna ou de ir a um jornal ou a um palanque criticar tal política? Pode, de acordo com esse critério. Pode, sim, ser trazido às barras do Conselho de Ética e à submissão da quebra de decoro parlamentar, porque não pôde demonstrar que os juros de 19,5% são extorsivos, inadequados e não se sabe



como estão presentes, tal a extensão da inviolabilidade, tal a isenção absoluta e irrestrita com que estão garantidos V.Exas., na expressão das suas opiniões, palavras e votos aqui ou em circunstâncias decorrentes e vinculadas ao exercício de seus mandatos. Seus mandatos, aliás, não pertencem a V.Exas. Cumprem-no, porque o povo de seus Estados mandou-os para cá como seus representantes. Com seu interesse, com sua aspiração e com seu desejo estão V.Exas. comprometidos.

Gaúcho, venho do Rio Grande com uma informação que me chegou entre ontem e hoje. Publicou-se, Sr. Presidente, em um dos grandes jornais do Rio Grande do Sul, *enquête* preliminar entre os ilustres integrantes da bancada gaúcha com assento nesta Casa. O jornal *Zero Hora* divulga hoje que a maioria da bancada rio-grandense não está com o Deputado Roberto Jefferson, quer cassar o seu mandato.

Não obstante a publicação, na manhã de hoje, no jornal *Zero Hora*, o que houve na Televisão Comunitária do Grupo RBS — TVCOM, no programa de debates *Conversas Cruzadas*, ancorado pelo ilustre jornalista Lasier Martins, em que se consulta a opinião popular por telefone? Uma pesquisa? Não, uma *enquête*. O que resultou de 2.112 ligações? Setenta e três por cento do povo do Rio Grande que para lá ligaram disseram que defendem o mandato de Roberto Jefferson. Setenta e três por cento defendem o mandato!

Ora, novamente Ulysses Guimarães! A voz rouca das ruas a que tanto se referia é um sinalizador, nunca abandonado ou ignorado pelos integrantes desta Casa. Haveria falta de sintonia entre os Parlamentares, meus coestaduanos, com a vontade do povo do Rio Grande? Não creio. Essa falta de sintonia é aparente, é de defesa de algo que não é exatamente o que de fato pensavam ou pelo menos



pensam aqueles nossos bravos Parlamentares gaúchos, que, em maioria, chegaram àquela solução. E vamos ver isso ao cabo desta sessão.

No Rio Grande não se tolera a estultícia, a covardia, o falseio — nem no Amazonas, no Brasil todo, na Bolívia. Mas lá é muito ruim. A gauchada sempre vem sendo objeto até de chacota, porque gostamos de dizer que somos brasileiros por opção, Sr. Presidente. Por isso, nossa bandeira rio-grandense tem 2 triângulos: um superior e um inferior. É verde e amarela, cruzada por uma lista vermelha. É para lembrar a todos os gaúchos e a quem com eles se relacionam que custou-nos o sangue ser verde e amarelo. É isso, naqueles confins do Brasil, que sustentamos, acreditamos, praticamos. E, a partir daí, cultivamos valores que se reclama sejam reconhecidos hoje aqui.

Foi dito pelo eminente Relator que há a questão dos tais 4 milhões. O Deputado Roberto Jefferson informou a quem quisesse ouvir, particularmente a esta Casa, que recebeu, na qualidade de Presidente do seu partido, o bravo Partido Trabalhista Brasileiro — PTB, 4 milhões de reais em duas parcelas. É verdade. Quem entregou nega. Quem mandou entregar não diz que é verdade. Enfim, bem que ele poderia vir aqui dizer: olha, não recebi. E não haveria infração alguma. Mas não foi isso que ele fez. Disse: *“Recebi, sim. Foi nessas condições e para isso”*. Isso foi objeto da acusação? Não, mas sim a denúncia do mensalão. Isso foi objeto de defesa? Não, porque não era objeto de acusação. É possível, depois daquele “promulgo”, com garantias que não nasceram nesta Casa, mas que ela as enfeixou como verdade brasileira, aceitar a ausência de acusação e, portanto, a desnecessidade de defesa e, a seguir, condenar alguém por esse fato? Só na Itália do início do século.



Recurso nesse sentido, dirigido à douta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania desta Casa, concluiu, por maioria de votos, que era possível, sim, não ter acusação fixa. Ela pode se mover de acordo com o interesse. A defesa há de se fixar só naquele fato. Esta Casa não vai desonrar sua boa tradição.

Encerrando, Sr. Presidente, mesmo que esse fato pudesse ser considerado em tais condições — e não pode —, chamo a atenção de V.Exas. para o inciso II do art. 4º do Código de Ética Parlamentar, que assim dispõe: *“Perceber, a qualquer título, em proveito próprio ou de outrem, no exercício da atividade parlamentar, vantagens indevidas”*. Indevido não era, porque era uma relação de partido para partido, autorizada pela lei eleitoral. E não era no exercício de atividade parlamentar; era de presidente de partido.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Peço a V.Sa. que conclua. Aviso-lhe que tem mais 30 segundos, se pretender usá-los. V.Sa. tem mais tempo, porque sua última frase só foi ouvida pela Mesa.

O SR. LUIZ FRANCISCO CORRÊA BARBOSA - Eu estava dizendo que não é possível alguém ser condenado por acusação que não seja objeto de formalização; portanto, não é de defesa. Tampouco esse fato, ainda que assim fosse, constitui infração ética, porquanto o fato claro e admitido é que estava na qualidade de presidente de partido e não no exercício da atividade parlamentar.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. e aos ilustres Parlamentares a tolerância. Saio daqui de cabeça erguida, como Roberto Jefferson gosta de andar, e também com a confiança da segurança da justiça dos juízos privados de V.Exas., que representam a voz rouca das ruas, que reclama a absolvição.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Há presentes na Casa 482 Srs. Deputados. Peço a S.Exas. que compareçam ao plenário.

A Presidência cumprimenta os advogados pela defesa feita. (*Pausa.*)

(*O Sr. Presidente faz soar as campainhas.*)

A Presidência pede aos Srs. Deputados o silêncio devido para ouvirmos o nobre Deputado Roberto Jefferson. Reitero também às galerias que podem fazer as manifestações que quiserem, silenciosas, como as que fazem neste momento. É regimental e oportuno.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Nobre Deputado Roberto Jefferson, com prazer, concedo a palavra a V.Exa.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cidadão do Brasil que me ouve, cidadã do Brasil que me ouve, começo percorrendo esta defesa em causa própria por uma via não muito comum aqui na Casa. Confesso a dificuldade de fazê-lo, viu, Laurinha? Sou bom advogado para os outros. Para mim...

Quero agradecer, em princípio, às mulheres que me permitiram chegar a este momento importante que vivo hoje na minha vida. A minha avó Petiza, força vital. Um jequitibá. Não quebrava, não vergava. Perdeu, precocemente, 2 filhos, o marido, mas não cedeu. Não caiu. A minha mãe, Neusa, com sua fé inabalável em Deus, sua força espiritual para enfrentar adversidades. A Ecila, mãe de meus filhos e avó de meus netos, amiga, guerreira, conselheira. Foi pai e mãe de meus filhos. Deu-me a retaguarda para ir à luta, porque a luta política faz isso conosco, nos transforma em pais ausentes. A Cristiane, minha filha — fisicamente, a mãe, mas o espírito é meu. Sonhei para você, meu amor, a carreira da magistratura. Pedi até a sua professora, Juíza Denise Frossard, que a influenciasse, para que você persistisse na escola de magistratura e fosse uma juíza. Mas a Laurinha, nossa irmã e amiga, conversando com você, convenceu-a a seguir a vida pública. Sucesso, meu amor! Agradeço a você pelos meus 2 netos: Christian e Catarina. A Fabiana, minha filha. Parece comigo fisicamente, mas herdou da mãe a doçura. Já me deu 3 netos: o Vítor, o Artur e o Bernardo. A Mary Land, minha querida prima, que, lá adiante, sempre costura a união entre a família.



Eu quero agradecer às mulheres que trabalharam comigo. Não tenho preconceito contra homem — quero que este Plenário, de maioria masculina, entenda isso, ouviu, Capixaba, ouviu, Presidente? —, mas a minha assessoria sempre foi feminina, e isso sempre me permitiu o sucesso.

Quero agradecer, primeiro, às minhas colegas Deputadas: Elaine, Edna e Kelly. Obrigado a vocês, queridas.

Quero agradecer a uma amiga querida lá do Rio Grande do Sul, gaúcha, a maior oradora feminina que conheço: Sônia Santos, minha amiga.

Quero agradecer a 2 pessoas especiais que tiveram marca na minha vida, a Heloísa e a Nádia, na Comissão de Seguridade Social. Hoje, elas estão em Lideranças, no Conselho de Ética, mas construíram o sucesso dos meus 2 mandatos de Presidente na Comissão de Seguridade Social.

Quero agradecer a Carla, minha companheira, Secretária do PTB, e a todos os companheiros da sede do partido. A Marli Guaraciaba, Chefe de Gabinete da Liderança do PTB — fez uma Liderança fraterna, querida, leal. Ela e todas as meninas que compõem a nossa Liderança. Obrigado, Marli e todas as companheiras da Liderança do PTB. A Ana Crivelaro, minha Secretária no Rio de Janeiro, silenciosa, observadora, mas amiga e leal. A Denise Conde, minha Secretária aqui, no meu gabinete em Brasília, mulher despachada, diligente, incansável. A Solange Beiró. Vinte e três anos comigo no meu gabinete. Vinte e três! Quando entrei no gabinete, já encontrei a Solange lá. Vinte e três anos do meu lado. Ela tem mais convivência comigo do que minha família. Amiga, leal, correta, companheira querida.

Agradeço às minhas 3 assessoras de imprensa. A Íris Campos, a sua lealdade, a sua estratégia — que pessoa especial! — e o apoio que me deu nesses



90 dias mais difíceis da minha vida. A Luíza Pastor. O impressionante na Luíza é o foco. Ela pode ler todos os jornais e revistas e dizer: “*O foco é este, o resto é encheção de lingüiça*”. A Maria Tereza, nossa Tetê, sua capacidade de pesquisa, a redação que tem e o carinho com que trata todos os colegas de imprensa que procuram pela gente.

Agradeço a Verinha, da *New Vision*, minha companheira de PTB. Fé, lealdade, parceria. Agradeço a Denise Tavares e a Kátia Almeida, minhas professoras de canto e de música, todas duas. Elas são responsáveis pelas manhãs mais felizes que venho vivendo neste último ano de minha vida. Obrigado às duas. Elas me ensinaram que cantar é abrir o peito, é abrir o coração, é uma doação que a gente faz do espírito, é uma doação que a gente faz da alma.

Agradeço a Ana Lúcia, minha companheira, sua meiguice, ternura, doçura, paciência, serenidade e o amor que me devota.

Agradeço à minha cidade de Petrópolis o apoio e a solidariedade. Ao meu amigo Padre Jac, conforto espiritual. Agradeço aos amigos Joenes, Ronaldo Medeiros, Vereador Vadinho, meu irmão, Vereador Canela, que aqui está, lá de Paraíba do Sul, meu irmão. Agradeço ao meu avô Ibrahim, já falecido. Foi ele o responsável na família pela veia poética, a observação da vida e o desprendimento.

Esse meu avô Ibrahim, naturalizado brasileiro, chegou do Líbano no início do século passado. Ele lia o jornal e dizia assim para a gente: “*Meu neto, atrás de toda manchetona escandalosa tem um interesse maior e mais escandaloso*”.

O jornal que vive de manchete escandalosa, de libelos, quer acertar sempre com o Governo. Quanto mais panfletária é a manchete, maior é o cheque que vão sacar no banco oficial.



Refiro-me a *O Globo*. Na área econômica, na área cultural, na área de esporte, não tenho nada a dizer de *O Globo*. Mas, politicamente, é um jornal amoral. Falido, fiou-se sempre nos cofres públicos, nas contas do povo do Brasil. O povo do Brasil paga as contas de *O Globo*.

Eu vi o empresário da Schincariol ser preso por 1 bilhão e 200 milhões, algemado, imprensa. Arrombaram a casa. Iam botar uma bomba na porta. Mas só de INSS *O Globo* deve mais de 1 bilhão e 200 milhões — está lá na Superintendência da Polícia Federal o processo por apropriação indébita, porque é da parte do trabalhador —, e a Polícia Federal não prende ninguém de lá. Na Schincariol, mete a algema; em *O Globo*, o rabo entre as pernas. Não consigo entender por quê. Será que à espera de elogios no *Jornal Nacional* ou daquela coleção olímpica de grandes intelectuais que assinam coluna no jornal *O Globo*?

Dois bilhões e oitocentos milhões já levou do BNDES, à custa do Brasil, para não fechar. Porque sacou 2 bilhões de dólares à época do Governo Fernando Henrique, quando o dólar era um por um, e hoje deve o que não pode pagar. Mas vende a manchete política, caderno econômico, e tenta calar todos aqui no Congresso Nacional.

Vovô Ibrahim, você sempre teve razão nisto, meu velho: quanto mais panfletária é a manchete, mais amoral é a direção e a redação política do jornal.

Agradeço ao meu avô Djalma pelo patriotismo com que me inspirou e pelo espírito de aventura que colocou no meu coração. A meu pai, Roberto Francisco, a coragem moral e a disposição para o trabalho. A meu filho, Roberto Jefferson Filho, o exemplo de vida, a força para viver, a superação da dor, do medo, a superação de intempéries. A Marcus Vinícius, meu genro, jovem de 30 anos, casado com Fabiana,



que já meu deu 3 netos. Marcos Vinícius, agradeço a você por sua lealdade, por sua coragem e por sua serenidade. Você foi testado, passou por momentos difíceis na CPI, o que não é fácil, pois tentaram atingir a mim. E você se saiu muito bem, com equilíbrio, com bom senso, com serenidade.

Agradeço ao Líder José Múcio, que tem sido um gigante em minha defesa. Meu amigo, obrigado a você, você tem se desdobrado, tem sido correto, parceiro, leal. Agradeço ao Fleury, ao Marquezelli, ao Arnaldo Faria de Sá, ao Eduardo Seabra e a nossa cabocla Jurema. Ao meu irmão Capixaba, amigo querido, presente todo o tempo, ao Dunga, ao Silas Câmara, a todos os meus companheiros e minhas companheiras do PTB.

Agradeço aos meus advogados Luiz Francisco Barbosa, do PTB do Rio Grande do Sul, companheiro de partido, e Itapuã Messias, do PTB do Distrito Federal, companheiro de partido. Agradeço ao Presidente do PTB, Flávio Martinez, em memória ao meu amigo José Carlos Martinez, que foi Presidente do PTB.

Agradeço aos amigos — alguns estão aqui — Lino, Viviane, Marco Antônio Miranda e Bia, Seu Walter, da Liderança; Ari, meu amigo especial da Liderança; Henrique, de Aquidauana; Totó Queiroz, meu irmão, de Paraíba do Sul; Tatão Paiva, Buck Jones, de Petrópolis; Anésio, meu companheiro há 23 anos, pensa como eu, tem a mesma vibração da inteligência; Murilo Rampinis, Mané Rampinis, Norberto, Edu — Edu é meu motorista há 25 anos, meu filho mais novo ou mais velho, testado; Pedro Henrique, Pedrão, Marco Aurélio, meu companheiro de gabinete há 16 anos aqui na Câmara dos Deputados.

Hoje, quando me preparava para este momento — volto a dizer não é simples a defesa em causa própria, Landim, meu amigo —, encontrei uma passagem de



Berryer, advogado francês que disse diante do tribunal revolucionário: *“Trouxe aqui minha cabeça e minha palavra. Vocês poderão dispor da primeira após ouvir a segunda”*. É assim o começo da minha defesa no Plenário da Câmara dos Deputados.

Ouvi pacientemente o Relator do Conselho de Ética. O relatório funda-se em 5 pontos.

Primeiro, não comprovou o mensalão. O povo do Brasil que julgue, em especial o povo da Bahia, o relatório daquele moço que diz que o mensalão não é comprovado. Veja se o relatório dele condiz com o sentimento do povo do Brasil, da mídia nacional, do que está dito hoje aqui no Congresso.

Duas CPMLs foram instaladas: a CPML dos Correios e a CPML do Mensalão. E o Relator do Conselho de Ética diz que não existe mensalão. Devo dizer ao Relator que essa só contaram para você.

Segundo, ter feito as denúncias para tirar de si mesmo o foco das acusações. Mesquinha a colocação, pequena, da altura de um homúnculo.

Tentaram colocar no meu colo, plantaram um crime que eu não cometi na minha vida, uma relação espúria com o Sr. Maurício Marinho lá nos Correios, e tentaram a partir do momento em que 2 vezes consecutivas eu falei ao Presidente Lula sobre a existência do mensalão.

O Sr. Lange, da ABIN, que gerou até uma crise, quando o Diretor da ABIN disse que a CPI era de bestas-feras, disse que foi mandado para a CPI para investigar o PTB lá nos Correios. Não encontrou nada, a não ser um boquirroto chamado Maurício Marinho, que, sem poder algum, ficava pegando 3 mil, 2 mil, 5 mil, como ele confessa à Polícia Federal, num total de 20 mil reais. E quando foi



para a área de operações, onde estava o PT, com o Sr. Silvinho Pereira, e foi para a área de informática, onde estavam o Sr. Silvinho e o Sr. Delúbio, recebeu ordens do Palácio para parar. Isso foi dito na CPMI dos Correios.

Tentaram plantar na minha vida uma relação que nunca tive com o Sr. Maurício Marinho. Tentei a via da negociação, até num discurso que fiz nesta Casa logo a partir da matéria. Se não me engano, a matéria foi em meados de maio. No dia 16 de maio, estive nesta tribuna e dei cabal explicação. Trouxe o depoimento do Sr. Maurício desmentindo a matéria. O depoimento repetiu-se, a matéria foi desmentida, mas passou a prevalecer como verdade ele ter recebido, em meu nome, 3 mil reais lá nos Correios.

Não posso evitar que alguém, abusando da confiança ou não, ou de uma relação que não existe, peça dinheiro em meu nome. E nenhum de vocês pode evitar que isso aconteça.

O Sr. Rogério Buratti fez isso com o Ministro Palocci, traiu a confiança dele, pegou dinheiro dizendo que era em nome do Ministro Palocci. Sabemos que não. O Ministro tinha o Buratti como amigo, recebia-o em casa de madrugada, o Buratti foi seu Secretário de Governo por 4 anos. E eu não sou amigo do Sr. Maurício Marinho, ele não é do PTB, não tenho relação com ele.

Para o Buratti, em relação ao Ministro Palocci, é um julgamento; para o Sr. Maurício Marinho, em relação a mim, é outra coisa.

Tenho visto neste famoso jornal *O Globo*, que escreve com letrinha miudinha essas coisas. Só para a Presidência dos Correios, o Marcos Valério ligou mais de 155 vezes. O Delúbio, também. Quem coordenava aquilo tudo era Delúbio Soares. E Marcos Valério.



Tentaram colocar no colo do PTB os escândalos praticados e cometidos nos Correios. E o Relator tem coragem de dizer que eu quis tirar o foco de cima de mim. Oh! Relator, tive uma árdua tarefa, conversei, está ali o Líder do Governo, Deputado Arlindo Chinaglia, que esteve comigo lá em casa e me pediu que eu assumisse. Um delegado diligente faria um inquérito independente, e encerraríamos a situação política. Não pediu em nome do Governo, mas em nome pessoal. E eu disse: *“Chinaglia, não posso acreditar no Governo, porque o Governo não tem palavra. Em você eu creio, mas no Governo, não”*.

Quando estiveram lá em casa, de manhã cedo, o Ministro Aldo Rebelo — na véspera de o PTB decidir se assinava aquela CPI, logo no princípio de junho, não, final de maio —, o Ministro José Dirceu e o Ministro Palocci (já disse isto aqui, da tribuna), o José Dirceu afirmou 2 coisas que para mim são importantes, porque eu bati duro nele.

Eu disse a ele: *“Isso não é papel de homem. Vocês não agem corretamente. Vocês jogam fora os companheiros de aliança como se fossem bagaço de laranja de que vocês já chuparam o caldo. Isso não é papel de homem, José Dirceu”*.

Ele falou: *“Roberto, olha, não fui eu, não. Você me conhece. Sou um cara de enfrentar a briga de pé e não tenho nenhuma ascendência sobre o Ministro da Justiça”*.

Estava lá que o Ministro iria fazer um pronunciamento à Nação no dia 6, segunda-feira, para falar da corrupção que a Polícia Federal estava desvendando no IRB, nos Correios e na ELETRONORTE, colocando no colo do PTB, para enterrar a CPI na Comissão de Justiça e o meu partido ser sacrificado no escândalo de um



crime que não praticou. E nisso José Dirceu foi correto comigo. Passei a pensar: quem é que tem ascendência sobre o Ministro da Justiça? Quem?

Outra coisa que o José Dirceu me falou — mas estou vendo que ele está perdendo, agora que deixou de ser Ministro — é que, em *O Globo*, ele acertava por cima. Estou vendo que o Zé está começando a ser escanteado pelo jornal, que já percebeu que ele não é mais poder.

Quarta acusação que me faz o relatório: ter-se omitido e não revelar o mensalão assim que soube. O Relator está de brincadeira. Fiz peregrinação. Ao José Dirceu, como Ministro-Chefe da Casa Civil, falei isso uma 10 vezes. Falei ao Ciro. Depois nós descobrimos que o Márcio, Secretário-Executivo do Ministério, tinha recebido do Marcos Valério 500 mil reais para saldar contas de campanha. Mas falei ao Ciro, com lealdade. Ele disse: *“Eu não acredito nisso”*. Falei ao Ministro Miro Teixeira. Estava acompanhado do José Múcio. Conversei com eles: *“Isso vai dar zebra”*. Falei com o Presidente da República. O que queriam de mim? O Lula na descendente, o PT se desmanchando, estou aqui para ser cassado. Imaginem no início do ano passado, quando *O Globo* dizia que o Lula era o maior Presidente do mundo. Qual era a condição que eu tinha de denunciar isso?

Eu busquei, pela via do entendimento, tentar colocar um ponto final nisso. Disse ao próprio Presidente: *“Presidente, o Delúbio vai botar uma bomba debaixo da sua cadeira. Esse mensalão é um escândalo”*. Eu nunca vi uma coisa igual na minha história parlamentar. Se o Relator fica ofendido com a palavra mensalão, seus ouvidos pios se ofendem, chame do que quiser, bimensalão, trimestralão, mas essas transferências constantes de recursos para alugar os partidos da base aliada tinham de acabar.



Última acusação do honrado Relator baiano, o campeão da ética, o primo da D. Carmen. Já que ele é o campeão da ética, permito-me contar aqui certa passagem. Seu Carneiro não vai zangar se eu contar. Ele, numa só noite, deu uma canetada, quando Chefe da Casa Civil do Governo João Durval, e contratou 16 mil pessoas, entre elas a prima da D. Carmen, uma cabo eleitoral dele em Feira de Santana, na Bahia. Ele escreveu isso no papel, e o jornalista do *Diário Oficial*, que devia ser do PT, espírito de porco, publicou.

Então, ele ficou conhecido na Bahia como o primo da D. Carmen. E vem aqui com essa conversa de ético. Dezesseis mil numa canetada só, um assalto aos cofres da Bahia, mas se vestiu com aquela capa de cordeiro. A alma é do lobo — *sheep*, em inglês; *wolf*, em alemão. (*Risos.*) Só que ele deveria ter pesquisado, porque quem manda no IRB é a turma da Interbrasil.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - A Presidência prorroga o tempo de V.Exa. por 10 minutos. A Casa quer ouvi-lo. (*Palmas.*)

O SR. ROBERTO JEFFERSON - O Deputado Jairo Carneiro deveria ter visto que os interesses do IRB não são do PTB. Quando o ex-Presidente do IRB procurou o Sr. José Carlos Martinez, Presidente do partido, ofereceu formar um grupo de *brokers* para ajudar por dentro o meu partido. Confesso isso porque foi algo legal, não foi caixa dois da Interbrasil para eleição de Goiânia, como está sendo denunciado hoje e que o Relator não sabia. Foi algo correto, e o ex-Presidente do IRB já falou à Polícia Federal, ao Ministério Público. Em momento nenhum, ele afirma ter sido chantageado ou pressionado pelo PTB para praticar irregularidade à frente daquele órgão.



O Relator, vendo que seu relatório se desmanchava como uma pilha de açúcar em que se joga um jarro de água, tentou apelar para todos os lados para ter sustentação, fugindo da denúncia que me moveu o Presidente do PL, Deputado Valdemar Costa Neto. Ele disse que eu menti quando denunciei o mensalão. O resto das acusações que não constavam da denúncia... E eu falo para um Parlamento que faz leis, o que não é da denúncia não é competência do julgamento. Ele foi aditando, sem abrir prazo à defesa, e ainda achou que podia ficar zangado quando o Dr. Barbosa lhe disse que era um atitude fascista. É fascista e indigna da democracia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo do Presidente Lula promoveu — e este é o Governo mais corrupto que testemunhei nos meus 23 anos de mandato — o mais escandaloso processo de aluguel de Parlamentar. Escolheu o Ministro José Dirceu como uma espécie de Jeany Mary Corner (*risos*), o rufião do Planalto, para alugar prostitutas, o que ele entendia poder fazer na Câmara dos Deputados. Tratou esta Casa como se fosse um prostíbulo. Aliás, sempre conversou nesse sentido. As conversas com ele sempre começavam nesse nível, as festas, para depois ficar na ante-sala do Presidente, do jeito que ele queria conduzir, de maneira anti-republicana.

Não acuso o Presidente Lula de participar de desonestidade. Ele é como José Genoíno. Ontem, assisti ao José Genoíno na CPMI. Ele assinou contrato de empréstimo de 17 milhões de reais, outro de 2 milhões de reais, mas não leu. (*Risos.*) Houve o acordo político-financeiro com todos os partidos da base — o meu, em especial, tratei com ele diretamente —, mas ele não se lembra e não fez. O Presidente Lula é uma espécie de Genoíno na Presidência da República, não sabe o que lê, não sabe o que assina, não sabe o que faz. Ele é o Genoíno do Planalto, e



deu a mãos erradas, a Luiz Gushiken e José Dirceu, a confiança que o povo do Brasil depositou nele. Errou.

O meu conceito do Presidente Lula é que ele é malandro, preguiçoso. Não sei se já chegou da Guatemala. O negócio dele é passear de avião. De governar que é bom, ele não gosta. E delegou. E essa cúpula... Esconderam debaixo da saia da Chefe da Casa Civil o Gushiken, o José Dirceu já mandaram para cá. Essa cúpula desonrou a confiança que lhe foi depositada pelo Presidente Lula. Se ele não praticou o crime por ação, pelo menos por omissão.

Ao ler hoje o primeiro capítulo de *A Guerra de Tróia*, lembrei de Éris, a Deusa da Discórdia. O Governo fez isso com a base aliada. Foi ao pomar, escreveu num pomo, numa maçã "*À mais bela*" e jogou-a entre nós, os partidos. E fez aqui na Casa o conflito, como se fôssemos valhacouto de corruptos. Estamos numa guerra fratricida entre nós quando a corrupção está na praça do lado de lá. De lá partiu a corrupção. De lá! (*Palmas e apupos nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - A Presidência determina à segurança que, na próxima intervenção, faça esvaziar as galerias.

Tem V.Exa. a palavra, nobre Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - A corrupção partiu de lá. As ligações do Sr. Marcos Valério são para o gabinete do Presidente também: 111. Ontem, estive aqui a D. Katia, Presidente do Banco Rural. Foi levada pelo Marcos Valério 3 vezes à presença do Sr. José Dirceu. O Sr. José Dirceu levou os empresários portugueses do Banco do Espírito Santo, da Portugal Telecom, e mandou para lá o Marcos Valério como embaixador do Governo brasileiro junto a esses interesses em Portugal.



Sr. Presidente, jamais fiz — e aqui tenho velhos companheiros ao meu lado — desta tribuna a tribuna do libelo. Deixei sempre isso para o PT. Nunca fiz escada na desgraça alheia para poder crescer como Parlamentar. Não sou como o Genoíno, que vi sustentando aqui libelos gravíssimos contra os companheiros e que ontem, de rabinho entre as pernas, disse: *"Não vi, não li. Se assinei, não sei"*. Mentiu descaradamente ao Brasil lá na CPMI.

O PT não tem projeto de governo. Quero dizer o PT nesse Campo Majoritário e essa cúpula que assaltou o Brasil. Rato magro. Quem nunca comeu mel quando come se lambuza. Rato magro. PC Farias é aprendiz de feiticeiro ante essa gente que assaltou o Brasil. Rato magro. Mas nunca bati no peito para dizer que sou o paladino da ética e o campeão olímpico da moralidade.

Os que vituperavam isso do lado de lá hoje não têm coragem de olhar nos olhos da Nação porque todo fariseu, todo farsante impreca culpa ao adversário como se fosse um biombo para esconder seus defeitos.

E o PT fez isso a vida inteira. Recordo-me dos ódios que vivíamos no plenário, quase as vias de fato, contra a política econômica do Malan, do Fernando Henrique. Hoje, a política é a mesma. Ou mais ortodoxa.

Rasgaram o discurso da política econômica, e a única coisa que o nosso Presidente Lula sustenta é que a política econômica está dando certo. E a social que os proxenetas de partido, os rufiões de sonhos, os cafetões da dignidade do Congresso ofereceram ao povo do Brasil? Onde está? Ética, moralidade, o PT não rouba e não deixa roubar. Ouvi isso da cúpula do partido. Rouba, mas rouba sozinho. E rouba muito.



O rei está ficando sozinho no tabuleiro. Já queimou os peões, está perdendo a base, está queimando as torres, os cavalos, os bispos. Não duvido da mão do Governo empurrando para o pelotão de fuzilamento o Severino, porque não acredite o PP que o PT, quando elogia, está dando a mão. Vivi esse processo lá em casa: o Presidente Lula me elogiando e o Zé Dirceu cravando a faca nas minhas costas. Um me alisava e o outro me espancava.

Não creiam que o PT faz isso porque o PT não tem amor. Só tem da cabeça para cima. Não tem solidariedade, fraternidade, amizade. Não sabe o que é isso. Usam-nos como uma laranja: chupam o caldo e escarram o bagaço.

Aliás, sempre disse isso ao meu partido. É que fui voto vencido. Disse sempre à minha bancada: “Não vamos confiar nessa gente. Essa gente não merece nossa confiança, nem nossa consideração. Essa gente não tem afeto, nem amor. Essa gente não ama o ser humano. Eles amam uma abstração jurídica, que é um Estado ideal que eles sonham, e odeiam todo ser humano que se conflita com esse ideal de Estado que nutrem no seu coração e embalam”.

Rufiões da Pátria! Proxenetas do Parlamento! Rolaram entre nós a maçã envenenada, e estamos aqui.

Ontem, vi todo o mundo de braço dado dizendo: “*Vamos destruir o Severino*”. Amanhã, “*vamos destruir o Roberto Freire*”. Depois, “*vamos destruir o Gabeira*”.

A coisa está assim entre nós. E a turma que financiou isso vai ficar de fora? Tem Ministro que recebeu mensalão. Crime administrativo claro. Eles não vêm depor na CPMI, não são pesquisados, não são confrontados, e a culpa é só nossa. Somos a Geni do Brasil.



O Marcos Valério era empregado da Câmara? Trabalhava para nós? Trabalhava para os Parlamentares? Não. Coagia em nome do Governo e do partido do Governo.

Sr. Presidente, temos que atravessar a Praça. Temos que ir ao Palácio do Planalto fazer a investigação que precisa ser feita. Essa é a resposta que o povo do Brasil quer de nós.

Por que sacrificar mandato parlamentar? Já vi tantas vezes isso! É sempre um esquema. Quem vamos cassar? É como são essas CPIs aqui. Vamos fazer um acordão aqui, vamos pegar uma cabeça grande, vamos dar o Roberto Jefferson, o Zé Dirceu, vamos ver por baixo quem a gente dá. Foram sempre assim as CPIs nesta Casa. E a gente encerra.

Mas o Parlamento não pode sair de joelhos disso. Quando fui eleito Deputado Federal, ganhava líquido 11 mil dólares, em torno de 30 mil reais por mês. Isso em 1982. Hoje, um Deputado ganha 8 mil reais. Trinta mil é a diferença do mensalão. E essa elite que paga a mídia nos coloca de joelhos para isto: para que não tenhamos independência para votar contra eles.

Lembro-me dos discursos contra os decretos-lei da ditadura militar. Jesus, nem os generais ousaram tanto com o decreto-lei como fazem com a medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Nobre Deputado Roberto Jefferson, o momento é grave e a Mesa já concedeu a V.Exa. 39 minutos. Peço que conclua.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, a medida provisória desmoraliza a Casa. O que fazemos todo dia é referendar medida provisória. O



processo legislativo não nos pertence mais. Vivemos o humor dos técnicos do Ministério da Fazenda ou do Banco Central. Todos os dias, chega medida provisória nesta Casa, que está se ajoelhando, que está se agachando.

Pegamos a maça envenenada que o Governo colocou no meio da mesa dos deuses, porque aqui não tem índio, só tem cacique, e estamos vivendo uma hora fratricida.

Cumpri minha missão. Não arredo uma vírgula do que disse, nem mudo uma palavra do que já falei. Quero dizer aos meus companheiros e às minhas companheiras que essa luta, de maneira sórdida, foi colocada entre nós. Queima o Severino, o Maluf, o Roberto Jefferson, o Janene, o Pedro Corrêa. Vamos queimando, mas não estamos puxando a barba do bode. Temos que puxar a barba do bode para mostrar onde está o DNA da corrupção que desgastou a imagem do Congresso Nacional.

Encerro, Sr. Presidente, agradecendo a V.Exa. a oportunidade que me deu, à Mesa, aos companheiros de partido.

Entrego meu mandato nas mãos de V.Exas. Há 23 anos, sou Deputado Federal. Confesso que estou um pouco cansado. Mas honrei o Parlamento. Todos os dias, investigam minha vida e não conseguem colocar nada nos jornais que possa ferir minha honra. Não tenho conta no exterior, não tenho patrimônio acima da minha renda. Todos os dias, eles me investigam e não conseguem fazer uma acusação contra minha honra e minha dignidade.

Se tiver de sair daqui, saio de cabeça erguida, com o sentimento da missão cumprida, Laurinha.



Tirei a roupa do rei, mostrei ao Brasil quem são esses fariseus (*palmas*), mostrei ao Brasil o que é o Governo Lula, mostrei ao Brasil o que é o Campo Majoritário do PT.

Muito obrigado aos senhores pela paciência de me ouvir. (*Palmas prolongadas.*)



O SR. RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com todo o respeito e a admiração que tenho pelo Deputado Roberto Jefferson, quero dizer que o PFL tem orgulho do Relator do processo, o Deputado Jairo Carneiro, e o apóia sempre.



O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de saber qual será a seqüência dos trabalhos e se V.Exa. conseguirá conduzir os trabalhos com esta forma de orientação de tempo para todos os oradores que vão usar a tribuna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Nobre Líder do PT, informo a V.Exa. e à Casa o que fizemos aqui. Estamos julgando um mandato parlamentar, e a Mesa tem de ter o mínimo de sensibilidade para assegurar a defesa, e o fará com qualquer acusado.

Esclareço a V.Exa. que o nobre Deputado Jairo Carneiro usou a tribuna por 34 minutos, os advogados do Deputado Roberto Jefferson, por 36, e o nobre Deputado Roberto Jefferson, por 41 minutos. Se excedi, perdoe-me V.Exa. por 5 minutos a mais concedidos ao Deputado Roberto Jefferson.

Vou responder às perguntas de V.Exa. Expliquei o procedimento no início da sessão e terei o máximo prazer em repeti-lo, pedindo atenção à Casa.

Vamos iniciar a discussão, que se opera na forma normal de todas as sessões: sucedem-se oradores contra e a favor do relatório do nobre Deputado Jairo Carneiro, com o prazo de 3 minutos cada um. Há uma série de oradores inscritos para falar. A Presidência cumprirá o Regimento Interno e toma a seguinte decisão: depois de 3 minutos, o microfone será automaticamente desligado, e a Presidência não renovará o tempo. Faço isso por solicitação do Líder. Serão 3 minutos e,



automaticamente, o microfone será desligado, não haverá privilégio para ninguém.

Pergunto se atende à expectativa de V.Exa.

O SR. HENRIQUE FONTANA - E o processo de votação, Sr. Presidente, de que forma será feito?

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Peço aos Srs. Deputados que escutem a resposta, até porque, fatalmente, mais à frente perguntarão de novo.

Há oradores inscritos, e não posso atropelar a lista de inscrições. Salvo se S.Exas. desistirem.

(Manifestações do Plenário.)

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Nobre Líder do PT, encerrada a discussão, explicarei detalhadamente a V.Exa. e à Casa o processo de votação, até para ganharmos tempo.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, proponho a V.Exa. um pacto. Por isso é importante que V.Exa. apresente o formato que planeja executar.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Deputado Henrique Fontana, atenderei o pedido de V.Exa.

Há no plenário duas cabinas de votação: uma à direita e outra à esquerda. Direi quem são os Deputados de cada Estado que se dirigirão a uma ou a outra. Colheremos os votos e, logo em seguida, faremos a apuração cédula por cédula.

O processo de inscrição é o regimental: 3 minutos para cada um. Acabei de pronunciar que não haverá prorrogação do tempo a nenhum título. O microfone vai desligar automaticamente, e concederei a palavra ao orador seguinte.

É a decisão da Mesa.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Há oradores inscritos.

Para falar contrariamente ao parecer, concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Marquezelli, pelo prazo de 3 minutos.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, abro mão, porque a manifestação do Deputado me satisfaz.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Deputado Nelson Marquezelli, a Presidência recolhe a manifestação de V.Exa. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Antonio Fleury, que falará contra a matéria. S.Exa. tem o prazo de 3 minutos.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou procurar fazer uma síntese em 3 minutos. Parece-me muito grave a conclusão do relatório quando diz que o Deputado Roberto Jefferson não comprovou a participação dos Deputados que citou no esquema do mensalão. Isso significa, Sr. Presidente, abrimos mão da maior garantia que temos para o exercício do mandato, que é exatamente a imunidade material, segundo a qual Deputados e Senadores são invioláveis civil e penalmente por qualquer opinião, palavra e voto. Não se exige do Parlamentar, ao formular opinião ou criticar alguém, que demonstre a veracidade da afirmação. Vejam os senhores que, se aceitarmos essa conclusão, teremos de provar toda e qualquer denúncia que fizermos.

Faço um alerta a todos: se for aceita essa tese, não poderemos subir à tribuna para denunciar irregularidades praticadas por Presidente da República, por Ministros, Governadores, Prefeitos, uma vez que a cada denúncia o Deputado estará obrigado a apresentar ao Conselho de Ética provas sobre o que falou. Será que não serão mais suficientes indícios ou informações? Vamos nos autolimitar e abrir mão da nossa imunidade material?

Sras. e Srs. Deputados, gostaria de lembrá-los de que há 37 anos esta Casa decidiu enfrentar o regime militar para garantir a imunidade material, a palavra livre do Deputado Márcio Moreira Alves.

Não transformemos este episódio num novo Ato Institucional nº 5, criando regras que silenciem o Congresso Nacional. Não podemos abrir mão da nossa



prerrogativa de falar, de ter nossa opinião respeitada. Não temos de ser censurados. Não temos de ficar à mercê do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que poderá amanhã exigir a prova. Não temos de provar, nós somos invioláveis. Se for leviana a acusação, aí sim, mas, não sendo, nós temos de assegurar o direito da imunidade material.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Concedo a palavra ao nobre Deputado João Fontes, que falará a favor da matéria.

O SR. JOÃO FONTES (PDT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, essa briga não é de Spartacus e Tróia, no meio dela não há o amor de Helena e de Péricles, talvez haja o amor de Jeany, que apareceu ao longo dessa história.

Acompanho desde o dia 17 de maio a primeira defesa do Deputado Roberto Jefferson nesta Casa. É claro que S.Exa. é bom advogado, bom orador, mas sua defesa é totalmente contraditória. Todo o Brasil se lembra, desde o primeiro momento neste plenário, passando pelo Conselho de Ética e pelas CPIs, que talvez não tenhamos instaurado o processo de *impeachment* daquele que começou esse processo de corrupção, porque o Deputado Roberto Jefferson insistia em dizer que o Presidente Lula era inocente. Quem começou este processo, denunciando o Presidente do PL, o Presidente do PP e seus Líderes foi o Deputado Roberto Jefferson. Agora não adianta dizer que os Deputados se digladiam. A sociedade quer expurgar desta Casa aqueles que foram encantados pela corrupção que, na verdade, começou no Palácio do Planalto, mas chegou a esta Casa e comprou votos contra os interesses do Brasil e dos brasileiros.

O Deputado Roberto Jefferson não é nenhum mocinho, participou dessa quadrilha, deu sustentação, como base, a este Governo corrupto. O Deputado Roberto Jefferson fez acordo com o PT no valor de 20 milhões de reais. Talvez tenha os seus interesses contrariados, porque o PT não pagou todas as parcelas.



O Deputado Roberto Jefferson está impedindo que cassemos mais Parlamentares, porque não diz a quem distribuiu os valores recebidos pelo PTB e, depois, pelo PL e pelo PP.

O Deputado Roberto Jefferson deverá ser cassado não só pelas argumentações de que existem falhas no parecer, mas porque, na realidade, merece ser cassado.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Concedo a palavra ao nobre Deputado José Múcio Monteiro, que falará contra a matéria.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO (PTB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, este é um momento delicado para a Casa. Todos, sem exceção, encontram-se sob a suspeita da sociedade. Somos reféns da decepção e da desesperança. Todos os olhares voltados para esta Casa oscilam entre a desconfiança e o ceticismo. Vivemos uma crise que transcende partidos, atropela alianças e desconhece coligações. Enganam-se aqueles que imaginam que a condenação isolada, personalizada e individual será suficiente para aplacar o sentimento da sociedade.

Coube ao Deputado Roberto Jefferson, com coragem e determinação, ferido na sua honra de cidadão, materializar toda a sua indignação e trazer à tona para a sociedade práticas sabidamente existentes e hipocritamente dissimuladas. Quem aqui nunca ouviu falar em caixa dois? Criação do Parlamento? Criação dos médicos? Criação dos dentistas? Criação dos vendedores e compradores de imóveis? Não. Filho da maior carga tributária que existe no Planeta. Nenhum dos senhores políticos, Vereadores, Prefeitos, qualquer Parlamentar, ouviu falar em caixa dois? Trazer esta discussão à tona é discutir a hipocrisia.

O Deputado Roberto Jefferson mentiu? Como mentiu, se uma dezena de Ministros foi trocada ou substituída! O Deputado Roberto Jefferson mentiu? Como mentiu, se uma dezena de Diretores de estatais foi trocada! O Deputado Roberto Jefferson mentiu? Como mentiu, se a direção do maior partido desta Casa trocou a sua executiva! Como mentiu, se foram instaladas 3 CPIs, e suas conclusões estão para ser votadas!



Temos uma oportunidade rara: cassar o Deputado Roberto Jefferson, que contribuiu, que contou o que ouvíamos falar e muitos sabiam. E o silêncio dos inocentes? Havia inocentes ou havia os que não tiveram a sua coragem, que foi mostrar à sociedade o que nós, de certa forma, sabíamos ou tínhamos ouvido falar? Não é simplesmente cassando companheiros, trazendo para cá uma quota para aplacar o desejo da sociedade, que vamos limpar a nossa honra. Precisamos mais do que cassações, precisamos de mudança de hábitos e de práticas.

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Peço desculpas ao Deputado José Múcio Monteiro, mas a regra vale para todos.



O SR. PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (PFL-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. não poderia dar início ao processo de votação enquanto os Deputados discutem a matéria?

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - A Mesa esclarece aos Srs. Parlamentares que esta é uma sessão importante e o período da discussão diz respeito à formação do juízo dos Parlamentares. Portanto, vamos lhe dar a solenidade que ela merece.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Chico Alencar, que falará a favor da matéria.

O SR. CHICO ALENCAR (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente desta sessão, sobre o qual não pairam suspeitas de receber mensalinho ou mensalão, Sras. e Srs. Deputados, não se está aqui discutindo a veracidade das denúncias do Deputado Roberto Jefferson, muitas das quais se mostraram verazes e por isso estão merecendo apuração rigorosa.

O que se está discutindo é por que S.Exa., durante tanto tempo, omitiu os esquemas dos quais tinha conhecimento. É porque tinha participação neles. S.Exa disse no Conselho no Ética — que não é um órgão qualquer, é uma expressão da Casa, que obedece ao nosso código, que não é o Penal, é o de Ética e de Decoro Parlamentar — o seguinte: *“Em política a gente tenta ajeitar as coisas até quando não dá mais”*. Este é o primeiro de uma série de processos disciplinares que têm de acontecer na Casa, à luz do dever do Parlamento, que é o de combater a corrupção sistêmica, crônica e larvar da sociedade brasileira, que não foi inventada nem pelo PT nem pelo atual Governo, mas que chegou até nós, em muitos aspectos, lamentavelmente.

Contestamos a falácia de que não houve direito de defesa — ela se manifestou no dobro do tempo da relatoria. Questionamos a forma como o Deputado, com sua oratória famosa e novelesca, ataca colegas. Chama um de prostituto, outro de ter dado trambique na Bahia e outro de ser rufião, chama ainda todos os Parlamentares de covardes. S.Exa. disse no Conselho: *“Esta Casa é covarde, esta Casa não enfrentará os problemas”*. Vamos enfrentá-los, sim.



O Deputado elogiava o Presidente Lula, hoje começa a dizer, com uma eiva de preconceito, que o homem é preguiçoso, está passeando na Guatemala. Isso não é crítica digna de um Parlamentar de oposição. Menos mal que, reconhecendo que apesar — volto a dizer — das denúncias importantes que fez, como um sócio contrariado de um esquema e não como herói, já fez o discurso de despedida, citando o tataravô, o bisavô e até o filho, que acumulou — salvo melhor juízo e resposta que a Câmara deve à sociedade —, o cargo de assessor do Prefeito atual de Belém com o de assessor desta Casa durante 2 meses e meio. Isso não é exemplo de probidade.

O direito de defesa S.Exa. exerceria também durante as 38 últimas sessões, às quais não compareceu, mas por elas recebeu como “missão oficial autorizada”. Todos nós temos uma missão, independentemente de partido, de fazer um julgamento sereno, justo e correto.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Gadelha, que falará contra a matéria.

O SR. MARCONDES GADELHA (PTB-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, a pergunta que não quer calar e que, neste momento, perpassa corações e mentes de todos os brasileiros, do Oiapoque ao Chuí, é esta: deve ser punido alguém por ter exposto a verdade com todas as forças da alma, sem rebuços e sem meia voz?

Deve ser banido da vida pública um Parlamentar que, para além da imunidade material, abraçou sua responsabilidade social, denunciando as malas-artes da corrupção, suas patranhas, suas manigâncias?

Deve ser castigada a mão libertária que lancetou esse tumor, que marcou historicamente a civilização brasileira e deixou vazar toda sânie, toda podridão, todo miasma que suga suas forças e o ameaça como inimigo oculto insidioso e solerte?

Sr. Presidente, a corrupção no Brasil é endêmica, histórica, atemporal, universal e ubíqua. Já no Colônia, Padre Antônio Vieira desesperava-se no seu Sermão do Bom Ladrão falando sobre os modos com que se roubava no presente, no indicativo, no subjuntivo, no pretérito e como se roubaria no futuro. No início da República Velha, Rui Barbosa falava que, de tanto ver prosperar as nulidades, o homem sentia vergonha de ser honesto. Há dez anos, a consciência crítica deste País ficou chocada com um jovem líder que se deixou macular e se arrastar num mar de lama, seguindo uma tradição sem remédio.

Pela primeira vez na história, esta geração tem a oportunidade de passar este País a limpo: uma catarse nacional formou-se em torno das denúncias do Deputado Roberto Jefferson. Se é ríspida sua palavra, se são maus seus modos, não importa,



sem eles não teria emergido das sombras esse rasputin chamado Marcos Valério, que, nas barbas de todos nós, manipulava o poder, manipulava as instituições...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Peço desculpas ao Deputado Marcondes Gadelha, mas a regra estabelece 3 minutos para cada orador. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado Babá, terceiro orador, que falará a favor da matéria.

O SR. BABÁ (Sem Partido-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, companheiros trabalhadores, nós, do P-SOL, vamos votar pela cassação de Roberto Jefferson, não por causa da denúncia do mensalão, que está comprovada — e ainda há muitos Parlamentares a serem cassados por esse escândalo —, mas pela sua própria auto-incriminação de ter recebido 4 milhões desse esquema vergonhosamente montado no Palácio do Planalto para comprar partidos e Parlamentares desta Casa para votarem leis de interesse do grande capital, do Fundo Monetário Internacional, que Lula segue à risca — Lei de Falência, reforma da Previdência.

Esta Câmara está distante do povo, vota contra ele e obviamente não o representa. Isso está comprovado nas pesquisas. Deixamos evidente que votamos pela cassação de Roberto Jefferson. Mas também temos clareza de que a acusação que recai sobre Severino Cavalcanti é mais uma dentre as apresentadas a esta Casa.

Lula, não esqueçamos, deu cheque em branco para Roberto Jefferson, apoiou Severino Cavalcanti e comandou um escândalo de corrupção brutal do Palácio do Planalto, com José Dirceu aplicando uma política para comprar centenas de Parlamentares desta Casa.

Por isso mesmo, afirmamos aqui que a única autoridade que existe hoje para decidir os destinos do Congresso Nacional e da própria Presidência da República é o povo — o povo que os elegeu —, porque o Parlamento não tem moral para votar o



impeachment do Presidente, que o merece. O povo, na verdade, precisa ser chamado a essa responsabilidade.

Vamos apresentar uma proposta de emenda à Constituição que dá ao povo o direito não apenas de votar, mas também de “deseleger”, por meio de plebiscito. Os detentores de mandatos públicos passam 4 anos roubando o Erário: passa Lula e engana a população; passa Roberto Jefferson, que recebeu 4 milhões e não sabe onde foi parar o dinheiro.

Por isso solicitamos a todos os Parlamentares desta Casa que assinem o requerimento, para que possamos apresentar a PEC, para que seja votada, aprovada e sancionada, para que o povo brasileiro tenha o destino desta Nação e possa dizer se quer que Lula fique ou não, se quer que os integrantes do Congresso sejam mantidos ou não. Só o povo tem moral para fazer isso hoje.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - A Presidência agradece aos companheiros a maneira como se têm portado, permitindo que a sessão flua no ritmo necessário.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos do art. 178, § 2º, combinado com o art. 117, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o encerramento da discussão da Representação nº 28”.

O requerimento é assinado pelos nobres Líderes do PT, PFL, PTB, PSDB e outros que dão ampla sustentação ao requerimento.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Em votação o requerimento.

Para encaminhar, concedo a palavra à nobre Deputada Luciana Genro, que falará contra o requerimento. S.Exa. disporá de 3 minutos.

A SRA. LUCIANA GENRO (Sem Partido-RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil assiste estarrecido a este espetáculo: o 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados tem de presidir a sessão porque o Presidente é corrupto, recebe mensalinho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o acusado, Deputado Roberto Jefferson, réu confesso, tenta passar por paladino da moralidade; o Relator, que o acusa, tenta nos convencer de que não existe mensalão, quando o Brasil inteiro sabe que o Governo subornou partidos e Parlamentares. Para completar, o PT, que quer a cassação de Roberto Jefferson, tenta salvar seus Deputados por meio de liminar concedida pelo Presidente do STF, que tenta se cacifar para ser candidato a Vice-Presidente da República ao lado de Lula.

Essa é a realidade do Brasil, que demonstra que a República está podre. E o povo brasileiro que assiste a esta sessão se questiona: qual é a saída? Cassar Roberto Jefferson e os demais Parlamentares? Sim, essa é uma necessidade. Mas não basta, é preciso recuperar a República brasileira.

Nossa democracia é uma falácia, permite verdadeiros estelionatos eleitorais, que nos levam à realidade que estamos vivendo, com um Governo que se elegeu com o compromisso da mudança, da ética, da transformação, da defesa dos pobres e dos trabalhadores, e que se transformou num Governo corrupto, representante dos interesses do grande capital e dos banqueiros, governando junto com as elites mais



podres que existem no País, com as oligarquias, representadas pelos partidos que deram sustentação a Fernando Collor, a Fernando Henrique.

É preciso recriar a democracia brasileira e lutar por uma verdadeira democracia, em que os mandatos em cargos eletivos sejam revogáveis, em que o povo possa opinar sobre os destinos do Governo e do País, por meio de plebiscitos, em que se termine com o financiamento privado das campanhas eleitorais.

Se a CPI não investigar quem forneceu dinheiro para Marcos Valério, é porque vai continuar o financiamento privado, e os que investigam hoje amanhã vão pedir dinheiro, lícito ou ilícito, para financiar suas campanhas milionárias aos marqueteiros milionários que transformam os candidatos em produtos para serem vendidos aos consumidores. Esta é uma democracia fraudada pelo poder econômico, pela manipulação dos grandes meios de comunicação.

Por isso dizemos “sim” à cassação dos Deputados e “sim” a uma verdadeira democracia, pela qual temos de votar...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - A Presidência pede desculpa à nobre Deputada Luciana Genro, mas a regra determina 3 minutos para cada orador.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Está em votação o requerimento de encerramento da discussão.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

APROVADO.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - A Presidência pede a atenção de V.Exas.

Vou fazer a leitura, pausada, do processo de votação, para que cada um tenha conhecimento.

De antemão, quero dizer que a sociedade que nos acompanha assiste a uma sessão ordeira, democrática e, sem dúvida alguma, compatível com os desejos da Câmara dos Deputados.

Encerrada a discussão, iniciaremos o processo de votação, que será secreto, conforme determinam a Constituição e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Esclareço que o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é pela procedência da representação contra o Deputado Roberto Jefferson.

Há no plenário duas cabines de votação: uma, à minha direita, destinada aos Srs. Deputados e Deputadas dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A outra, à minha esquerda, destinada aos Srs. Deputados e Deputadas dos Estados de Roraima, Amapá, Pará, Amazonas, Rondônia, Acre, Tocantins, Maranhão, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal.

Há 3 opções de voto: “sim”, “não” e “abstenção”. Ao votar “sim”, o Parlamentar estará votando pela aprovação do parecer, ou seja, pela perda de mandato do Deputado Roberto Jefferson. Repito: “sim” é pela perda de mandato. Ao votar “não”, o Deputado estará votando pela rejeição do parecer, ou seja, pela absolvição.



Vale ressaltar que, para a perda do mandato, em votação secreta, será necessário o voto da maioria absoluta dos membros da Casa, ou seja, no mínimo 257 votos “sim” ao parecer.

Se houver cédulas divergentes no mesmo envelope, o voto será considerado nulo.

Os votos repetidos, no mesmo envelope, serão contados como 1 voto. O envelope sem voto será considerado voto branco. Os votos brancos contam para efeito do *quorum* de deliberação. Os votos nulos não são considerados para efeito do *quorum* de deliberação.

Com essas explicações, autorizo o início da votação.

Está iniciada a votação.



O SR. NELSON MARQUEZELLI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, qual o prazo de votação? Uma hora?

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Responderei a V.Exa. oportunamente.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Renato Casagrande, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSB.

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB-ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o início desta crise pela qual estamos passando se deu com o vídeo do Sr. Maurício Marinho, o que causou denúncias do Deputado Roberto Jefferson. Nós, do PSB, reconhecemos, nesta Casa, que essas denúncias fizeram com que pudéssemos chegar a esse ponto de apuração, investigando diversos órgãos públicos, diversas lideranças e partidos políticos. Então, de fato, esse momento que estamos vivendo hoje caracteriza o que tivemos no início desta crise.

Portanto, a responsabilidade desta Casa é muito grande, porque precisamos começar efetivamente a dar uma resposta à sociedade brasileira.

Nessa visão, naturalmente, o Partido Socialista Brasileiro votará, apesar de ser votação secreta, “sim”, pelo parecer do Conselho de Ética.

Depois de ouvir o Deputado Roberto Jefferson precisamos fazer pelo menos uma correção no seu discurso. S.Exa. fez menção ao Ministro Ciro Gomes e ao seu ex-Secretário-Executivo Márcio Lacerda, só para informar que todas as investigações foram feitas. Ele, que já não é mais Secretário-Executivo, não recebeu nenhum recurso do Sr. Marcos Valério. Os pagamentos de ordem bancária e a conta de campanha do segundo turno das eleições do Presidente Lula foram feitos sem o envolvimento do Sr. Márcio Lacerda e, conseqüentemente, do Sr. Ministro Ciro Gomes.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Nelson Marquezelli.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimento V.Exa. pela condução dos trabalhos, feita serenamente, com muita presença de espírito e, acima de tudo, com muita competência. V.Exa. tem dado um exemplo a todos nós de como conduzir os destinos da Câmara Federal.

Abri mão da minha fala logo após o pronunciamento do Deputado Roberto Jefferson, do PTB, justamente para colaborar com os trabalhos sob a presidência de V.Exa.

S.Exa. falou para esta Casa com o coração. Isso é importante para todos nós. Desde o começo das acusações contra a pessoa de Roberto Jefferson, sempre defendi que o Parlamentar tem de ter a garantia da palavra e dos atos que fazem com que seja representante no Congresso Nacional. Vi desta tribuna muitos Parlamentares. No passado, vi Ulysses Guimarães, Luis Eduardo Magalhães, companheiros que usaram a tribuna para desempenhar bem seus mandatos, representando seu povo, seu Estado e fazendo uma boa política para o Brasil.

Sr. Presidente, fiz um bom trabalho na Liderança do PTB. Ao lado do Deputado Roberto Jefferson, durante aproximadamente os 18 anos em que convivemos, sempre vi em S.Exa. um dos melhores baluartes da democracia, sempre defendendo com justiça, caráter e personalidade o Congresso Nacional e a Câmara dos Deputados, em particular.

Por motivos vitais abri mão da minha fala no momento de encaminhar a votação. Eu o faço agora, com o seu consentimento, para que os pares saibam a



minha posição, para que possamos fazer com que S.Exa. continue a representar nesta Casa o povo do Rio de Janeiro e do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. INÁCIO ARRUDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo fazer uma comunicação ao Plenário e, especialmente, ao Estado do Ceará. O Supremo Tribunal Federal acaba de acolher ação direta de inconstitucionalidade, impetrada pelo Partido Comunista do Brasil e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito, visando suspender o leilão que privatizaria o Banco do Estado do Ceará. Foi utilizado o argumento de que o leilão não poderia ser realizado vinculando a conta do Estado do Ceará ao banco privatizado. Trata-se de importante decisão não só para o meu Estado, mas para o País, pois se cria jurisprudência sobre a questão.

Muito obrigado.



O SR. JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JAIRO CARNEIRO (PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ilustres Sras. e Srs. Deputados, não vou fazer discurso, mas não poderia deixar de ocupar a tribuna em respeito a esta Casa e a mim mesmo.

Não vou responder à nota da infâmia. Sou um cidadão de modos simples, de vida modesta, cujo maior patrimônio é a dignidade.

Estou há mais de 34 anos na vida pública: 19, no exercício de mandato de Deputado Federal, e a outra parte, no desempenho de funções executivas em diversos órgãos e cargos na administração pública do Estado da Bahia.

De homens de bem, honrados, da minha terra natal, Feira de Santana, e de toda a Bahia, sempre tenho recebido gestos de carinho e respeito; de celerados ou bandidos, nunca recebi ofensa. Essa foi a primeira, mas não respondo à nota da infâmia.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Henrique Fontana, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, cumprimento todo o Plenário, em especial o Partido dos Trabalhadores, ao qual agradeço a confiança que recebi para ser Líder da bancada. Com toda franqueza, preferiria que a minha primeira sessão ordinária como Líder não fosse destinada à cassação de mandato. Mas a política é como é, e temos de passar por todos os momentos.

Quero dizer a todos os Parlamentares desta Casa, a todos os Líderes, que o nosso objetivo sempre será — por meio do diálogo e da negociação franca — encontrar os melhores caminhos para que possamos sair desta crise em que estamos imergidos.

Ouvi com atenção o Deputado Roberto Jefferson que usa, mais uma vez, o seu velho estilo, que mistura agressividade, teatralidade e a tentativa de intimidação com falta de educação. S.Exa. falou menos sobre os fatos e mais sobre algumas agressões. Na verdade, uma das principais denúncias que fez a este Parlamento foi a que, de forma absolutamente generalizada, colocou todos nós no banco dos réus. Quantos responderam, ao longo dos últimos 90 dias, como se fossem recebedores de mensalão? Quantos responderam pela crítica generalizada que o Deputado Roberto Jefferson fez de maneira absolutamente irresponsável?

Hoje, S.Exa. disse novamente — aliás, espero que seja seu último discurso neste Parlamento — e fez a seguinte proposta: *“Nós, aqui no Parlamento; eles lá, no Poder Executivo”*. E ainda: *“Nós todos estamos sendo envolvidos numa mesma história”*.



Nós não, Deputado Roberto Jefferson. Se V.Exa. se envolveu com coisas espúrias, se V.Exa. assumiu publicamente que fazia indicações para funções nas estatais e pedia dinheiro aos indicados, como se isso fosse normal, não concordamos com isso. Não concordamos com a generalização. Entendemos que para punir alguém é preciso um processo legal, apresentar provas, fazer como estamos fazendo hoje. Este é, sim, o momento para julgar o Parlamentar.

Não temos satisfação neste momento. Não vamos fazer como o Deputado Roberto Jefferson, que disse ter sentimentos primitivos em determinadas circunstâncias. Queremos falar de democracia, do papel do Parlamento. Se temos erros, se ilegalidades ocorrem, como democratas temos que sempre dizer: o pior que pode acontecer é a generalização — todos os políticos são iguais, todos são corruptos, ou o Parlamento está comprometido com a corrupção. Não! Se partes erram, envolvem-se em ações ilegais, elas devem ser punidas, mas não podem servir para condenação do todo.

Leio uma frase do Deputado Roberto Jefferson: *“Nem sempre a gente deve escancarar tudo se a gente pode resolver pela negociação, pela conscientização. Houvesse ainda a possibilidade de uma saída negociada”* — acrescentou mais à frente —, *“eu não teria denunciado o suposto mensalão”*. Mas que professor de ética é esse que opera com essa lógica anti-republicana?

Ouvi o Deputado Roberto Jefferson dizer que está horrorizado, porque esse seria o Governo mais corrupto que ele conheceu. Só por ironia, pergunto: como se sentia o Deputado Roberto Jefferson como líder da tropa de choque do Governo Collor? S.Exa. não via nenhuma corrupção naquele período? Será que ao longo de todos esses anos que participa da vida política do País, S.Exa. não viu nenhuma



corrupção que lhe pedisse para denunciá-la, para tentar de alguma maneira investigá-la, a fim de evitar que ela seguisse em frente?

Não, Deputado Roberto Jefferson! A minha convicção pessoal — e votarei com tranquilidade nesta noite — é de que V.Exa. resolveu fazer denúncias exatamente no momento em que percebeu que o seu envolvimento com atos corruptos estava sendo progressivamente desvendado.

Ouvi nesta Casa — e ouvi muitas entrevistas do Deputado Roberto Jefferson — que o Sr. Maurício Marinho era um petequieiro. E hoje ele disse que o Sr. Maurício Marinho era um boquirroto.

Mas eu li — e com responsabilidade não apresentarei os dados, porque li como membro da CPML dos Correios — o depoimento que o Sr. Maurício Marinho prestou, em segredo de Justiça, ao Ministério Público Federal. E ali está descrito um sofisticado esquema de corrupção em um dos lugares dos Correios. Ali está descrita com clareza a participação do Deputado Roberto Jefferson como um dos coordenadores desse esquema de corrupção.

E S.Exa. continua dizendo que o Sr. Maurício Marinho é um boquirroto ou que é um petequieiro. Mas não diz o que está passando ao longo do tempo. Ou seja, será que ele considera correto ter recebido 4 milhões de reais e não dizer ao Brasil o que fez com esse dinheiro?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Deputado Roberto Jefferson realmente muda de idéia muitas vezes. Mudou de lado muitas vezes ao longo da sua trajetória. Hoje, ele disse uma frase desrespeitosa, típica de quem não tem argumento, de quem não tem postura para fazer o bom debate político. Disse que o Presidente Lula não sabe o que lê; que o Presidente Lula é malandro e preguiçoso.



Ora, Deputado Roberto Jefferson, diria, no mínimo, que seria importante que V.Exa. tivesse passado pelas tantas experiências que o Presidente passou para poder receber a confiança do povo brasileiro e hoje presidir esta Nação. V.Exa. precisa ter mais respeito para, na democracia, fazer o debate que tenha de ser feito. Mas não deve ser mal-educado, preconceituoso e, acima de tudo, atacar no momento que tem de pagar por crimes que cometeu. Por isso, peço, pela honra da imensa maioria deste Parlamento, que não permitamos que o Deputado Roberto Jefferson julgue o Parlamento, como acabou de fazer desta tribuna, atacando todos, dizendo que é o dono da verdade, que é o professor da ética.

Sr. Presidente, a vida e a história do Deputado Roberto Jefferson não fazem dele um professor da ética.

O PT vota pela cassação do Deputado Roberto Jefferson. *(Palmas.)*

*O Sr. José Thomaz Nonô, 1º Vice-Presidente,
deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr.
Inocêncio Oliveira, 1º Secretário.*



A SRA. ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. ANGELA GUADAGNIN (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, tinha me inscrito para fazer o debate, mas como a Casa votou para suspendê-lo a fim de começarmos a votação, quero aproveitar este momento para tecer algumas considerações sobre o que a defesa questionou no relatório do Deputado Jairo Carneiro.

Primeiro, a defesa expôs que não houve direito de defesa. Na qualidade de membro do Conselho de Ética, presenciei diversos momentos em que os advogados e o próprio Deputado Roberto Jefferson tiveram acesso a toda a documentação, houve a possibilidade de expressão, de indagação, de presença e de comunicação de todas as reuniões que ocorreram. Portanto, não é verdadeiro o argumento de que não houve direito de defesa.

O segundo argumento é de que os Deputados possuem imunidade parlamentar e que o Deputado Roberto Jefferson estava se utilizando dessa imunidade, garantida na Constituição.

Nobres colegas, o que determina a Constituição? Garante nosso direito de palavra, de livre expressão, mas não podemos faltar com a ética e o decoro.

O relatório do Deputado Jairo Carneiro — que muito bem citou a análise de um jurista que fez comentário sobre a Constituição de 1988 — apresenta o que é falta de decoro: é um procedimento humano que contaria as normas e os padrões ético-jurídicos vigentes em determinado lugar e época.

Decoro é a conduta irrepreensível que se rotula na prática, com a expressão “pessoa de ilibada reputação”. Decoro parlamentar é a conduta do Congressista,



conforme os parâmetros morais e jurídicos que vigoram em determinada época e no grupo social em que vivem.

Então, não é possível aceitar o argumento da defesa de que o Deputado estaria usando, ao expressar e fazer todas essas denúncias, a imunidade parlamentar, que lhe garante direito de expressão, mas não lhe garante direito de falta de ética e decoro.

O próprio Deputado Roberto Jefferson, no momento em que estava fazendo sua defesa, disse que antes não teria feito porque o Lula estava em alta ou algo parecido. Tinha conhecimento desde 2003 e fez acusação pela imprensa.

Em momento algum usou os órgãos de comunicação da Casa, na condição de Deputado, para fazer suas acusações. E teve oportunidade de fazê-lo. O Deputado Miro Teixeira convidou S.Exa. para vir a plenário fazer as acusações, mas não o fez. Ele próprio declarou ter recebido recursos e afirmou que tentou acordo antes da ruptura.

Então, está mais do que provada a falta de decoro e ética parlamentar.

*O Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário, deixa a
cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José
Thomaz Nonô, 1º Vice-Presidente.*



O SR. PAULO LIMA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PAULO LIMA (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje a minha cidade de Presidente Prudente completa 88 anos. Não pude estar presente nas festividades em função do compromisso maior com esta Casa e com o Brasil.

Portanto, deixo uma homenagem ao povo trabalhador daquela cidade, às famílias cristãs e a toda a população. Trata-se de uma cidade com quase 250 mil habitantes, 4 universidades, com grande estrutura na área de saúde e de lazer, considerada a cidade da criança, porque há um dos maiores parques temáticos públicos do Brasil, inclusive com enorme estrutura de atendimento à população mais carente, que busca nos finais de semana o zoológico, o kartódromo, o parque aquático que está sendo construído, com uma estação espacial de atendimento à toda a população.

O Prefeito Agripino Lima, ex-Deputado Constituinte e Deputado Estadual, pela terceira vez está no exercício de mandato de Prefeito, dando exemplo e fazendo de Presidente Prudente um canteiro de obras. A cidade está crescendo, desenvolvendo-se com muita justiça social em toda a periferia e nos seus 4 distritos: Montalvão, Floresta do Sul, Eneida e Ameliópolis.

Às autoridades presentes, principalmente ao Bispo José Maria, da Igreja Católica da minha cidade, deixo meu abraço e minha homenagem, bem como ao Presidente da Câmara, o Vereador Ed Thomas, e ao Juiz do Fórum, Dr. Fernando Fleury de Marcondes, e a toda a população da minha querida e amada Presidente Prudente.



Sr. Presidente, deixo um voto de louvor ao Prefeito pelo trabalho que vem realizando e, principalmente, ao grande amigo, meu pai, Deputado Agripino Lima, pelo trabalho desenvolvido no exercício da Constituinte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - A Presidência se associa a V.Exa. e ao Deputado Agripino, de quem tive a honra de ser colega, ao tempo em que se associa a esta justa homenagem à cidade de Presidente Prudente.



O SR. LUIZ BASSUMA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.



**DISCURSO DO SR. DEPUTADO LUIZ BASSUMA QUE, ENTREGUE
À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.**



O SR. LUIZ COUTO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este dia é importante porque estamos exercendo a função do voto para cassar um Parlamentar que desqualificou o trabalho do Conselho de Ética, que, por 14 a 0, reconheceu a quebra de decoro parlamentar por parte do Deputado Roberto Jefferson.

Não satisfeito em desqualificar o Conselho de Ética, que realizou um bom trabalho ao promover um processo integralmente, incluindo a defesa do Parlamentar acusado e a apresentação de testemunhas, as quais falaram com plena liberdade, vem aqui e, no libelo acusatório, começa a desqualificar o Relator do Conselho de Ética.

S.Exa. disse que não acusaria ninguém, mas, ao final, derramou toda a raiva contra o Presidente da República, contra os Parlamentares, contra o Conselho de Ética, contra esta Casa, como se estivesse fazendo uma despedida.

Na CPMI da Compra de Votos, perguntei ao Deputado Roberto Jefferson: “Se V.Exa. tivesse recebido os 20 mil reais acordados, teria denunciado”? S.Exa. disse: “Não, tudo estaria um mar de serenidade”. Como podemos aceitar que alguém que, pelo fato de um acordo ser cumprido, não fizesse a denúncia?

Sr. Presidente, esta Casa precisa dizer que não aceita mais acusações levianas, tem de buscar a verdade, aprofundar a investigação. Os que estiverem envolvidos em desonestidade, em falcatrias, em maracutias, devem ser afastados. E agora temos de dar o exemplo, começando com a cassação do Deputado Roberto Jefferson.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - A Presidência determina ao servidor Rubens Castilho que tome as providências necessárias para colher o voto do nobre Deputado Leonardo Mattos.



O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra, digno Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero manifestar-me na condição de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que, integrada por honrados e dignos Parlamentares, não tomou nenhuma decisão fascista, como disseram os advogados de Roberto Jefferson e o próprio Deputado desta tribuna.

Os 2 recursos submetidos à consideração da Comissão foram apreciados tecnicamente, sob os aspectos de constitucionalidade e juridicidade.

O primeiro recurso, que envolvia ampliação da acusação, foi muito bem analisado pelo digno Relator, Deputado Darci Coelho, e contou com a aprovação de todos os Deputados que integravam e que integram a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O segundo recurso, relacionado com alegação de cerceamento de defesa, inteiramente improcedente, foi rebatido no parecer e no voto do Deputado José Eduardo Cardozo.

Ponto a ponto, permitindo-se as intervenções de todos os Parlamentares, a votação não foi unânime porque 7 Parlamentares, todos do Partido Trabalhista Brasileiro, votaram contra o recurso. Mas, afora essa manifestação justificável de cunho partidário, os demais Deputados aprovaram os 2 pareceres. O que significa, mais uma vez, que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania honrou a



tradição que tem nesta Casa: apreciou os recursos, concedendo oportunidade ao recorrente, e os rejeitou.

Neste momento, o Plenário da Casa está apreciando o pedido de cassação, já não sujeito a nenhum tipo de recurso de efeito suspensivo.

Depois dessa ponderação, que fiz na condição de Presidente da Comissão, tenho um depoimento pessoal como Parlamentar e, mais do que isso, como cidadão do Estado do Rio de Janeiro. A sociedade brasileira e os fluminenses conhecem Roberto Jefferson. Confio nas instituições, confio no Parlamento. Este Parlamento vai cassar-lhe o mandato, porque, se não agir dessa maneira, não terá razão mais de existir. Da mesma forma que defendo a cassação de Roberto Jefferson, defenderei também a de todos os Deputados envolvidos em práticas ilícitas por ele denunciadas.

Tenho conhecimento, como Promotor de Justiça. Normalmente, a melhor testemunha que se consegue é a que vem do meio da estrutura de crime organizado. Este é o exemplo.

Encerro minha intervenção, já com a minha manifestação pessoal.

Outros processos de cassação virão. Em todos eles a votação será secreta, mas quero já adiantar que virei a esta tribuna declarar meu voto, porque a sociedade brasileira, os fluminenses, meus eleitores, têm que saber do meu voto pela cassação.

Muito obrigado.



O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo apenas fixar a posição do Partido Popular Socialista. O voto, evidentemente, será o voto de consciência, até porque estamos aqui exercendo função que não é própria do Legislativo, estamos transformando-nos num tribunal, mas onde haverá o julgamento de um colega com base em um código de ética e não em um código criminal. Não há julgamento, portanto, relacionado a ilicitude, mas a atentado ao decoro.

Nesse sentido, o PPS tem posição clara e firme: respeitado o voto individual e de consciência, defende a cassação do mandato do Deputado Roberto Jefferson. Faz esse esclarecimento porque a sociedade brasileira está dando-lhe certa projeção e celebridade, em função até de sua utilidade no desvendar de todo o malfeito no Governo, com ramificações nesta Casa, bem precisadas por ele, quando disse que a crise de corrupção está do outro lado, no Palácio do Planalto, e, a partir de lá, com ramificações nesta Casa — infelizmente atingindo o próprio Presidente da Câmara dos Deputados, em algo à parte, não correlato, mas com o mesmo grau de degradação de valores e de corrupção que assola a sociedade brasileira.

Ao manifestar a posição do meu partido e a minha pela cassação do mandato do Deputado, quero que fique também definido que é necessário que esta Casa atente para a interferência indevida do Presidente do Supremo Tribunal Federal em questões *interna corporis* do Poder Legislativo, relativas ao nosso Regimento. Essa interferência, nos termos e na interpretação que julgo a mais acertada, é uma tentativa de paralisar os processos de cassação dos 7 Srs. Parlamentares do PT.



Mas, evidentemente, daqui a pouco, será estendida aos demais, porque ingressarão na Justiça a fim de tentarem beneficiar-se dessa liminar. Este Poder precisa ter a devida reação, começando pela Mesa.

Amanhã, espero contar com a presença dos Presidentes de partidos políticos que assinaram a representação contra o Presidente da Casa, Severino Cavalcanti, para discutir se representaremos novamente contra esses Parlamentares no Conselho de Ética.

Devemos fazer com que o Presidente do Supremo Tribunal Federal entenda que seu papel é o de Presidente de um Poder, não o de um político que quer interferir nas questões políticas brasileiras.

Muito obrigado.



O SR. ORLANDO DESCONSI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ORLANDO DESCONSI (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos e cidadãos brasileiros, o povo que nos assiste deve se perguntar por que o voto dos Parlamentares neste processo não está sendo aberto. De acordo com o Regimento, há impedimento nesses casos, e o voto tem de ser secreto. Mas uma mudança a Casa precisa fazer, uma vez que Comissão Especial já analisou o assunto e essa matéria está pronta — foi aprovada por unanimidade — para que o Plenário da Casa a analise e vote: permitir o voto aberto ou eliminar o voto secreto dos detentores de mandato em todas as instâncias do País. O eleitor tem de ter direito ao voto secreto, mas nós que estamos aqui temos de ter o voto aberto.

Devemos assumir nosso voto perante a sociedade brasileira. Não nos podemos proteger sob o manto de argumentações as mais variadas. Nos dias de hoje, há necessidade da transparência. Não é concebível que mantenhamos o Regimento como está.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esta Casa precisa votar o fim do voto secreto para mandatários, para Parlamentares em todas as instâncias deste País. Dessa forma, acho que daríamos grande contribuição para que houvesse transparência e o cidadão pudesse saber como votamos nesta Casa.

O voto aqui é secreto, mas, obviamente, sigo a orientação do meu partido e voto pela cassação do Deputado Roberto Jefferson, iniciando-se o processo de depuração necessário, cassando-se outros que comprovadamente tenham ferido o decoro parlamentar.



Outras ações necessárias esta Casa precisa fazer. Deve pôr fim à possibilidade de renúncia de Parlamentares acusados por improbidade ou falta de decoro parlamentar. A eles se deve garantir amplo direito de defesa, mas, caso haja a condenação, que ocorra a perda dos seus direitos políticos. Não posso mais assistir, a cada instante, à renúncia de Parlamentares acusados por falta de decoro.

Deve também aprovar a redução do recesso parlamentar, a fim de que tenhamos mais tempo para discutir projetos e votar medidas provisórias. Não se justifica mais o recesso de 90 dias.

Essas mudanças a Casa precisa fazer, para que haja um choque ético, para que haja a transparência necessária neste País.

Os novos tempos urgem e esta Casa precisa atualizar-se.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - A Presidência determina ao servidor Rubens Castilho que colha o voto do Deputado Welinton Fagundes, que está temporariamente em cadeira de rodas.



O SR. MARCO MAIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MARCO MAIA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lamento o comportamento do Deputado Roberto Jefferson neste dia, nesta Casa, ao falar da tribuna. Na minha avaliação, o Deputado perdeu a grande oportunidade de calçar as sandálias da humildade e reconhecer, perante a opinião pública do País, perante esta Casa, seus colegas Deputados, os erros cometidos durante sua vida pública e sua história política.

Esta Casa tomará sua decisão baseada não apenas em fatos recentes, mas na história, no comportamento, nas atitudes do Deputado Roberto Jefferson durante a sua vida pública. S.Exa. perdeu a oportunidade de, no momento em que agradecia às mulheres de sua vida e aos seus assessores, pedir desculpas à Nação. Perdeu a oportunidade de reconhecer que os atos que praticou como Presidente do seu partido não foram dignos de um Deputado Federal, um representante do povo.

Precisamos recuperar a credibilidade desta Casa. Precisamos, efetivamente, demonstrar que não somos hipócritas, que não somos Deputados apenas para cassar o mandato desse ou daquele Deputado, mas sim para restabelecer o papel legislativo desta Casa, para restabelecer a dignidade dos Deputados, a fim de que não sejamos todos colocados numa vala comum. Temos de demonstrar que sabemos reconhecer aqueles que praticaram atos ilícitos, que confessaram culpa, que foram incapazes de justificar seus atos, de demonstrar sensibilidade e responsabilidade para com o povo brasileiro.

Lamento que o Deputado Roberto Jefferson, em vez calçar as sandálias da humildade, tenha vindo aqui utilizar-se de regra da política segundo a qual a melhor



defesa é o ataque. Em vez de cair pedindo desculpas, caiu atirando na história de um homem como o Presidente Lula, falando da história de um trabalhador, de um operário, de um homem que se fez nas portas de fábricas, respeitando os trabalhadores, de um homem que construiu sua história caminhando por este País, participando de caravanas, misturando-se ao povo para defender os interesses da classe trabalhadora, dos homens e das mulheres de bem deste País.

Não posso aceitar nem me calar diante da estratégia utilizada pelo Deputado Roberto Jefferson.

Deixo claro que não podemos permitir que isso continue a acontecer nesta Casa.

Roberto Jefferson perdeu a oportunidade de ser humilde, perdeu a oportunidade de pedir desculpas ao povo brasileiro e talvez seja punido por falta de sensibilidade e de humildade.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Dimas Ramalho, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, evidentemente, esta não é uma sessão que gostaríamos que acontecesse. Nosso desejo é votar importantes projetos para o nosso País, que realmente ajudassem a resolver problemas como desemprego, saúde, mas é nossa tarefa trabalhar e também punir, investigar.

A posição do PPS relativa à cassação do Deputado Roberto Jefferson foi expressa pelo Presidente Roberto Freire. Ademais, queremos que as CPMIs aprofundem as investigações e que a Mesa desta Casa, em hipótese alguma, pratique qualquer ato procrastinador.

Ontem o PPS encaminhou representação contra o Presidente Severino Cavalcanti. E espera que todos aqueles que estão sendo investigados tenham amplo direito de defesa.

Quero dizer que a cassação do Deputado Roberto Jefferson deve ser encarada não como o fim, mas como o início de ampla discussão e apuração. Devemos mostrar à população que a Câmara dos Deputados é uma instituição que funciona, que sabe punir quando necessário e sabe principalmente se defender.

Esta Casa representa o povo brasileiro e não deixará de fazer justiça, sobretudo de ouvir a voz da rua. No momento, a voz da rua pede justiça, pede que todos aqueles que não agiram bem com o dinheiro público e que faltaram com o decoro parlamentar sejam punidos.



Que o Poder Executivo continue a ser investigado, para que a democracia represente exatamente a vontade do povo, que ora deseja justiça, punição dos culpados e afirmação das instituições.

Muito obrigado.



O SR. NEUCIMAR FRAGA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Deputado Roberto Jefferson, ao fazer sua defesa, tentou atingir a honra do Relator, nobre Deputado Jairo Carneiro.

Tivemos a oportunidade de conviver com o Deputado Jairo Carneiro nesta Casa e sabemos que, mesmo sendo um Deputado do PFL da Bahia, o nobre colega apresentou um relatório fora do calor partidário. Mesmo sendo de um partido de oposição ao Governo, o PFL, o nobre Deputado ofereceu um parecer imparcial, neutro, baseado apenas nos fatos, nas testemunhas e inclusive na defesa apresentada pelos advogados do Deputado Roberto Jefferson.

O povo da Bahia deve orgulhar-se do Deputado Jairo Carneiro, sim. O povo do Brasil não esperava outra atitude, Deputado Jairo Carneiro, que não a relativa a esse parecer favorável à cassação do Deputado Roberto Jefferson por quebra de decoro parlamentar.

Em nome do povo do Espírito Santo, que represento nesta Casa, embora baiano, nascido na Vila de Ibirajá, em Itanhém, quero agradecer ao nobre Deputado e ao povo baiano que sabiamente o conduziu até esta Casa. O povo sabia que em momento nenhum o Deputado se furtaria dessa grande responsabilidade, não se omitiria ou se deixaria influenciar por questões partidárias.

Em nome do povo brasileiro, o Deputado Jairo Carneiro agiu como magistrado ao emitir parecer favorável, imparcial. Em nome do Espírito Santo, voto de acordo com o parecer de S.Exa.



Nobre Deputado Jairo Carneiro, V.Exa. pode ficar tranqüilo, porque, com certeza, sua vida foi vasculhada, investigada durante os 3 meses em que esteve à frente da relatoria, mas nada foi encontrado que desabonasse sua conduta. Nada foi encontrado! Senão o delator não teria dificuldade para desmoralizar V.Exa. neste plenário.

Parabéns a V.Exa., parabéns ao povo da Bahia e parabéns ao povo brasileiro.



O SR. ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os que me ouvem neste momento, mais uma vez o povo brasileiro teve oportunidade de escutar, por muito tempo, o bem preparado discurso do Deputado Roberto Jefferson. Talvez tenha tido 1 semana e muitos assessores para redigir seu pronunciamento, a fim de tentar ganhar o voto da opinião pública, e principalmente o dos Parlamentares desta Casa.

No final de seu discurso, o Deputado Roberto Jefferson atacou frontalmente o Governo Lula. Disse que em nenhum outro Governo houve tanta corrupção. Mas S.Exa. não teve coragem de dizer que, exatamente no Governo Lula, ele quebrou a cara. Neste Governo, o Deputado tentou instalar sua quadrilha nos espaços governamentais. Queria comandar, e foi impedido, porque nunca houve neste País um governo tão determinado a combater a corrupção como o de Lula.

O povo brasileiro sabe reconhecer tudo o que o Governo tem feito pela sociedade. Nosso povo está vendo a Polícia Federal, desde os primeiros dias desta administração, prender, independentemente de partido, pobre ou rico. Recentemente os Srs. Paulo e Flávio Maluf foram presos pela Polícia Federal. E muita gente ainda será presa neste País.

Não basta cassar o mandato do Deputado Roberto Jefferson. Temos de investigar a fundo tudo aquilo que funcionou no passado. Sabemos que S.Exa. é Parlamentar antigo.



Ao perceber que seu esquema não funcionará, que foi descoberto, tenta colocar o PT, o Congresso Nacional e todo o mundo em má situação. Mas S.Exa. se deu mal. Não acredito que a Câmara dos Deputados o absolverá.

Quero parabenizar o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por sua administração. Que Governo agüentaria mais de 100 dias de ataque, 5 Comissões Parlamentares de Inquérito, com quebra de sigilos bancários, telefônicos e fiscais, CPMI do Mensalão, dos Bingos, da Biopirataria, dos Correios e da Terra? Depois de 120 dias, teve uma queda de 10 pontos percentuais. Podem até dizer: *“Ah! O Governo só está com 40% de aprovação”*. Se fosse outro Presidente, esse número estaria abaixo de zero depois de passados 120 dias, depois de a imprensa do País vasculhar a vida pessoal de dirigentes, assessores, Deputados do nosso partido e dos partidos da nossa base aliada.

Temos de cassar, sim. Acredito que o resultado final desta votação será a cassação do Deputado Roberto Jefferson, porque é isso que ele merece, por ter mentido tanto ao povo brasileiro nesses últimos dias.



O SR. SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SIMÃO SESSIM (PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Ney Lopes pediu que informasse a V.Exa. que ele se encontra ausente por motivo de doença.

Sr. Presidente, V.Exa. o conhece muito bem e sabe que não é um homem que tem o hábito de ausentar-se.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - O Deputado Ney Lopes é merecedor do apreço desta Casa.

Agradeço a V.Exa. o registro.



O SR. ARY KARA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARY KARA (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar o Deputado Roberto Jefferson, que, mais uma vez, vem à tribuna desta Casa e fala para todo o Brasil, até mesmo para outros países, e faz a sua defesa, um direito democrático.

Muitos estão argüindo que não tiveram o direito de defesa. Foram ao Supremo e conseguiram uma liminar. Concordo com essa liminar. O direito de defesa é obrigatório. Outros colegas Deputados tentam denegrir a imagem daquele que, dentro do seu direito, vem defender-se. Ele percorreu este País inteiro. Veio aqui mostrar ao Brasil, mais uma vez, tudo que estava errado. Roberto Jefferson falava, em seguida ocorriam as demissões das pessoas que ele citava, ou seja, ele fazia denúncias, logo surgiam as conseqüências.

Então, temos de cumprimentar, sim, o Deputado Roberto Jefferson, porque ele fez a esta Nação um favor muito grande, denunciando algo de podre que existia. Não estamos aqui para acusar ninguém, mas queremos que tudo que foi denunciado por Roberto Jefferson seja apurado até as últimas conseqüências, doa a quem doer. Há inocentes? Há. Os inocentes vamos poupar. Vamos cassar os mandatos dos culpados, e principalmente pegar os corruptores.

Não sei, e ninguém sabe até hoje, de onde vieram esses milhões e milhões de reais. Ninguém agüenta mais ver na televisão os depoimentos em CPIs: *“Não sei de onde veio o dinheiro. Nunca vi isso. Assinei sem saber o que estava assinando”*. Assinam solicitação de empréstimo de 20 milhões, 5 milhões, 2 milhões, sem saber o que estão assinando! Se qualquer um de nós for ao banco para fazer um



empréstimo, terá de dar garantia, e muito alta, para consegui-lo. Outros conseguem empréstimos da noite para o dia sem saber o que estão tirando.

Portanto, não é justo nós, Deputados, querermos sacrificar uma única pessoa. Esse é o meu pensamento.

Aproveito os últimos minutos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para cumprimentar, na pessoa do seu Presidente, José Luiz Miglioli, um clube tradicional da minha cidade, Taubaté, Estado de São Paulo, o Taubaté Country Club, que está completando neste mês 69 anos de existência.

Registro também meus cumprimentos à Associação Brasileira de Medicina de Tráfego — ABRAMET, na pessoa de seu Presidente, Fábio Racy, pelo aniversário de 25 anos de serviços prestados à Nação, comemorado exatamente na Semana Nacional de Trânsito, de 18 a 25 de setembro.

Não assistimos, até o momento, a nenhuma campanha educativa sobre trânsito. O que vemos é a indústria da multa, que se instalou nos Governos Municipais, Estaduais e Federal.

Apelo ao Departamento Nacional de Trânsito — DENATRAN, ao Conselho Nacional de Trânsito — CONTRAN e ao Ministro das Cidades para que tomem providências contra a indústria da multa, instalada no País.

Muito obrigado.



A SRA. LUCI CHOINACKI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o meu voto foi “sim”, pela cassação desse Sr. Parlamentar que destilou veneno neste País e conseguiu, hoje, trazer muito ódio pela classe social menos favorecida.

Isso mostra que esse Deputado só está atrás de dinheiro e que tem ódio de Lula, porque é trabalhador. Ele tem ódio da classe trabalhadora. Esse Parlamentar vive no serviço público para encher o bolso. Desde a época de Collor, ele não deveria mais estar neste Parlamento.

Hoje, é preciso fazer justiça. Parlamentares desse tipo, que prejudicam o Congresso Nacional, não deveriam ser eleitos. A única coisa que sabem fazer é dar *show* na tribuna em causa própria, sem contribuir para a democracia no País.

Neste momento, Sr. Presidente, defendo que precisamos punir os agentes da corrupção, que está embrenhada em várias instituições devido à conduta não só do corrupto, mas também do corruptor. A corrupção não começa aqui dentro. Muitas pessoas esperam chegar a eleição para vender o seu voto àquele que faz festa e promessas, mas depois engana o povo e vem aqui fazer esse tipo de discurso.

Essa prática política precisa ser mudada, para que no Congresso Nacional, os próximos Parlamentares tenham dignidade, compromisso, não se corrompam e não se valham de tráfico de influência para enriquecer a si e seus familiares.

Precisamos, sim, defender a democracia e estabelecer punições, se necessário, mas não condenar e acabar com um partido que construiu a história junto com outros partidos de esquerda, comprometidos com os movimentos sociais



da democracia neste País, que aliás é muito jovem. Depois de muitos anos de escravidão e de anos de ditadura militar, surgiram as legislações eleitorais que possibilitaram as votações, mas ainda prevalece o poder econômico, a compra de votos e muitos ladrões, Prefeitos e Parlamentares, que estão aqui presentes, foram denunciados, mas não foram punidos.

É preciso haver reforma política, financiamento público de campanha, transparência e o auxílio do povo, para que fiscalize e vote corretamente no momento da eleição, para que depois não fique triste por ter votado em Parlamentares que não merecem respeito.

Espero que nesta noite o Deputado Roberto Jefferson seja cassado, mas que os outros também o sejam, para darmos um exemplo de dignidade. Também espero que o povo, na próxima eleição, não vote em Deputado que compra voto e mente para ele.



O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, quero prestar um esclarecimento. Foi divulgada há pouco pelo BNDES nota a propósito da declaração feita hoje da tribuna da Câmara pelo Deputado Roberto Jefferson.

Diz a nota:

“É absolutamente improcedente a afirmação de que o BNDES liberou crédito de 2,8 bilhões de reais para as Organizações Globo.

Embora, como ocorre com todas as empresas radicadas no Brasil, as Organizações Globo tenham o direito de pleitear créditos ao BNDES — que examinará o mérito e decidirá de acordo com as regras da instituição — tal pleito não ocorreu. Ou seja, as Organizações Globo não pediram e o BNDES não concedeu o alegado crédito.

O expediente a que se refere a suposta denúncia do Deputado teria de submeter-se a várias etapas de análise pelos escalões técnicos do BNDES até a aprovação final pela diretoria. Nada disso aconteceu”.

Não é a primeira vez que o Deputado Roberto Jefferson mente sobre esse mesmo assunto da tribuna da Câmara e insiste na inverdade, apesar do cabal e oportuno desmentido do BNDES.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, a possibilidade de fazer esse esclarecimento.



O SR. RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RICARDO BARROS (PP-PR. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o *caput* do art. 139 do nosso Regimento estabelece que “a *distribuição de matéria às Comissões será feita por despacho do Presidente, dentro em duas sessões depois de recebida na Mesa*”.

O Presidente do Conselho de Ética disse hoje que a representação que os partidos fizeram contra o Presidente Severino Cavalcanti estaria de volta àquele órgão em 2 sessões.

Minha leitura do Regimento não me fez entender dessa forma. Consulto a Presidência sobre se esse prazo anunciado pelo Presidente do Conselho de Ética está correto.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - A Presidência recolhe a questão de ordem de V.Exa. e vai decidi-la oportunamente.



O SR. ROBERTO GOUVEIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ROBERTO GOUVEIA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público que acompanha os nossos trabalhos na tarde de hoje, a sociedade brasileira não espera deste Parlamento a perfeição. Evidentemente, ele não é formado por anjos, mas por homens e mulheres de carne e osso. Nesse sentido, estamos sujeitos ao erro.

Agora, o que não tolerará a sociedade brasileira? Não tolerará nossa complacência com o erro, com a corrupção e com as práticas antiéticas. A sociedade brasileira, no caso, não tolerará a convivência pacífica, a tolerância. A sociedade brasileira cobra da sua representação o enfrentamento da corrupção em nosso País. E temos que deixar muito claro isso na votação pela cassação do Deputado Roberto Jefferson.

Temos de dizer claramente que não haverá acordo. Não faremos qualquer negociação espúria. Não toleraremos isso. Nesse sentido, não vamos proteger quem tenha cometido erro ou deslize.

Sr. Presidente, esta Casa terá que afirmar o princípio, a norma. Dessa forma, tem de ficar muito claro para a sociedade brasileira que este Parlamento mostrará que não somos integrantes de máfia ou quadrilha. Aí, sim, estaremos à altura da esperança que nos depositam os cidadãos deste País.

A democracia é a forma de fortalecermos o nosso processo civilizatório, apurando, indo às últimas conseqüências, cortando a própria carne e construindo, com apoio e reforço, a moralidade e a ética dentro de valores republicanos, construindo um futuro promissor e a felicidade do nosso povo. Essa deve ser a



nossa postura. Não tenho dúvida de que estaremos à altura de respondermos assim quando for proclamado o resultado desta votação.

Sr. Presidente, tenho certeza de que esta Casa, formada por homens e mulheres de carne e osso — portanto, não são perfeitos —, estará à altura do seu papel e estabelecerá um processo muito claro e rigoroso de enfrentamento da corrupção, não protegendo quem tenha rompido, seja quem for, os princípios da moralidade, da ética, os princípios republicanos.

Pela democracia e pelo nosso futuro!



A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, saúdo a Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário da Bahia e os diretores da federação dos Judiciários Estaduais, que estão presentes na nossa Casa.

Sr. Presidente, esta é uma noite muito triste, porque, na verdade, iniciamos hoje um processo de julgamento de Deputados que têm sobre si indícios de irregularidades — em alguns casos, há comprovação.

No caso da matéria em tela, o Deputado Roberto Jefferson apresentou ao Brasil a rainha das provas: a confissão de que recebeu dinheiro que não havia sido tributado ou contabilizado, o chamado caixa dois. Ao apresentar a rainha das provas, a confissão, não nos deixa outra alternativa senão cassar seu mandato. E afirmo que fiz isso quando dei o voto “sim”. No entanto, não me regozijo com isso, porque a Casa está sofrendo com essa circunstância de sua relação imprópria com o Poder Executivo.

Se há 3 Poderes na República, é para que eles, harmonicamente, mas de forma independente, ajam de maneira individual. O Poder Legislativo peca quando se transforma numa estrutura homologatória da vontade do Poder Executivo. E digo isso em relação a qualquer estrutura de governo ou a quem quer que esteja à frente do Poder Executivo.

O problema central que hoje vivemos no Brasil não está apenas nas pessoas, está nas instituições, no sistema que corrompe, na legislação político-partidária, que



se equivoca quando nivela partidos que estiveram na clandestinidade, como o meu, com aqueles que alugam legendas.

A legislação precisa ser mudada. Precisamos dar ao Brasil o direito de emitir sua procuração em forma de voto, não pelo que recebe do candidato, mas pelo que o candidato tem a dar de opinião para a Nação brasileira.

Faço parte daqueles que votaram pela cassação. No entanto, entristece-me que o Poder Legislativo neste momento esteja genuflexo diante da Nação brasileira. Precisa recuperar-se, garantindo apuração e corte cirúrgico para todas as improbidades e uma perspectiva de trabalhar para votar o que a sociedade brasileira espera deste Poder.

Por isso, revelo meu voto, que foi secreto, mas agora é aberto, e digo que o Legislativo precisa recompor-se com base não apenas nas cassações, mas sobretudo na qualidade da sua intervenção no que diz respeito aos graves problemas do País.

Muito obrigada.



O SR. ADÃO PRETTO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ADÃO PRETTO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos vivendo mais um momento de emoção neste Parlamento. Nós que estamos aqui há 15 anos já passamos por várias situações como esta. Cassamos Presidente da República, Deputados, enfim, já vivemos momentos emocionantes.

Às vezes, mesmo sabendo da culpa e tendo de punir quem estava para ser cassado, no momento de votar, nós o fazíamos com tristeza, pela humildade da pessoa em julgamento, o contrário de hoje. Hoje estamos votando com raiva, porque o Sr. Deputado Roberto Jefferson, em seu discurso, que acredito seja de despedida, agrediu a todos nós. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estão na fila para votar, aqueles que estão em seus gabinetes e já votaram, que, como eu, jamais pegaram 1 centavo, nem sabiam que existia mensalão, todos fomos tachados da mesma forma pelo Deputado Roberto Jefferson. Como diz o gaúcho, viramos farinha do mesmo saco.

Como não será mais Deputado, certamente vai passar pela mesma situação que passa hoje Paulo Maluf, vai ter de suportar a prisão, por suas palavras caluniosas no último discurso desta tribuna.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na cassação de Collor de Mello, dos 31 Deputados do Rio Grande do Sul, só 1 ficou ao lado do Presidente. O Deputado Roberto Jefferson era o testa-de-ferro, era o comandante da tropa de choque de Collor.



Naquele tempo, ele não fez denúncia nenhuma, e agora faz essa série de denúncias. Por causa disso haverá várias cassações de mandatos nesta Casa, porque o que ele disse era verdade. Esse motivo justifica a sua cassação, já que ele sabia o que estava acontecendo. Aliás, ele se posicionou como se fosse professor — disse tudo: por onde passaram, quem se corrompeu. É claro que ele participou desse episódio. Só isso basta para que ele seja cassado.

Sr. Presidente, não podemos esquecer os 4 milhões que ele disse ter recebido, e que não devolveu. A propósito, até hoje corriam na Casa rumores de que talvez Roberto Jefferson trouxesse mala de dinheiro e a jogasse no plenário, o que não aconteceu.

Os senhores que já votaram, e os que ainda estão votando sabem muito bem que estão dando um voto para limpar a imagem deste Parlamento.

Muito obrigado.



O SR. PAULO LIMA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PAULO LIMA (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sem querer abusar, aproveito o momento em que V.Exa. está na presidência para pedir proteção à Polícia Federal. Hoje, uma quadrilha de assaltantes me ameaçou. Entrou em minha propriedade, onde funcionam uma rádio e um jornal, e a assaltou. Trata-se de uma equipe de profissionais, provavelmente provenientes da Capital, São Paulo.

A Polícia Técnica esteve no local, e não encontrou digitais. Arrombaram o cofre, levaram cheques, valores. Fatos assim estão se tornando rotineiros em minha cidade. Ontem, assaltaram minha irmã à luz do dia, no carro, na cidade de Presidente Prudente, oeste de São Paulo.

Sr. Presidente, a responsabilidade por fatos como esse quero atribuir ao Governador Geraldo Alckmin, que desativou o Carandiru e instalou 21 presídios em minha região. A população carcerária é de 18 mil, que lá estão com suas famílias roubando toda a região. Estão, inclusive, seqüestrando empresários, produtores, semanalmente, quinzenalmente.

Peço a V.Exa., que preside esta sessão, que tome providências para que a Polícia Federal dê proteção aos meus filhos, à minha família. Já nos ameaçaram antes, há tempos. As Polícias Civil, Militar e Federal nos chamaram para conversar a respeito de denúncias de seqüestro de membros da minha família. Até agora eu estava em silêncio, mas isso não cabe mais. Eles disseram aos meus funcionários que estavam lá para roubar o Deputado Paulo Lima.



Sr. Presidente, peço à Mesa que tome providências, assim como a Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Deputado Paulo Lima, a Presidência vai recolher as notas taquigráficas e remetê-las ao Ministro da Justiça, autoridade competente para determinar esse tipo de proteção.

Tem V.Exa. a solidariedade da Presidência. Tomaremos as medidas administrativas cabíveis.

O SR. PAULO LIMA - Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. COLBERT MARTINS (PPS-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta situação não é nada agradável para nenhum de nós. Tal ocorrência deveria ser o final de um processo e não seu início. O que desejamos saber, e o PPS o faz por meio de suas representações nas comissões de inquérito, é a origem de tudo o que está ocorrendo agora. Queremos ter certeza de que não estamos criando um processo apenas de identificação de Parlamentares ou de outras pessoas que, por qualquer motivo, tenham cometido algum tipo de ilícito, ilegalidade ou irregularidade, sem definir causas e origens, a fim de não voltarmos a punir Deputados, o que repetidas vezes tem acontecido nesta Casa, sem que se identifique a origem dos recursos. Devemos evitar casos de corrupção.

Temos clareza de que, enquanto as CPMIs não avançam, patinam, apuram muito pouco, são atingidos, internamente, nossos pares. É necessário vermos a questão de um ponto de vista mais amplo, identificarmos as causas. É preciso impedir qualquer forma de lavagem de dinheiro.

Nós, do PPS, na semana passada, apresentamos proposta que visa endurecer a lei sobre lavagem de dinheiro. Ela existe, mas desde 1998, antes de importantes modificações terem ocorrido nos mercados de capitais e nas movimentações financeiras no Brasil e no mundo.

Precisamos adotar métodos transparentes e adequados de fiscalização para prevenir situações como essas. Não é nada agradável ter de cortar apenas a nossa própria carne. Precisamos cada vez mais — o PPS tem absoluta consciência disso,



todos os Deputados que fazem parte das comissões de inquérito estão voltados para isso — identificar as razões, os fatores e evitar que situações periódicas como essas se repitam entre nós. Já vimos em Governos anteriores situação semelhante, e agora elas voltam a acontecer. Quem garante que não acontecerão mais? E o que estamos fazendo para avançar quanto às causas? Estamos combatendo os efeitos, e combatendo mal alguns deles.

Reitero minha posição, como também a do meu partido, quanto à identificação de causas, mais do que necessária e importante. Ela é vital para a sobrevivência do Parlamento e de todos os Parlamentares que serão julgados, como eu, nas próximas eleições. Essas ações não podem demorar, de forma nenhuma. Os efeitos estão aqui, mas as causas ainda precisam ser identificadas.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Passo a presidência dos trabalhos ao Deputado Inocêncio Oliveira, para que eu possa votar.

*O Sr. José Thomaz Nonô, 1º Vice-Presidente,
deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr.
Inocêncio Oliveira, 1º Secretário.*



O SR. ROGÉRIO TEÓFILO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ROGÉRIO TEÓFILO (PPS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vivemos momento de reflexão. Temos de dar demonstração de imparcialidade à sociedade brasileira. A Casa é a caixa de ressonância do Brasil, e as atitudes individuais e partidárias aqui tomadas terão reflexos perante a sociedade.

O PPS e o Deputado Rogério Teófilo têm certeza de que, depois deste momento político, a democracia brasileira vai crescer. Quem está em crise não são as instituições brasileiras, não são os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, mas alguns de seus membros, que não poderão continuar no poder.

Sr. Presidente, não poderia deixar de trazer a mensagem que a sociedade está esperando. É o momento de reflexão deste Congresso com relação à reforma político-partidária. Temos pouco tempo e precisamos, até o final deste mês, fazer com que as lideranças se reúnam e o Congresso Nacional dê uma resposta à sociedade.

Não podemos manter, na próxima eleição, a atual legislação. A sociedade cobra mudanças, principalmente da Câmara dos Deputados. Se não há tempo para votar a reforma política, há tempo para votar a queda da verticalização e outros pontos referentes ao próximo pleito.

Quero dizer com todas as letras, Sr. Presidente: ainda há tempo de darmos uma resposta ao povo brasileiro mediante atitudes que solucionem o momento político que o Brasil vive. É importante, Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, que o Congresso Nacional vote a reforma político-partidária.



Para concluir, gostaria de enviar mensagem à cidade de Arapiraca, que hoje recebeu 16 cursos federais. Trata-se de avanço na interiorização do ensino superior e de grande vitória da classe política de Arapiraca e de Alagoas.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - A Presidência pede aos Srs. Parlamentares que não exerceram o direito de voto que queiram fazê-lo.



O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, embora o Regimento da Casa não assegure representação às frações de bancadas, quero, em meu nome e em nome dos Deputados Federais do bloco de esquerda da bancada federal do PT, expressar nosso compromisso já exercido na urna pela cassação do Deputado Roberto Jefferson.

Em homenagem aos poetas do Sertão do Pajeú, que V.Exa., Deputado Inocência Oliveira, tanto conhece, gostaria de fazer manifestação em nome desse bloco de Parlamentares:

“Se uma pergunta fizesse

Gostaria de saber

Por que é que o Deputado

Não conseguiu nos dizer

Por dois anos e alguns meses

Roberto Jefferson era

Integrante do Governo

Que atacou como uma fera

Indicou seus aliados

Para empresas estatais



Mas se não fosse o Marinho

Quem sabe fizesse mais

Seu partido era pequeno

Cresceu e ele calado

Não falava do governo

Estava bem conformado

Desse jeito não convence

Sua fala teatral

Lembrou de toda a família

Quase fala da mobília

E das plantas do quintal

O voto aqui é secreto

Mas não posso me esquivar

Quem me acompanha exige

Sabe como vou votar

Voto pela cassação

Pois defesa aqui não vi

Se tentativas se fizeram

Vi mesmo contradição



Quem hoje ataca arrogante

Ontem era aliado

Não bateu nem reclamou

Esteve sempre calado

Quando viu mudar o tempo

Com seu nome sem sustento

Partiu pr'o ataque acuado

Por isso em nome da ética

Que é pr'a todos dever

Voto pela cassação

E o País que nos assiste

Não aceita dedo em riste

Quer a verdade na mão!"

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

*O Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário, deixa a
cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José
Thomaz Nonô, 1º Vice-Presidente.*



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - A Presidência faz apelo aos Srs. Deputados que ainda não votaram para que compareçam ao plenário. É intenção da Presidência encerrar a votação às 20h30min. Faltam 5 minutos para o encerramento da votação.



O SR. ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ORLANDO FANTAZZINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. pela forma como conduziu o processo de votação. Cumprimento também o Relator, Deputado Jairo Carneiro. S.Exa. foi atacado pelo Deputado Roberto Jefferson, que procurou ironizar o parecer do Conselho de Ética, não do nobre Relator, e atingir S.Exa. numa clara demonstração de que não veio fazer a defesa de seu mandato, mas a sua despedida, e, ao mesmo tempo, enxovalhar a Casa.

Foi o que fez ao dizer que os Deputados estão todos curvados, que aceitam o jogo e não têm coragem de reagir. Mais uma vez, reproduziu a sua confissão, na defesa escrita e oral, dizendo que esta é uma Casa de covardes, a quem falta coragem para tomar atitudes. Afirmou que todos os Deputados do PP e do PL haviam recebido 30 mil reais mensais, e o Relator disse que não há provas disso. O Relator teve a cautela de dizer que não se está discutindo nomenclatura — mensalão, quinzenão ou semanão —, mas a existência ou não de ato que atentou contra a ética e o decoro parlamentar.

É óbvio que receber 4 milhões de reais e não emitir bônus eleitorais, como determina a legislação, é desrespeitar a ética e o decoro da Casa. É lógico que usar depoimento para dizer que os Deputados são covardes e utilizar empresas estatais para fazer arrecadação significa a quebra da ética e do decoro parlamentar.

Sr. Presidente, nosso voto no Conselho de Ética foi “sim” e, no plenário, também será “sim”.



Defendemos, de forma intransigente, o Relator, que teve comportamento acima de partidos. S.Exa. portou-se como Parlamentar na defesa da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, queremos de volta o Parlamento com a verdadeira representação do povo brasileiro. Não queremos a interferência do Poder Executivo, que, possivelmente, envolveu o Parlamento em corrupção.

O mal vem do Poder Executivo. É lá que as pessoas são nomeadas, é lá que as emendas são pagas, é lá que se contrata e descontrata, é lá onde está o Chefe do Poder Executivo, os maiores escalões, os Ministros da República.

Esta Casa não tem força, não tem poder, é refém do Poder Executivo e da corrupção que hoje toma conta de alguns Parlamentares, numa trama diabólica, que conspira contra a política brasileira.

Sr. Presidente, enquanto isso, a taxa de juros é de 19,75%. O COPOM tem obrigação de reduzir pelo menos 2% ao mês, para, até o final do ano, reduzir despesas desnecessárias.

Durante 3 anos o Governo Lula, fraco, titubeante, gastou 40 bilhões de reais a mais de juros — 2,16% do PIB — que a média dos 8 anos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Paga mais juro quem é mais fraco ou incompetente para dirigir a política econômica, ou o Sr. Valério é quem acerta isso com a banca — ainda não chegamos a esse esquema.

Queremos saber por que o Brasil tem a mais alta taxa de juros reais ao ano do mundo — 14% —, cerca de 240% a do segundo colocado, a China, 5,8%.



Este Governo levou o País para o precipício. Produziu o maior escândalo de corrupção da história do Brasil. Não posso admitir, na condição de Parlamentar, representante do povo brasileiro no Congresso Nacional, uma situação dramática como a que estamos vivendo.

Espero que esse processo de saneamento do Parlamento brasileiro conclua-se o mais rápido possível. A Nação espera que cada um cumpra seu dever e que esta Casa, além de promover as cassações, apure os responsáveis no Executivo por esse esquema de corrupção, porque até agora a culpa recaiu sobre nós. Queremos ver todos os envolvidos no Poder Executivo também responsabilizados. Aí sim, vamos começar nova etapa na vida brasileira: discutir o que é preciso, acabar com a injustiça, realizar as reformas política, tributária e fiscal para fazer justiça social.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - A Presidência consulta os Deputados presentes sobre se algum deixou de exercer o direito de voto. *(Pausa.)*

Não havendo, está encerrada a votação.

A Presidência aproveita para agradecer aos pares a possibilidade de termos realizado uma sessão democrática e tranqüila. Isso é bom para todos nós.

A Presidência aguarda para que possa anunciar o número de votantes.
(Pausa.)

A Presidência esclarece que a votação no painel não tem significado algum na sessão de hoje. A presença e todas as demais providências ou ilações a ela atinentes serão decorrentes da lista.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Enquanto se conta o número de votantes, para ganharmos tempo, convoco os Deputados Kátia Abreu, Inocêncio Oliveira, Jorge Alberto, Reinaldo Betão e Manato para servirem como escrutinadores.

Peço aos demais colegas que deixem a mesa livre para que se possam contar os votos e as sobrecartas.



O SR. RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RICARDO BARROS (PP-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, é sobre a questão de ordem que formulei à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Eu a acolherei e a examinarei com todo cuidado. V.Exa., Deputado competente, só levanta questões de ordem difíceis. A Presidência não tem resposta fácil para pergunta difícil.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Votaram 489 Sras. e Srs. Deputados.

Autorizo a abertura das urnas.

Vamos proceder à contagem das sobrecartas correspondentes à votação.

(Pausa.)



O SR. PAULO LIMA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PAULO LIMA (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parabênizo V.Exa. pela condução desta sessão histórica do Congresso Nacional. Realmente, é o que todos esperávamos da independência, da capacidade e do compromisso histórico com a democracia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Agradeço a V.Exa., penhoradamente.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Esta Presidência determina à Secretaria que entregue as devidas papeletas.

A Presidência pede a colaboração dos seguintes Deputados para auxiliarem a Mesa Diretora.

A nobre Deputada Kátia Abreu anunciará os votos “sim”.

O nobre Deputado Inocêncio Oliveira anunciará os votos “não”.

O nobre Deputado Jorge Alberto anunciará as abstenções.

O nobre Deputado Reinaldo Betão anunciará os votos em branco.

O nobre Deputado Manato anunciará os votos nulos. *(Pausa.)*

A Presidência informa ao Plenário que houve absoluta coincidência dos votos, mas um dos votos da esquerda veio sem o envelope. É uma cédula isolada. Como tal, o voto permite a identificação, pelo que o declaro nulo.

A Presidência esclarece também que foram reunidos todos os envelopes para não possibilitar a identificação regional.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Passa-se à apuração.

“Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 1.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 1.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 2.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 3.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 4.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 5.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 6.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 7.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 8.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 9.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 10.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.



A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 11.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 12.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 2.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 13.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 3.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 4.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 5.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 6.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 14.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 7.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 8.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 15.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.



A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 16.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 17.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 9.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 18.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 19.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - Vinte, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 21.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 10.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 22.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 23.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 11.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 24.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.



O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 12.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 25.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 26.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 27.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 13.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 28.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 29.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 30.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 31.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 32.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 33.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 34.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.



A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 35.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 36.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 37.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 14.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 38.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 39.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 40.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 41.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 15.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 42.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 43.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Em branco”.

O SR. REINALDO BETÃO - “Em branco”, 1.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.



A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 44.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 45.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 46.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 47.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 16.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 48.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 17.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 49.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Abstenção”.

O SR. JORGE ALBERTO - “Abstenção”, 1.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 50.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 51.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 18.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.



A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 52.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 19.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 20.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 53.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 54.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 55.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 21.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 56.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 22.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 57.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 58.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 59.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.



A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 60.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 61.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Abstenção”.

O SR. JORGE ALBERTO - “Abstenção”, 2.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 62.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 63.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 64.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 65.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 66.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 67.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 68.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 23.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 69.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.



O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 24.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 25.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 70.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 71.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 72.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 73.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 74.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 26.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 27.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 75.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 28.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 76.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.



A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 77.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Abstenção”.

O SR. JORGE ALBERTO - “Abstenção”, 3.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 78.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Abstenção”.

O SR. JORGE ALBERTO - “Abstenção”, 4.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 79.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 29.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 80.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 81.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 82.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 83.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 30.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 31.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.



A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 84.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 85.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 32.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 86.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 33.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 87.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 34.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 88.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 89.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 90.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 91.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 92.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.



A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 93.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 94.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 95.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 96.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 97.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 98.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 35.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 99.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Em branco”.

O SR. REINALDO BETÃO - “Em branco”, 2.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 100.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 101.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 102.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.



A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 103.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 104.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 105.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 106.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 107.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 108.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 109.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 110.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 111.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 112.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 113.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 114.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.



A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 115.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 36.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Dois votos na mesma sobrecarta:
um “sim”, outro “não”. “Nulo”.

O SR. MANATO - “Nulo”, 2.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 116.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 117.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 118.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Em branco”.

O SR. REINALDO BETÃO - “Em branco”, 3.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 119.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Em branco”.

O SR. REINALDO BETÃO - “Em branco”, 4.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 120.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 121.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 37.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 38.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 122.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 123.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 124.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 125.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 126.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 39.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 127.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 128.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 129.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 40.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 41.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 130.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 131.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 132.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Abstenção”.

O SR. JORGE ALBERTO - “Abstenção”, 5.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 133.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 42.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 134.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 135.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 43.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 44.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 45.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 136.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 137.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 46.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 47.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 48.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 49.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 138.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 50.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 51.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 139.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 140.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 141.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 142.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 143.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 144.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 145.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 146.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 52.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 53.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 147.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 54.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 148.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 149.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 150.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 55.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 151.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 152.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 56.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 57.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 153.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 58.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Abstenção”.

O SR. JORGE ALBERTO - “Abstenção”, 6.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 59.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 154.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 155.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 156.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 157.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 60.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 61.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 62.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 63.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 158.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 64.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 65.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 159.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 160.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 161.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 162.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 163.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 66.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 164.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 67.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 68.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 69.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 165.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 70.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 166.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 167.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 168.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 169.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 170.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 71.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 171.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 172.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 173.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 174.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 72.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 73.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 175.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 74.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Abstenção”.

O SR. JORGE ALBERTO - “Abstenção”, 7.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 75.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 76.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 77.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 176.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 177.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 178.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 78.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 179.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 180.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 79.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 181.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 182.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 183.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 184.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Nulo”.

O SR. MANATO - “Nulo”, 3, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 185.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 186.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 187.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 188.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 80.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 81.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 82.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 189.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 190.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 191.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Abstenção”.

O SR. JORGE ALBERTO - “Abstenção”, 8, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 192.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 193.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 194.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 195.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 196.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 197.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 198.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 199.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 200.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Abstenção”.

O SR. JORGE ALBERTO - “Abstenção”, 9.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 201.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 83.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 202.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 203.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 84.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 85.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 204.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 205.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 206.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 207.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 86.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 87.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 208.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 88.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 209.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 210.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 211.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 212.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 213.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 214.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 215.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 89.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 216.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 90.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 217.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Abstenção”.

O SR. JORGE ALBERTO - “Abstenção”, 10.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 91.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 218.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 219.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 220.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 92.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 93.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 94.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 221.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 222.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 223.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 95.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 96.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 224.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 225.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 226.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 227.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 228.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 229.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 97.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Dois votos “não”; conte um “não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 98.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 230.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 231.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 99.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 232.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 233.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 100.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 101.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 102.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 103.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 234.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 235.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 236.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 104.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 105.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 106.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 107.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 237.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 108.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 238.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Abstenção”.

O SR. JORGE ALBERTO - “Abstenção”, 11.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 109.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 110.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 239.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 240.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 111.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 241.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 112.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 113.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 114.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 242.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 243.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 115.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 116.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 244.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 117.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 245.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 118.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 246.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 119.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 247.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 120.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 248.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 249.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 121.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 250.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 251.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 122.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 252.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 123.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 124.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 125.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 126.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - "Sim".

A SRA. KÁTIA ABREU - "Sim", 253.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - "Sim".

A SRA. KÁTIA ABREU - "Sim", 254.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - "Sim".

A SRA. KÁTIA ABREU - "Sim", 255.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - "Não".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - "Não", 127.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - "Sim".

A SRA. KÁTIA ABREU - "Sim", 256.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - "Sim".

A SRA. KÁTIA ABREU - "Sim", 257.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - "Não".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - "Não", 128.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - "Sim".

A SRA. KÁTIA ABREU - "Sim", 258.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - "Sim".

A SRA. KÁTIA ABREU - "Sim", 259.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - "Não".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - "Não", 129.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - "Não".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - "Não", 130.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - "Sim".

A SRA. KÁTIA ABREU - "Sim", 260.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 261.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 262.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 263.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 264.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Abstenção”.

O SR. JORGE ALBERTO - “Abstenção”, 12.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 131.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 265.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 132.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Abstenção”.

O SR. JORGE ALBERTO - “Abstenção”, 13.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 133.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 266.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 134.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 135.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 136.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 267.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 268.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 269.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 270.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 271.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 137.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 272.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 273.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 138.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 274.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 275.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 276.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 277.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 278.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 139.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 140.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 141.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 142.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 279.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 280.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 143.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 281.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 144.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 145.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 146.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 282.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 283.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 284.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 285.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 147.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 286.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 287.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 148.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 288.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 289.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 290.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 149.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 291.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 292.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 293.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 294.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 295.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 150.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 296.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 151.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 297.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 298.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 299.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 300.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 301.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 152.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 302.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 153.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 303.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 304.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 305.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 306.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 307.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Em branco”.

O SR. REINALDO BETÃO - “Em branco”, 5.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 308.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 309.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 154.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 310.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 311.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 312.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - “Sim”, 313.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 155.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - “Não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - “Não”, 156.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - A Mesa encerrou a contagem e vai aguardar a conferência. *(Pausa.)*

Votos “sim”.

A SRA. KÁTIA ABREU - Trezentos e treze votos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Votos “não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - Cento e cinquenta e seis votos “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Abstenções.

O SR. JORGE ALBERTO - Abstenções, 13.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Votos brancos.

O SR. REINALDO BETÃO - Cinco votos em branco.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Votos nulos.

O SR. MANATO - Três votos nulos, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - A Mesa vai proclamar o resultado: votos “sim”, 313; votos “não”, 156; abstenções, 13; votos brancos, 5. Total de votos válidos: 487. Votos nulos, 2. Total: 489 votos.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Declaro aprovada a Representação nº 28, de 2005, na forma do projeto de resolução oferecido pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Sobre a mesa a resolução que consubstancia a decisão do Plenário, e que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Deputado Inocêncio Oliveira, e, a seguir, promulgada.

É lida a seguinte

Resolução nº 33, de 2005

*Declara a perda de mandato do Senhor
Deputado Roberto Jefferson.*

*Faço saber que a Câmara dos Deputados aprovou
e eu promulgo a seguinte Resolução:*

*Art. 1º É declarada a perda de mandato do Senhor
Deputado Roberto Jefferson, nos termos do art. 55, inciso
II e § 1º, da Constituição Federal; dos arts. 240, inciso II, e
244 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; e
do art. 4º, incisos I e II, do Código de Ética e Decoro
Parlamentar da Câmara dos Deputados.*

*Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de
sua publicação.*

Câmara dos Deputados, 14 de setembro de 2005.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Esta Presidência considera promulgada a resolução, e disso notificará o Sr. Roberto Jefferson e os seus advogados.



VII- ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, lembrando que amanhã, quinta-feira, dia 15 de setembro, às 9h, haverá sessão solene em homenagem ao Dia Nacional de Missões Transculturais, e, às 11h, em homenagem ao Dia da Emancipação do Estado de Alagoas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 246.3.52.O
Data: 14/9/2005

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 246.3.52.O
Data: 14/9/2005

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Encerro a sessão, designando para amanhã, quinta-feira, dia 15 de setembro, às 14h, a seguinte

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 246.3.52.O
Data: 14/9/2005

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

(Encerra-se a sessão às 21 horas e 36 minutos.)